

# **O Sonho Colonial do III Reich: A Influência Nacional-Socialista na América Latina**

**Cátia Alexandra Matos dos Santos**

**Dissertação de Mestrado em Literaturas e Culturas Modernas  
Especialização em Estudos Alemães**

**(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)**

**Setembro, 2018**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Literaturas e Culturas Modernas, especialização em Estudos Alemães, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Fernando Clara.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer em primeiro lugar ao Professor Doutor Fernando Clara por ter despertado o meu interesse neste tema e por ter aceitado orientar-me nesta investigação, demonstrando sempre a maior disponibilidade para me ajudar e guiar neste processo.

Ao meu namorado, Tiago por todas as pequenas orientações que me deu com base na sua própria experiência e por me ter apoiado durante todo o processo com toda a paciência e carinho, até mesmo durante grandes crises existenciais.

Aos meus pais por simplesmente nunca me terem pressionado a nada em relação às minhas escolhas académicas, por sempre mostrarem preocupação com o meu progresso e me ouvirem falar, por vezes incessantemente, de temas que nem sempre entendem, mas que sabem que são importantes para mim.

Por fim, mas não menos importantes, aos meus amigos e colegas que conheci nesta instituição por partilharem esta experiência comigo desde o primeiro dia, por todo o apoio, ajuda e troca de ideias sobre este trabalho e muito mais.

## RESUMO

Os conceitos de imperialismo e colonialismo provocaram uma reformulação do tema colonização em todas as áreas. Neste sentido, é importante distinguir que os métodos usados no “colonialismo” não são os mesmos que se verificam no “imperialismo”, apesar de estes serem, de alguma forma, afins. Como refere Young, se por um lado a colonização apresenta-se de modo mais pragmático e desenvolve-se de um modo localizado e desordenado, o imperialismo, era fortemente baseada na ideologia e na implementação por parte de um centro metropolitano que ambicionava a sua afirmação e expansão. Seguindo esta abordagem, a presente dissertação centra-se na relação entre a Alemanha e a América Latina, nomeadamente no período da Alemanha Nacional-Socialista, procurando verificar se existe uma tentativa colonialista por parte da Alemanha nos países latino-americanos.

O trabalho de investigação debruça-se sobre três áreas que auxiliaram na compreensão da temática em questão: a posição da Alemanha em relação ao colonialismo; as relações histórico-culturais entre a Alemanha e a América Latina; e a influência do sistema educacional alemão nos países latino-americanos. Tentando, deste modo, compreender se as posições que foram assumidas pela Alemanha em relação aos países da América Latina eram sinais de uma tentativa de colonizar estes países.

A investigação permitiu concluir que esta aproximação alemã ao continente sul-americano se mostrou bastante ambígua uma vez que, ao mesmo tempo que procurava colonizar os países em questão, esse processo não se assemelhava ao usado noutros casos como era o caso dos países da Europa de Leste. No entanto, a justificação de que esta aproximação era o mote para a conquista de aliados extrarregionais parece não ser totalmente clara. Em suma, a investigação conclui, que a relação Alemanha/ América Latina é híbrida e que este tema não se esgota, deixando espaço para futuras investigações sobre o mesmo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alemanha; Estudos Alemães; Cultura Alemã; Pós-Colonialismo; Colonização; América Latina; Império; Terceiro Reich

## **ABSTRACT**

The concepts of imperialism and colonialism brought a reformulation of the theme colonization in all areas. Thus, it is important to distinguish that, though related, the methods used by “colonialism”, and “imperialism” are different. As Young refers, colonization presents itself in a pragmatic way and develops in a local and disordered way. On the other hand, imperialism has its basis in ideological principles and its implemented by a metropolitan center whose ambition is to affirm and expand itself. Hence, the investigation focuses on the relationship between Germany and Latin America, especially during the National-Socialist government. Attempting to substantiate a possible colonialist attempt from Germany towards Latin America.

Thus, the investigation focuses on three areas that aid to the comprehension of the topic presented: the German stance on colonialism; the historical-cultural relationship between Germany and Latin America; and the influence of the German educational system in Latin America. So, it tries to understand if the position assumed by Germany on the Latin-American countries, were indicators of a pursue to colonize these countries.

The investigation concludes that the German proximity to the South American continent was ambiguous. Whilst, Germany looked eager to colonize these countries, their practices did not resemble the ones used in East Europe. Also, the idea that such proximity was a strategy to gain foreign allies was not clear. Altogether, the investigation concludes the existence of a hybrid relationship between Germany and Latin America, which leaves room for further investigation on this topic.

**KEYWORDS:** Germany, German Studies; German Culture; Post-Colonialism; Colonization; Latin America, Empire; Third Reich

# ÍNDICE

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1. Os Conceitos .....</b>	<b>6</b>
1.1. Colónia .....	7
1.2. Colonialismo vs. Imperialismo .....	8
1.3. Neocolonialismo .....	20
<b>2. O Sonho Colonial Alemão .....</b>	<b>26</b>
2.1. Fantasias coloniais e aquisição de colónias (1770-1884) .....	27
2.2. O revisionismo colonial na República de Weimar .....	34
2.3. O revisionismo nacional-socialista .....	41
<b>3. As Relações Germano-Latino-Americanas .....</b>	<b>48</b>
3.1 Primeiros Contactos .....	49
3.2. Século XIX .....	51
3.3. I Guerra Mundial e a República de Weimar .....	58
2.4. Era Nacional-Socialista .....	61
<b>4. As Escolas Alemãs na América Latina .....</b>	<b>73</b>
4.1. <i>Die Auslanschulen</i> antes de Hitler .....	74
4.2. As escolas durante o regime nazi .....	78
4.2.1. NSLB .....	81
4.2.2. Currículo escolar.....	84
4.2.3. Símbolos e festividades .....	89
4.2.3 Grupos estudantis .....	90
4.3. Encerramento de instituições.....	92
<b>Conclusões .....</b>	<b>95</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>100</b>

## Introdução

A presente investigação debruçar-se-á sobre o modo como a expansão cultural e científica do governo nacional-socialista, correspondente ao período entre a ascensão de Adolf Hitler e o fim da Segunda Guerra Mundial (1933-1945), poderá ter influenciado os países da América Latina. Ao longo do período apresentado existem indícios de que a infiltração alemã nestes países, resultou num processo de colonização passiva. O tema considera-se relevante uma vez que a literatura existente se encontra num debate inconclusivo sobre este ponto. Deste modo, a investigação tentará esclarecer este processo e compreender se este pode ser considerado um caso de colonização.

No século XIX, a desproporção do crescimento populacional em relação à oferta de alimentos e oportunidades de trabalho no território alemão pressionava cada vez mais a população. Consequentemente, surgem ondas de emigração em massa, que superam todos os movimentos migratórios até à data, quer em extensão, quer em alcance. Cerca de seis milhões de pessoas deixam o país entre o século XIX e meados do século XX, espalhando-se por mais de 83 países. Destes 83 países a América Latina mereceu especial destaque pelo seu historial pacifista, pelas suas potencialidades agrícolas e recursos naturais dos quais a Alemanha se via privada após a perda das suas colónias africanas com o Tratado de Versalhes.

A influência alemã na região fez-se notar através dos interesses privados das classes mercantis, no decorrer do século XIX, após as inúmeras vagas migratórias. Criase, assim, uma base sólida de respeito e aceitação da cultura alemã. Base esta permanece apesar do impacto da Primeira Guerra Mundial e do clima de desconfiança que se enfrenta a nível internacional.

Com a subida ao poder de Adolf Hitler em 1933, os emigrantes (*die Auslanddeutsche*) ganhariam grande relevância enquanto precursores da cultura alemã no estrangeiro, assim como dos ideais nacionais-socialistas. Medidas de apoio aos alemães no exterior são suportadas pelo Estado, e cada vez mais se cultiva a protecção da Germanidade (*das Deutschtum*).

A investigação apresentará a expansão cultural e científica por parte do governo de Hitler, tentando responder à seguinte pergunta de investigação: de que modo os esforços de expansão cultural e científica do governo nacional-socialista nos países latino-americanos podem ser considerados como fazendo parte de um projecto colonial?

Assim, proceder-se-á a uma abordagem compreensiva, em conjunto com uma

descrição histórico-cultural, para que seja possível analisar os vários métodos que possam providenciar uma resposta à pergunta apresentada. Consequentemente, são apresentadas duas hipóteses:

*Hipótese 1: o fenómeno observado através da expansão cultural e científica do governo nacional-socialista na América Latina tenta emular o movimento de expansão e colonização recorrente durante o período de guerra nos países da Europa de Leste;*

*Hipótese 2: essa expansão seria uma tentativa de angariação de aliados extrarregionais.*

O desenvolvimento da dissertação baseia-se assim em dois pontos fundamentais. Numa primeira fase, tenta-se entender a posição alemã face ao colonialismo de forma geral e como isso afectou o povo alemão, as suas visões sobre o mundo e a sua própria noção de nacionalidade. Consequentemente, procura-se entender também a relação da nação alemã com as suas colónias em África, que apesar de não contarem com a durabilidade de outros impérios europeus, foram de extrema importância para o país, especialmente, devido ao longo tempo de espera para entrar no sistema colonial. Será igualmente importante analisar a perda destas colónias com o Tratado de Versalhes (1919), e como esta afectou o orgulho e pretensões coloniais alemães, bem como as investidas por parte de diversos indivíduos e organizações para a recuperação das mesmas.

Numa segunda fase, é analisada a relação da Alemanha com os países da América do Sul, com maior incidência entre os séculos XVII e XX, para entender as visões e opiniões alemãs sobre o sub-continente e a sua população e, até que ponto, este poderia ser considerado um dos seus desejos para iniciar um processo colonialístico. Desta forma, todas as interacções, comerciais, culturais e diplomáticas são importantes para entender qual o nível de relacionamento existente entre as várias nações e a Alemanha e como estas podem, ou não, se desenvolver para uma possível colonização.

Neste sentido, a investigação encontra-se dividida em quatro capítulos. O capítulo 1 centra-se na compreensão da teoria por detrás dos movimentos coloniais e como estes podem ser identificados ao longo dos séculos. Para este efeito, foram analisadas fontes de diversos períodos históricos, que nos permitem verificar a mutação de termos como colonialismo e imperialismo, e a consequente criação de sub-categorias para agregar todos os formatos de expansão registados. Numa primeira fase é analisado o termo “colónia” e como este pode ser mutável, e se repartir em sub-categorias com características próprias. De seguida, são comparados os termos colonialismo e



imperialismo, de forma a entender as suas semelhanças, como também as suas diferenças e como podemos aplicar cada um de forma mais correcta. Por último, será analisado o termo “neocolonialismo”, como este se metamorfoseou com base nos dois acima referidos e como este se aplica numa era moderna, onde o colonialismo aparenta desaparecer aos poucos. Assim, tendo em consideração as variantes apresentadas, poderá ser possível analisar o comportamento alemão face aos países latino-americanos e verificar em que categoria este se poderia inserir.

O capítulo 2, dedica-se à análise da posição alemã durante o período de descoberta e conquista realizadas pelos restantes países europeus. Numa primeira fase, serão analisadas as fantasias coloniais alemãs, as suas visões sobre as novas descobertas que chegam à Europa e sobre o novo mundo. É dado destaque à forma como estes se viam enquanto futuros colonizadores e à análise que estes fazem sobre o trabalho desenvolvido pelas restantes potências coloniais. Igualmente referidas são as inúmeras pesquisas científicas por parte de cientistas e entidades alemãs e como estes trabalham esta informação, de forma a entender como avaliam o novo mundo e que formas de exploração lhes parecem apropriadas para o sucesso colonial. De seguida, são brevemente abordadas as colónias alemãs em África, conseguidas após a Conferência de Berlim em 1884, e qual o sentimento que estas vieram trazer no seio da sociedade alemã. Numa segunda fase, é demonstrado o movimento revisionista colonial alemão após a perda das suas colónias com o Tratado de Versalhes, analisando as atitudes e opinião pública que as condições de paz provocaram na população e quais as suas abordagens utilizadas para manter vivo o colonialismo alemão. Por último, é trabalhada a evolução deste revisionismo até à tomada de posse de Adolf Hitler em 1933 e como este mudou após a mesma, tendo em consideração os mesmos pontos já anteriormente referidos.

O capítulo 3, explora as relações entre Alemanha e a América Latina. Como primeiro ponto, são referidos os primeiros contactos entre si durante os anos de descoberta e exploração colonial (séculos XV e XVII) de forma a compreender de que forma ambas as partes se vêem e como estas primeiras impressões podem influenciar em contactos futuros. Num segundo ponto de trabalho, são analisadas as grandes migrações germânicas para os países do Sul da América e como estes se adaptaram no seu novo ambiente, bem como a criação das primeiras escolas germânicas e a importância das relações comerciais que se vêm a estabelecer entre os continentes. O terceiro ponto reflecte sobre os efeitos da Primeira Guerra Mundial nos relacionamentos já fortificados

entre os continentes e como, já durante a República de Weimar, estes se vão reconstruindo, dando espaço a um maior interesse e contribuição do governo alemão para os habitantes germânicos na América Latina.

O quarto capítulo, irá falar sobre uma área específica das relações germano-latino-americanas que surge como sendo de grande interesse: as escolas alemãs na América Latina. As escolas estão na base da vida das comunidades alemãs nos países da América Latina e movem uma enorme troca cultural não só para as crianças de origem alemã, como também crianças estrangeiras; sendo, ainda, a instituição a receber mais atenção por parte do estado alemão, mais especificamente, após a Primeira Guerra Mundial, sendo utilizada pelo regime nazi na sua política externa e como utensílio de propaganda. As escolas podem ser consideradas uma porta de entrada da ideologia nazi nos países latino-americanos e uma forma de doutrinação da população através dos jovens. Primeiramente, serão analisadas as primeiras escolas alemãs a surgir no sub-continente após as vagas migratórias alemãs (Século XIX), como estas eram organizadas, como foram recebidas pelos nacionais, como sobreviviam e o perfil dos seus alunos. Esta primeira abordagem falará tanto do período pré-guerra (1ª Guerra Mundial) como do período pós-guerra. De seguida será analisada a evolução das escolas durante o final da República de Weimar e como, posteriormente, estas se inserirão no novo regime (Nacional-Socialista). Este ponto estará dividido de forma a apresentar todas as características das escolas durante o regime nazi. Assim sendo, como primeiro ponto, é analisado o papel dos professores alemães durante o regime, incidindo na organização *der Nationalsozialistische Lehrerbund*. O segundo ponto tratará do ensino dentro das escolas alemãs ao comando de Hitler, demonstrando as alterações curriculares das mesmas, de forma a se enquadrarem no quadro ideológico do Partido Nacional-Socialista, e como estas alterações são apresentadas aos alunos alemães e não-alemães. O terceiro ponto analisará os símbolos que passam a ser utilizados na escola como forma de doutrinação, juntamente com as festividades de carácter propagandístico. O quarto ponto irá apresentar as organizações estudantis associadas às escolas alemãs e como estas eram importantes, segundo o ideário de Hitler, para a formação e doutrinação dos jovens. Por fim, o capítulo irá apresentar o início da oposição governamental e pública dos países da América Latina, após declarações de guerra de ambas as partes (1941-1942), face às escolas e como estas foram desaparecendo ou, em alguns casos, dando espaço para um ensino controlado e nacionalizado pelos estados latino-americanos.

Na investigação foram utilizadas fontes secundárias para a elaboração de todo o trabalho, tendo em consideração o número limitado de bibliografia sobre algumas das temáticas abordadas.

## 1. Os Conceitos

The spatial referent of colonization goes back to Greek and Roman meanings of the word — the bringing of new territory into use by an expanding society, including settlements for trade and agriculture. But the principal meaning of colonization has come to involve people rather than land: coercive incorporation into an expansionist state and invidious distinction. The political salience of the colonial has been sharpened by the addition of an “ism” either an accusation or a defense of the legitimacy of a polity in which some people ruled over others. The power of both accusation and defense lay in bounding the colonial phenomenon to make it appear to be an exceptional form of political organization. (Cooper, 2005: 28)

O primeiro evento de importância nesta pesquisa será a descoberta. Descoberta esta que se iniciou com Colombo há cinco séculos atrás, trazendo uma nova visão do mundo.

Desde a chegada do europeu ao novo mundo, a vontade de se expandir e ter para si um “lugar ao sol” tornou-se para muitos o seu principal objectivo, trazendo prestígio e inúmeras vantagens económicas. Paulatinamente, essa procura incessante por cada vez mais riquezas tornou-se vital para a sobrevivência do comércio internacional das grandes potências mundiais. Os países colonizados, por sua vez, foram perdendo a sua autonomia, até que toda a sua vida política, económica, comercial e cultural se tornasse dependente dos intentos das metrópoles.

Apesar da prática colonial se iniciar numa época considerada como ponte entre a Idade Média e o Renascimento, esta ampliou-se até ao século XX passando, sistematicamente, por mutações típicas da mudança dos tempos por todo o mundo. As diversas ideologias, a alteração da ordem internacional, agravada pelos eventos das duas grandes guerras, e as reivindicações dos países colonizados, reavivaram a temática colonialista, tornando-a nos dias de hoje num dos principais temas internacionais, nomeadamente a nível dos direitos humanos. Assim, não é possível apresentar apenas uma definição de colonialismo, ou um modelo de relação colonizador/colonizado através dos séculos.

Para tentar responder à questão proposta por esta investigação, é necessário

entender as inúmeras definições relacionadas com a actividade colonial e todas as subcategorias que lhe são atribuídas ao longo do tempo, através de argumentos apresentados por vários autores.

Este capítulo irá analisar, com base em fontes bibliográficas de um leque temporal diverso, as seguintes definições: numa primeira fase, será examinado o significado de colónia e as suas diferentes vertentes; em seguida, serão analisadas as acepções de colonialismo e imperialismo e as suas semelhanças e disparidades; por último, será observado o termo neo-colonialismo e como este se encaixa no panorama colonial.

### 1.1. Colónia

Segundo Jürgen Osterhammel os termos colonização e colónia deveriam ser caracterizados evitando sobreposições dos mesmos. Existe colonização sem formação de colónias, como é exemplo, predominante na história, da Colonização de Fronteiras (*die Grenzkolonisation*). No entanto, existe também formação de colónias com base na conquista militar. Entre os dois casos está a Colonização de Urbanização (*die Siedlungskolonisation*) do tipo africano, mais pronunciado na Argélia, onde a conquista criou uma predisposição para a emigração em grande escala (Osterhammel, 1995: 16).

Uma definição moderna de colónia, com base nestas considerações, deve estar suficientemente próxima de situações históricas, como a ocupação militar temporária ou a anexação forçada de regiões fronteiriças em nações modernas (Alsácia-Lorena, 1871-1918). A proposta a seguir deve satisfazer essa condição e a sua complexidade quase jurídica:

Eine Kolonie ist ein durch Invasion (Eroberung und/oder Siedlungskolonisation) in Anknüpfung an vorkoloniale Zustände neu geschaffenes politisches Gebilde, dessen landfremde Herrschaftsträger in dauerhaften Abhängigkeitsbeziehungen zu einem räumlich entfernten “Mutter-land” oder imperialen Zentrum stehen, welches exklusive “Besitz“-Ansprüche auf die Kolonie erhebt. (Osterhammel, 1995: 16)

As principais categorias de colónias emergiram nos tempos modernos através da

expansão dos estados europeus, dos EUA e do Japão:

Primeiramente temos as colónias de dominação (*die Beherrschungskolonien*). Geralmente estas são resultado de conquista militar, muitas vezes após períodos prolongados de contacto não ocupacional. Os seus objectivos concentram-se na exploração económica através de monopólios comerciais, uso de recursos minerais e colheita de tributos. Este tipo de colónias também visava a proteção estratégica da política imperial e o ganho de prestígio nacional, contando com uma presença numérica colonial relativamente menor, que se manifesta principalmente sob a forma de burocratas civis, soldados e empresários. Contam ainda com um governo autocrático através da pátria-mãe, com elementos paternalistas para a população nativa (Osterhammel, 1995: 17).

Em segundo as Colónias de Base (*die Stützpunktkolonien*). Estas resultam de ações por parte de tropas marítimas e têm como propósito o desenvolvimento comercial indirecto de uma *hinterland* ou contribuição para a logística e desenvolvimento de poder naval e controlo informal de estados formalmente independentes. Utilizam assim a chamada “política das canhoneiras” (*die Kanonenbootpolitik*)<sup>1</sup> (*Ibidem*);

Por fim, as “colónias de urbanização” (*die Siedlungskolonien*) que surgem de processos de colonização militar, tendo como propósito o uso de terra e mão-de-obra barata, estabelecendo modos de vida sociocultural minoritários que são, tipicamente, questionados na pátria. A sua presença colonial faz-se sentir, principalmente, sob a forma de agricultores residentes e plantadores. Este género de colónia marca as primeiras tentativas de auto-governo dos colonos brancos, ignorando os direitos e interesses dos povos indígenas (*Ibidem*: 18).

## 1.2. Colonialismo vs. Imperialismo

Nas palavras de Aimé Césaire (1972) é essencial pensar, de forma clara, quando se trata de responder à questão do que é o colonialismo. O autor concorda, no entanto, no que este não é: uma evangelização, um empreendimento filantrópico, um desejo de recuar as fronteiras da ignorância, doença e tirania, um projecto, de acordo com o pensamento do conquistador

---

<sup>1</sup> Termo aplicado na época imperialista do séc. XIX. Dentro da política internacional, a *Kanonenbootpolitik* denota uma forma de política externa, onde a demonstração de poder militar, principalmente a nível naval, é utilizada como meio para atingir certos fins (e.g. um país em negociação com um Estado poderia ver navios do mesmo nas suas costas);

européu, atribuído pela glória divina, ou uma tentativa de estender a força da lei. E pensa ser necessário admitir que os actores decisivos neste projecto colonial são os aventureiros e piratas, o proprietário de negócios e o dono do navio, o oportunista e o comerciante, e atrás deles o espectro sombrio de uma forma de civilização que, a certo ponto da sua história, se vê obrigada a estender à escala mundial a competição das suas economias antagónicas (Césaire, 1972: 2).

Ao contrário do que muitas vezes se afirma, entre colonização e civilização existe uma distância considerável. De todas as expedições e actividades coloniais, nenhuma parece trazer qualquer valor humano. É necessário estudar como a colonização funciona de forma a descivilizar o colonizador, brutalizá-lo e denegri-lo. É como um veneno instilado nas veias da civilização europeia, levando lentamente o continente a uma condição de barbárie (*Ibidem*: 2-3).

Com o início dos estudos pós-coloniais é cada vez mais visível este tipo de discurso crítico em relação à colonização e aos estados envolvidos na mesma. Mas o que realmente constitui a colonização? Para obter a resposta é necessário abordar todas as suas formas e diferentes pontos de vista, de forma a entender todas as suas dinâmicas.

No coração do colonialismo está a regra da diferença. Como um amplo estudo comparativo sugere, todos os impérios precisavam de articular, simultaneamente, a “diferença”, entre si e o outro, e a incorporação com o mesmo. A “diferença”, concentrada principalmente na raça, era fundamentada em instituições e discursos. O colonial evoca sobretudo, segundo Cooper, a demarcação de determinados indivíduos como distintos, em extrema necessidade de formas especiais de vigilância e supervisão, e incapazes de participar de forma plena em projectos da sociedade moderna (Cooper, 2005: 23).

Os conceitos de império e colonialismo são normalmente evocados como conceitos totalizantes, representando os extremos de poder cultural e material. De um lado encontra-se uma leitura da história do colonialismo dos séculos XIX e XX como a imposição da modernidade, que estabelecia as suas regras e, menosprezava as populações colonizadas por serem incapazes de se erguerem por si só e atingir o *standard* imposto pelo homem “civilizado”. Do outro lado está um argumento de que o império era algo bom, estabelecendo um precedente para a intervenção nas sociedades consideradas ignorantes e dominadas pelo conflito e que deveria ser posta em prática pelo poder único capaz de assumir o manto do império, os Estados Unidos (*Ibidem*: 239).

Nem o imperialismo, nem o colonialismo são um simples acto de acumulação e aquisição. Para Said, ambos são apoiados e até impelidos por formações ideológicas que afirmam que certos territórios e pessoas exigem e suplicam a dominação e apresentam características, que se podem ligar a uma predisposição à dominação: o vocabulário da cultura imperial clássica do século XIX é abundante em palavras e conceitos como: inferior ou sujeito dominador, povos subordinados, dependência, expansão e autoridade (Said, 1994: 9).

Na expansão dos grandes impérios ocidentais, o lucro ou a esperança do mesmo foi tremendamente importante, através de matérias como especiarias, açúcar, borracha, algodão, ópio, estanho, ouro e prata, que foram motivo de grande interesse ao longo dos séculos. No entanto, existia um compromisso que ultrapassa a vontade de obtenção de lucros, um compromisso em constante circulação e recirculação, que, por um lado, permitia que homens e mulheres aceitassem a noção de que territórios distantes e os seus nativos deveriam ser subjugados. Por outro reabasteceu as energias metropolitanas para que estes pudessem pensar no império como uma obrigação prolongada, quase metafísica, de governar povos subordinados, inferiores e menos avançados (*Ibidem*).

Na escrita pós-colonial é frequente o agrupamento dos termos colonialismo, e imperialismo, como se de sinónimos se tratassem. No entanto, o uso do termo pós-colonial em vez de pós-imperial sugere que uma distinção de facto existe entre os dois. Esta tendência totalizante é tão evidente que o colonialismo e o imperialismo são tratados como se fossem práticas homogéneas. Embora muita ênfase seja dada às particularidades das diferentes culturas colonizadas, isso tende a ser acompanhado de um trabalho histórico relativamente pequeno sobre a diversidade do colonialismo (Young, 2001:15).

O que é colonialismo? Como se pode definir o termo independentemente da colónia? Fala-se, geralmente, de "dominação por um povo de outra cultura". Osterhammel introduz esta formulação contendo dois elementos cruciais: dominação e estranhamento cultural. Porém nem todo o domínio de estranhos na história tem sido considerado pelos súbditos como ilegítimo. A fim de distinguir nitidamente a peculiaridade histórica do colonialismo moderno, este deve ser complementado por três componentes: em primeiro lugar, o colonialismo não é uma relação arbitrária de senhores e servos, mas uma sociedade privada do seu desenvolvimento histórico interno, controlada por outros, e revertida às necessidades e interesses, principalmente económicos, dos governantes coloniais. Em segundo lugar, o colonialismo moderno



baseia-se no desejo de fazer as sociedades periféricas servirem as metrópoles. E por último, com base no ponto anterior, o colonialismo não é apenas uma relação de dominação que pode ser estruturalmente descrita, mas, ao mesmo tempo, uma interpretação especial dessa relação. O seu núcleo é uma atitude específica de consciência, é uma formação ideológica (Osterhammel, 1995: 18).

Desde os primórdios coloniais, a expansão europeia foi estilizada para cumprir uma missão universal, como uma contribuição para um plano divino de salvação da missão cristã, como um mandato secular de civilizar os "bárbaros" ou "selvagens" tidos como privilegiados face ao fardo suportado pelos colonizadores. Foi constantemente baseada na convicção de uma superioridade cultural. Culturas tradicionais compartilham o seu exemplo de civilização e qualidade insuperável, mas sem impor isso aos seus vizinhos. Somente no colonialismo moderno tal arrogância etnocêntrica tomou um rumo agressivo e expansionista (*Ibidem*).

Osterhammel define ainda:

Kolonialismus ist eine Herrschaftsbeziehung zwischen Kollektiven, bei welcher die fundamentalen Entscheidungen über die Lebensführung der Kolonisierten durch eine kulturell andersartige und kaum anpassungswillige Minderheit von Kolonialherren unter vorrangiger Berücksichtigung externer Interessen getroffen und tatsächlich durchgesetzt werden. Damit verbinden sich in der Neuzeit in der Regel sendungsideologische Rechtfertigungsdoktrinen, die auf der Überzeugung der Kolonialherren von ihrer eigenen kulturellen Höherwertigkeit beruhen. (Osterhammel, 1995: 21)

Outras definições tradicionais enfatizam três coisas: uma relação territorialmente indeterminada de dominação que distingue o colonialismo do conceito mais amplo de imperialismo e inclui formas de controlo informal sem reivindicações de controlo territorial; a norma europeia que se caracteriza pela organização social díspar entre sociedades colonizadoras e colonizadas; e a ideia de que ambas as sociedades estão separadas por diferentes níveis de desenvolvimento.

No entanto, a busca por uma definição precisa e universalmente válida não deveria obscurecer o facto de que a realidade colonial era altamente complexa e heterogénea. O colonialismo moderno, desde o século XV, passou por diferentes fases e produziu uma tremenda variedade de manifestações. Os impérios marítimos

portugueses e holandeses dos séculos XVI e XVII, que se baseavam no controlo de bases comerciais individuais, eram categoricamente diferentes das colónias britânicas no Canadá e na Austrália ou do domínio burocrático do Japão na Coreia. As condições climáticas e geográficas, as estruturas das sociedades indígenas, os mecanismos de integração económica, as aspirações dos colonizadores e as respostas das sociedades locais eram muitas vezes tão diferentes, que seria necessário falar de “colonialismos”. Em vista dessa grande heterogeneidade, as definições são sempre provisórias. Isso fica claro, por exemplo, se forem observadas mais de perto duas formas comuns de classificação: distância geográfica e dominação territorial (Öztürk, 2012).

Desde a segunda metade do século XIX, as relações coloniais têm sido parte integrante da ordem internacional. É importante, no entanto, perceber que o colonialismo foi um fenómeno abrangente cujo significado se estendeu para lá do conceito de dominação. As diferentes formas de intercâmbio transfronteiriço eram coloniais, a economia mundial baseava-se na inclusão assimétrica de matérias-primas, trabalho e interesses de compra de sociedades não-europeias (*Ibidem*).

Colonialismo, ainda nas palavras de Öztürk, seria a legitimidade legal e ideológica desta ordem mundial. A ordem cultural do mundo, incluindo as exposições mundiais, a actividade missionária, mas também as ideias de modernização e desenvolvimento foram também conotadas como coloniais. Os historiadores teriam de demonstrar a ligação entre o colonialismo e o início da história da globalização. Especialmente no caso do Império Britânico, através de hegemonia política, cabos telegráficos, posição dominante nos mercados financeiros, superioridade da marinha e ideologia do livre comércio, pela qual ocorreram muitos processos de intercâmbio transfronteiriço (*Ibidem*).

Analisando uma visão mais moderna e objectiva apresentada por Young (2001), a colonização era pragmática e, até ao século XIX, desenvolvia-se de forma geral num âmbito local e de maneira desordenada, como a ocupação das ilhas das Índias Ocidentais, enquanto que, o imperialismo era tipicamente movido pela ideologia do centro metropolitano e preocupado com a afirmação e expansão do poder estatal, como é o caso da invasão francesa na Argélia. O colonialismo funcionava como uma actividade na periferia, impulsionada economicamente e que, do ponto de vista do governo de origem, era por vezes difícil de controlar. O imperialismo, por outro lado, operava a partir do centro como uma política de Estado, impulsionada por grandiosos

projectos de poder. Assim, enquanto que o imperialismo é susceptível a uma análise enquanto conceito, o colonialismo necessita de ser analisado como uma prática. O último apresenta um extraordinário leque de diferentes formatos e práticas, levadas a cabo em culturas radicalmente diferentes, ao longo de séculos muito diferentes. Esta extraordinária diversidade, tanto histórica quanto geográfica, mesmo dentro de uma única potência colonial, dificulta a possibilidade de qualquer teoria generalizada (Young, 2001: 16-17).

A teoria pós-colonial é predominantemente baseada no trabalho de Frantz Fanon, autor que desenvolveu uma análise do colonialismo através de um conceito limitado e único, seguindo Sartre. Ambos descreviam o colonialismo francês, que se demonstra, deveras, sistemático. O colonialismo britânico, por outro lado, nunca o foi. Era tão excêntrico e idiossincrático quanto qualquer outra instituição britânica, tão heterogéneo quanto a sua constituição. De modo geral, é possível afirmar que o que ocorre na teoria pós-colonial é o uso de uma base teórica derivada, em grande parte, de uma teoria anti-colonial francesa (*Ibidem*).

Colonização, segundo Young, não significava o domínio sobre os povos indígenas, ou a extração das suas riquezas, mas sim a transferência de comunidades com o objectivo de manterem a sua cultura original, enquanto procuravam uma vida melhor quer por motivos religiosos ou políticos. Por outro lado, colonialismo tem como objectivo principal a fixação noutros locais e não governar outros. Embora na maioria dos casos também envolver governação, esta era uma consequência do processo de estabelecimento nestes novos espaços e não o objectivo primordial destas comunidades. É possível ainda definir-se uma colónia como uma terra sem povos indígenas cujos habitantes olhavam para outro estado como a sua pátria mãe. Posteriormente, os colonizadores procuraram manter uma distinção entre eles e os nativos, em vez de se integrarem com a população local como geralmente ocorria com a colonização precoce dos portugueses e dos espanhóis, uma colonização desenvolvida numa sociedade mista e crioula. A colonização não se preocupava principalmente com a transposição de valores culturais. Estes vieram como uma consequência dos seus reais objetivos de comércio, exploração económica e criação de comunidades populacionais (Young, 2001: 20).

Vários historiadores afirmam que a era áurea do imperialismo se iniciou no final da década de 1870. Em 1899, quaisquer diferenças entre o que hoje é caracterizado

como colonialismo e imperialismo tornaram-se menos evidentes; o primeiro parecia ter-se tornado a prática do segundo. O objectivo do imperialismo era redimir o saque do colonialismo precisamente no momento em que foi estendido a um sistema político mundial hegemónico. O realmente envolvia, no entanto, era mais difícil de dizer. Historicamente, o significado da palavra “imperialismo” também é difícil de definir, e muitos afirmam que a palavra sofreu alterações de significado múltiplas vezes, fazendo com que alguns historiadores não usem o termo de modo algum (Young, 2001: 25).

Frederick Cooper afirma, no entanto, que é possível estabelecer uma descrição familiar do império, se não mesmo uma definição precisa: uma unidade política de grande dimensão, expansionista ou com memórias de um passado expansionista, e que reproduza uma diferenciação e desigualdade entre as pessoas que nela se incorporam. A institucionalização da “diferença” é importante para constituir um império. O Império poderia ser uma fase de um sistema político, pois se a incorporação deixasse de implicar diferenciação, poderia resultar numa política relativamente homogénea que se torna mais nacional e menos imperial, como resultado de táticas extremamente brutais de assimilação coagida ou extermínio, ou possivelmente um processo mais gradual de mistura. Nos impérios, o poder não é necessariamente coerente com uma colectividade central ou um povo, pois todos os membros da comunidade política podem ser subordinados, num grau maior ou menor, a um monarca, ditador, oligarquia ou linhagem. Um império-estado é uma estrutura que reproduz distinções entre colectividades enquanto as subordina à autoridade governante (Cooper, 2005: 27).

Ao contrário do colonialismo, o imperialismo é impulsionado por ideologia e teoria, em alguns casos até na medida em que pode operar tanto contra como a favor de interesses puramente económicos. Porquanto, a exploração de território e a criação de colónias foram estabelecidas de acordo com as necessidades pragmáticas e, geralmente, de acordo com os interesses económicos dos colonizadores, tornando o imperialismo numa forma ineficiente de exploração económica (Young, 2001: 27).

As palavras império, imperial e imperialismo têm diferentes histórias e diferentes ressonâncias políticas. Os espanhóis foram pioneiros do colonialismo como hoje o conhecemos, com um projecto imperial de conquista de grande parte do continente americano por meio de exércitos. Isso, no entanto, era uma forma pré-capitalista e altamente burocrática de governo imperial que inicialmente operava com base no modelo romano e otomano de taxaçaõ directa dos povos que viviam na terra ocupada, administrada por meio de uma combinação de controlo militar e político (*Ibidem*).

O imperialismo é caracterizado pelo exercício do poder através de conquista directa ou através de influências políticas e económicas que efetivamente equivalem a uma forma similar de dominação, envolvendo, em ambos, a prática do poder através de instituições e ideologias facilitadoras. Tipicamente, este é produto deliberado de uma máquina política que governa do centro e estende o seu controlo até os confins mais distantes das periferias.

Simultaneamente, era uma ideologia contraditória por se ver, em tempos modernos, caracterizada como produto do *gentlemanly capitalism*<sup>2</sup>. O problema, no entanto, sempre foi que os senhores não eram capitalistas e os capitalistas não eram senhores. Essa fraqueza inerente, dentro do imperialismo europeu foi uma das principais razões para o seu fim abrupto e os problemas que deixou para trás (Young, 2001: 28).

O imperialismo, como já sugerido, operou muitas vezes retrospectivamente para dar um significado cultural à prática histórica do colonialismo. Isso significava que existia uma completa continuidade histórica entre o imperialismo, tal como se desenvolveu no século XIX, e a história do colonialismo. Para aqueles que já eram sujeitos coloniais, o imperialismo trouxe poucas diferenças à sua experiência quotidiana, para além de uma formalização da administração, e uma separação maior entre governante e governado, um culto visivelmente maior da masculinidade no governante e uma proliferação correspondente da monumentalidade colonial (*Ibidem*).

O imperialismo é um termo híbrido, multifacetado, que cobre uma ampla gama de relações de domínio e dependência que podem ser caracterizadas de acordo com diferenças históricas, teóricas ou organizacionais. A palavra é utilizada em dois significados predominantes: originalmente constituía a descrição de um sistema político de conquista e ocupação reais, mas desde o início do século XX passou a ser usada cada vez mais no seu sentido marxista de um sistema geral de dominação económica, sendo a dominação política directa um adjunto possível, mas não necessário.

Este foi um produto dirigido à política de poder global. A crescente rivalidade e militarização das principais potências coloniais europeias, junto com a entrada tardia dos EUA, Alemanha e Japão como potências imperiais; um maior requisito para operar a administração das colónias como saída para manufacturas industriais e como fonte de matérias-primas; uma nova tendência para os próprios governos se apropriarem das

---

<sup>2</sup> Teoria apresentada em 1980 pelos historiadores Peter J. Cain e A.G. Hopkins que afirma que o desenvolvimento do império britânico foi impulsionado pelos interesses comerciais e fundiários da sua elite financeira e social (*Gentlemen*) concentrada em Londres.

colónias, com a probabilidade de virem a ser úteis mais tarde e entretanto, para evitar que qualquer outro poder as adquira; tudo justificado por uma tradução do zelo missionário do cristianismo numa missão para submeter o resto do mundo à modernidade da civilização ocidental, colocando convenientemente todas as nações ao alcance do capitalismo ocidental no processo. Todos esses fatores contribuíram para uma sistematização da estrutura colonial na ideologia dominante do imperialismo (Young, 2001: 28).

O termo imperialismo originalmente denotava uma ideologia política baseada no império romano sendo, subsequentemente, utilizado para descrever inúmeras fases da história colonial europeia. Com o passar do tempo, implicava também uma política de busca de prestígio nacional através da conquista e expansão territorial no exterior.

Se o imperialismo, argumenta Young (2001), no seu formato do século XIX, era essencialmente uma invenção francesa, logo foi imitado pelas outras potências coloniais, cada vez mais atraídas para um sistema global económico e político competitivo. Não obstante a justificação ideológica da missão civilizacional, o verdadeiro objectivo do sistema imperial do século XIX era combinar a provisão de estabilidade política e económica doméstica com a produção de prestígio nacional e mercados fechados na arena internacional, por meio de conquista (*Ibidem*: 29).

Para Said o termo imperialismo significa a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano que domina um território distante; colonialismo, quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de aglomerados populacionais em territórios distantes. O império é um relacionamento, formal ou informal, no qual um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade política. Pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, pela dependência económica, social ou cultural. É simplesmente o processo ou política de estabelecer ou manter um império. O imperialismo, permanece onde sempre esteve, numa espécie de esfera cultural geral, bem como em práticas políticas, ideológicas, económicas e sociais específicas (Said, 1994: 9).

Os primeiros impérios europeus ultramarinos modernos eram, por sua própria natureza, quase exclusivamente impérios coloniais. Isso mudou desde o final do século XVIII com a crescente lacuna no desempenho económico entre as economias em crescimento na Europa e no mundo exterior, com a consolidação das relações económicas globais, a melhoria da intervenção militar globalmente operacional e o surgimento do pensamento político em escala global estratégica. Especialmente para a

Grã-Bretanha, que foi o principal poder económico e naval internacional entre 1815 e 1880, vê agora um repertório diversificado de outras possibilidades disponível para os seus próprios interesses económicos e estratégicos (Osterhammel, 1995: 23).

A distinção entre salvaguarda formal e informal de interesses contra países “mais atrasados” militar e economicamente, entre império formal e império informal (cf. Barton, 2014: 30-47) pode ser aplicada não apenas ao Império Britânico, mas em grande escala, aos EUA e ao Japão. Cuba, por exemplo, colónia espanhola desde 1858, apesar de ser oficialmente uma república independente entre 1902 e a tomada de posse de Fidel Castro, vê quase toda a sua economia em mãos americanas. O governo dos EUA interveio fortemente na política interna de Cuba. Cuba era, portanto, uma área de exploração semi-soberana dos EUA: um caso clássico de império informal. Os japoneses implementaram, desde 1905, um império formal, que consiste de colónias economicamente lucrativas: Taiwan (1895-1945), Coreia (1910-1945) e Manchúria. Com uma esfera de influência gradualmente ampliada na China. O Reich alemão também operou uma política de construção de império informal antes de 1914 na China, na América Latina e no Império Otomano (*Ibidem*: 24).

Em suma, de acordo com Osterhammel, para os séculos XIX e XX, podemos distinguir três graus de interação entre superpotências colónias e estados recentemente independentizados:

Domínio colonial (*die Koloniale Herrschaft*) (= império formal): os governantes nativos são substituídos por estrangeiros. A ordem política pré-colonial deixa de existir ou, pelo menos, de funcionar sem impedimentos. Representantes do poder colonial exercem funções centrais como tributação, jurisdição, policiamento e poder militar. Todas as relações exteriores dos colonizados são monopolizadas pelo poder colonial. Para o resto, as definições acima de colónia e colonialismo aplicam-se (Osterhammel, 1995: 25);

Controlo quase colonial (*die Quasi-koloniale Kontrolle*) (= império informal): o estado mais fraco permanece como uma comunidade independente com seu próprio sistema político. Ele pode administrar a sua própria política externa e regular os assuntos internos de rotina. Não há administração colonial, mas, por vezes, existem autoridades mistas estrangeiras e indígenas. No entanto, o estado mais fraco tem apenas soberania limitada, a superpotência recebe privilégios como resultado da pressão pontual em contractos desiguais. O seu conteúdo é geralmente a proteção de estrangeiros da aplicação das leis locais pela jurisdição consular e extraterritorialidade,

o estabelecimento de um regime de livre comércio, o direito de estacionar tropas estrangeiras em águas territoriais e em pontos de desembarque acordados. A superpotência é representada por cônsules, diplomatas ou residentes, que intervêm em carácter consultivo na política local, especialmente nas lutas dos sucessores, e se necessário, sublinham o seu conselho através de ameaças de intervenção militar (Osterhammel, 1995: 25).

Em casos extremos, os dirigentes de administrações locais são apenas peões ao serviço da metrópole. No entanto, eles têm um certo espaço de manobra, muitas vezes até considerável. A elite colaborativa ideal, sobre a qual o império informal repousa inevitavelmente, deve possuir legitimidade e assertividade suficientes para operar no interesse do poder imperial. O Império informal raramente é estratégico ou motivado por considerações de prestígio. Na maioria dos casos, é um meio de assegurar interesses económicos frequentemente importantes (comércio, investimento direto, títulos), muitas vezes sem apoio político. Ao contrário do colonialismo, o império informal exige uma superioridade económica significativa do colonizador. Deve haver o potencial para penetrar uma economia no exterior (*Ibidem*).

Influência não colonial (*die Nichtkolonialer Einfluß*): não existe relação colonial entre a potência e a ex-colónia neste caso. Além disso, não há direitos especiais codificados em contractos desiguais. No entanto, a superioridade económica do parceiro estatal mais forte ou das suas instituições do sector privado, ou a sua função de proteção militar dá-lhe a oportunidade de influenciar a política do parceiro mais fraco que não possui os seus vizinhos "normais". Este é um padrão típico de assimetria internacional no mundo pós-colonial” (*Ibidem*: 26).

Osterhammel nota ainda que, "Imperialismo" é o termo que resume todas as forças e atividades que contribuíram para a construção e manutenção de tais impérios trans-coloniais. Inclui as vontades e acções do centro imperial de definir os seus próprios interesses nacionais como imperiais, levando-os a um nível mundial dentro do sistema internacional. Assim, o imperialismo implica não apenas política colonial, mas política mundial, na qual as colónias não estão sozinhas em si mesmas. Desde o último terço do século XIX, o reconhecimento das reivindicações geopolíticas de poderes terceiros, e das suas próprias reivindicações coloniais. O imperialismo é planeado pelas instituições estaduais, ministérios estrangeiros e de guerra e executado pelas autoridades coloniais e figuras no local. Contudo, tal política mundial, deve ser sempre vista tendo em conta o pano de fundo do surgimento de um sistema de estado mundial, e o contexto



de estruturas de evolução lenta e desigual no intercâmbio económico entre os espaços da Terra (Osterhammel, 1995: 27).

Portanto, imperialismo e colonialismo não são o mesmo. Como nos indica Osterhammel, o imperialismo é, em certos aspectos, o termo com o sentido mais amplo, de modo que o colonialismo surge quase como um caso especial seu. Na verdade, isso pode ser argumentado olhando para o Império Britânico desde 1780. No entanto, como o imperialismo inclui a possibilidade de percepção do interesse mundial e penetração capitalista de grandes áreas económicas, o termo é aplicado com relutância face aos primeiros impérios coloniais modernos, ainda incapazes de tais manobras económicas. Mas, o Reino Unido e os Estados Unidos nunca foram potências imperialistas plenamente desenvolvidas, os Estados Unidos, são claramente, um caso de imperialismo sem um império colonial. França, Alemanha, Rússia e Japão foram em diferentes momentos portadores de imperialismo num sentido limitado, sem estar realmente presente a longo prazo por todo o mundo, ou economicamente fraco demais para penetrar mais economias. Impérios coloniais “sem imperialismo” (*Kolonialimperien ohne Imperialismus*) foram regra durante o início do período moderno da expansão europeia, sendo tida como exceção, a Holanda. Nos séculos XIX e XX, no entanto, o cenário altera-se e são precisamente os Países Baixos que ilustram este caso de uma forma particularmente plausível. Entre as guerras mundiais, a Holanda foi, sem dúvida, a terceira maior potência colonial europeia depois da Grã-Bretanha e da França. Ao mesmo tempo, não era de forma alguma uma potência imperialista: sem ambições políticas mundiais e meios de poder, sem as oportunidades de fazer uma aparência informal apreciável, à exceção da sua colónia na Indonésia (*Ibidem*: 28).

Na época da Primeira Guerra Mundial, as potências imperiais ocupavam, ou por vários meios controlavam, nove décimos do território global, sendo um quinto do mundo e um quarto da sua população domínio britânico.

O mundo era concebido como incontrollável, caótico, inatingível e, em última instância, maligno. Motivado pelo seu desejo de conquistar e dominar, o imperialista configura o reino colonial como um confronto baseado em diferenças de raça, linguagem, costumes sociais, valores culturais e modos de produção.

Pode afirmar-se que os impérios modernos eram projeções de estados-nação e alguns defensores da colonização no final do século XIX argumentavam a favor desta visão. As colónias deveriam ser expressões do poder nacional e os seus recursos usados para fins nacionais. Os líderes políticos, na metrópole, discordavam regularmente sobre

até que ponto os impérios seriam zonas de exploração ou um espaço moral, em que questões como escravidão, trabalho forçado, conversão religiosa e educação tinham que ser confrontadas. (Cooper, 2005).

Até recentemente existiam impérios e até à década de 1960, a história de muitos Estados-nação europeus não pode ser significativamente escrita sem a consideração de múltiplos contextos imperiais. De maneira mais direta e intensa, as histórias nacionais de muitos outros países estão relacionadas ao passado imperial. Qualquer que seja o caminho de onde emergisse um Estado-nação, ele olhava para um império (Budde et. al, 2010).

### 1.3. Neocolonialismo

Com a crescente onda de movimentos independentistas, muitos países colonizados viram a sua liberdade restabelecida, mas até que ponto seriam realmente livres?

Nas ruínas do império colonial tradicional emergiu um novo tipo de colonialismo, mais subtil, mas igualmente influente. O colonialismo tradicional envolveu a dominação política directa de uma nação sobre outra área, permitindo assim que o poder colonial controlasse todos e quaisquer aspectos da vida, interna e externa, da colónia. Este novo conceito, o neocolonialismo, é mais difícil de descrever e, portanto, de analisar.

Não parece existir uma definição geral de neocolonialismo, havendo até desacordo sobre a verdadeira origem do conceito. Para uns, este nasceu através de Sartre em 1956, porquanto outros indicam o leninismo para descrever uma nova forma de domínio aplicado ao período colonial dos estados independentes. A primeira definição oficial foi providenciada pela conferência dos povos africanos em 1961<sup>3</sup>: “The survival of the colonial system in spite of formal recognition of political independence in emerging countries, which become victims of an indirect and subtle form of domination by political, economic, social, military, or technical means” (Haag, 2011 *apud* Martin, 1985: 191).

No entanto, o conceito só foi oficializado com Nkrumah com a sua obra *Neo-*

---

<sup>3</sup> Iniciada em 1958 em Acra, Gana, juntou representantes de diversos estados africanos independentes. Esta foi concebida para incluir comunidades étnicas, partidos políticos anti-coloniais e organizações africanas, como sindicatos e outras associações no final dos anos 50 e início dos anos 60. A conferência foi desenvolvida com o objectivo de representar o posicionamento de que África deveria ser devolvida aos povos e grupos, de quem foi retirada pelos colonos.

*Colonialism: The Last Stage of Imperialism* (1966). O neocolonialismo é visto como uma forma adaptada do colonialismo, tomando vantagem das fraquezas dos estados recém-descolonizados para atingir benefícios económicos, políticos e culturais, com apoio político das elites. O que se altera são os mecanismos aplicados para assegurar essa dependência. Estes mecanismos variam desde o controlo dos preços de bens manufacturados, o condicionamento dos interesses comerciais, o controlo do capital através de sistemas bancários, a influência externa na política através do suborno da administração local, ou até a presença e intervenção militar por parte do neocolonialista. Segundo alguns autores, o neocolonialismo também engloba a influência cultural e educacional, exercida através da repatriação de professores e embaixadores culturais. No início, o conceito de neocolonialismo era aplicado para descrever as práticas da França e da Inglaterra. No entanto, este conceito passou lentamente a definir o domínio económico exercido pelos grandes poderes como os EUA, a URSS e a China (Haag, 2011).

A palavra “neocolonial” expressava uma desilusão, e até certo ponto uma acusação, face aos regimes africanos que permaneceram amigáveis com antigas potências coloniais ou com os Estados Unidos, e mais profundamente uma crítica a uma economia mundial que impunha restrições severas à política económica africana e aos poderes que puniam estados independentes que se distanciavam, profundamente, de determinadas expectativas. O problema com o conceito de neocolonialismo, era que este fornecia uma estrutura muito simples, que dificulta uma análise precisa do que se havia alterado ou não (Cooper, 2005).

Este significa o impacto das nações avançadas nas áreas em desenvolvimento, com especial referência aos seus sistemas educacionais, e vida intelectual das “ex-colónias”. O neocolonialismo moderno difere do colonialismo tradicional, na medida em que não envolve controlo político directo, deixando margem substancial para o país em desenvolvimento. É, no entanto, semelhante, pois permanecem alguns aspectos de dominação da nação avançada sobre o país em desenvolvimento. É, em parte, uma política planeada por parte das nações desenvolvidas para manter a sua influência nos países em desenvolvimento, uma continuação de práticas passadas (Ashcroft et al, 1995).

Neocolonialismo nem sempre é uma influência negativa, assim como o próprio colonialismo, este obteve efeitos positivos em diversas áreas. O foco, no entanto, é

geralmente posicionado nos pontos negativos do neocolonialismo educacional, pois este traz consequências culturais para os países receptores. A sua vertente educacional pode ser bastante óbvia, como a distribuição de livros estrangeiros nas escolas do país “subjugado”. É, no entanto, geralmente mais subtil e inclui o uso de assessores técnicos estrangeiros, em questões de política, de continuação dos modelos administrativos estrangeiros e padrões curriculares para as escolas. Alguns países em desenvolvimento dependem, por exemplo, de professores expatriados para suas escolas secundárias e faculdades. Esses professores, independentemente das suas orientações pessoais, não podem deixar de inculcar valores e pontos de vista ocidentais nas escolas (Ashcroft et al, 1995).

Segundo Nkrumah (1966), o neocolonialismo representa o imperialismo no seu estado final e mais perigoso. Este processo decorre porque o colonialismo antigo não se encontra totalmente abolido. A essência do neocolonialismo centra-se num Estado que é independente e se encontra numa posição de soberania internacional. Os métodos e formas em que se processa, apresentam vários modelos. Em casos mais extremos, as tropas do poder imperial podem controlar o governo desse Estado, no entanto, em casos normais, o neocolonialismo é demonstrado através do controlo económico. O controlo sobre a política governamental do estado neocolonial é assegurado por pagamentos, colocação de funcionários da metrópole em posições civis, onde seja possível controlar o Estado, e pelo controlo monetário das trocas externas (Nkrumah, 1966).

O resultado do neocolonialismo, parte do pressuposto de que o capital externo é usado para a exploração e não para o desenvolvimento das partes mais pobres do Mundo, aumentando o fosso entre pobres e ricos. Um Estado sob a égide de um poder neocolonial não tem qualquer decisão sobre o seu destino. A diferenciação entre o colonialismo e o neocolonialismo surge, tendo em atenção, que este último é um perigo muito maior para o mundo. As guerras limitadas que decorrem no período pós-colonial surgem com base neste neocolonialismo, onde potências se apoiam em países independentes e pequenos para impor um regime neocolonialista (*Ibidem*).

Neocolonialismo significa poder sem responsabilidade. Enquanto que no colonialismo a metrópole se via obrigada a fornecer explicações para as suas ações no palco internacional. E as suas colónias, apesar de servirem os intentos dos poderes imperiais, obtinham proteção contra a sua oposição. No neocolonialismo este fenómeno não acontece, sendo consecutivamente adiado o confronto com questões sociais existentes nos seus domínios.

Desde o fim do século XIX, as colónias foram consideradas como uma fonte de riqueza que poderia ser usada para mitigar os conflitos entre estados capitalistas. No entanto, esta estratégia falhou, pois, os estados capitalistas pré-guerra encontravam-se tão internamente organizados que os rendimentos provindos das possessões coloniais eram distribuídos entre a classe capitalista e não a trabalhadora. O objetivo do neocolonialismo é quebrar grandes territórios coloniais, unificados, num número considerável de Estados pequenos, não-viáveis, que serão incapazes de se desenvolver de forma independente e devem, por isso, confiar no poder imperial para a sua defesa e segurança interna (Nkrumah, 1966).

Uma potência mundial que constrói uma estratégia global no qual se engloba o estabelecimento de uma base militar num país independente, tem de assegurar que esse país lhe é amigável. Ainda que os neocolonialistas usem o domínio económico como principal arma, eles não se limitam a esta esfera:

They use the old colonialist methods of religious, educational and cultural infiltration. For example, in the independent States, many expatriate teachers and ‘cultural ambassadors’ influence the minds of the young against their own country and peoples. They do this by undermining confidence in the national government and social system through exalting their own nations of how a State should be run and forget that there is no monopoly of political wisdom (Nkrumah, 1966: 35).

Denomina-se de neocolonialismo a concretização dos objectivos delineados anteriormente pelo colonialismo, falando-se, ao mesmo tempo, em “liberdade”. Os métodos neocolonialistas são construídos tanto através da força como da persuasão. Para além do controlo do capital internacional, o neocolonialismo também se revela no aumento das taxas de juro, na ajuda multilateral através de organizações internacionais como o FMI.

Culturalmente, a mensagem neocolonialista é igualmente transmitida através de filmes ou simplesmente pela comunicação social da metrópole, controlada por agências de notícias. Um dos métodos mais insidiosos do neocolonialismo é o evangelismo como é o caso das testemunhas de jeová. (*Ibidem*)

O conceito degenerativo de neocolonialismo, num quadro geral de análise, é por

vezes invocado como uma alternativa possível face às preocupações dos críticos pós-coloniais. Certamente a palavra "neocolonialismo" era um termo apropriado para descrever a configuração imediata da época pós-colonial. Embora os territórios anteriormente colonizados tivessem de volta, gradualmente, a sua soberania política, eles permaneciam sujeitos ao poder efectivo das grandes potências mundiais, que constituíam o mesmo grupo das antigas potências coloniais.

Segundo Young, o neocolonialismo denota uma hegemonia económica contínua que significa que o estado pós-colonial permanece numa situação de dependência dos seus antigos colonizadores, esses que continuam a agir de maneira colonialista em relação aos estados anteriormente colonizados. Nesta análise, a descolonização corresponderia, na realidade, à mudança entre sociedades políticas e civis, isto é, de uma sociedade controlada pela força militar a uma que já não necessitava de tal força física porque a hegemonia da classe dominante estava suficientemente estabelecida. A nível cultural, ideológico, económico e político, opera por meio de prestígio e consentimento activo (Young, 2001: 45).

A essência do neocolonialismo situa-se no Estado que está sujeito a ele, em teoria, tem todo o aparato externo da soberania internacional. Na realidade, o seu sistema económico e, portanto, as suas políticas são dirigidas a partir de fora. A sua independência, portanto, é uma farsa. Historicamente, o neocolonialismo, como o colonialismo antes dele, representa a exportação do conflito social dos países capitalistas, em particular, as demandas dos estados ocidentais, com os padrões de vida da sua classe trabalhadora comparativamente elevados. Representava, portanto, o palco americano do colonialismo, um império sem colónias (*Ibidem*: 46).

Considerando o ponto principal da investigação, que foi anteriormente mencionado na pergunta de investigação, optou-se pela exploração de conceitos que se correlacionavam directamente com a mesma. Deste modo, ao invés de explorarmos uma teoria, foram explanadas as diferentes perspectivas de vários autores em relação aos conceitos de colónia, colonialismo, imperialismo e neocolonialismo. Apesar do significado de colónia ser preponderante para o desenrolar da investigação, é a dialética apresentada entre o colonialismo e imperialismo aquela que se apresentou como ponto fundamental. A divergência entre os autores em elaborar uma definição para ambos, assim como as incertezas sobre o modo como estes podem ser conceitos sinónimos,

como se observou em Cooper, Young e/ou Said, podem ser decisivos no modo como se aborda a colonização, assim como até que ponto esta não se mistura com uma tentativa imperialista.

No entanto, a evolução da literatura crítica e teórica sobre o colonialismo, permitiu-nos, simultaneamente, explorar o conceito de neocolonialismo que, apesar de apresentar *nuances* em relação ao conceito original de colonialismo, acaba por se desenvolver de forma singular. O contributo de autores como Nkrumah e Haag, assim como as experiências coloniais brevemente referidas permitirão uma compreensão mais profunda do objecto aqui em estudo.

Neste sentido, os conceitos aqui apresentados serão aplicados posteriormente ao caso aqui apresentado, para que seja possível compreender sobre as intenções por detrás dos esforços de expansão cultural e científica do governo nacional-socialista nos países latino-americanos e assim, tentar chegar à aplicação de um termo que possa definir as mesmas.

## 2. O Sonho Colonial Alemão

For almost 60 years, from the end of World War Two, the German public had forgotten about its colonial empire. Whereas other European powers experienced the traumatic violence of decolonization, Germans believed that they had nothing to do with the colonial exploitation of large parts of Africa, Asia or South America. They were innocent—so many believed—of the devastations brought about by European colonialism and could therefore engage with the new post-colonial world without the dark shadow of a colonial past. Some observers have termed this a “colonial amnesia.” (Perraudin e Zimmerer, 2011: 1).

Só em 2004, no centenário do genocídio dos povos Herero e Nama, a população volta a ser confrontada com as atrocidades alemãs de há um século. O tema chamou a atenção dos media e em agosto do mesmo ano, o governo alemão emitiu um pedido de desculpas oficial. Tal atitude, apesar de apoiada no panorama internacional, desencadeou uma onda de respostas inquietantes, sendo mesmo considerada pelos círculos conservadores como traição (*Ibidem*: 2).

A temática colonial alemã parece não despertar o interesse da comunidade académica, mesmo dentro da Alemanha.

O colonialismo alemão foi considerado durante muito tempo um fenómeno isolado e marginal, que tentou realizar uma aparição no panorama mundial demasiado tarde e de forma superficial, tendo sido demasiado curto para deixar qualquer impressão mais profunda. Agora a opinião pública e a academia alemã parecem ter finalmente entrado na sua era pós-colonial, após décadas de marginalização.

É, de certa forma, irónica esta “amnésia colonial” que se abate sobre os alemães após tantos séculos de luta por um “lugar ao sol” e pelo reconhecimento dos seus vizinhos europeus enquanto potência colonial. Apesar de curta e extremamente diferenciada do modelo habitual do colonialismo europeu, a expansão alemã mostra pontos de interesse e marcou, de certa forma, os territórios onde se estabeleceu. Este é ainda um colonialismo que vai para além da dominação de um território longínquo, sendo durante os primeiros séculos da construção colonial europeia fomentado pela imaginação, pela ciência e a vontade de integração na nova aventura mundial.



Neste capítulo será abordada a relação da Alemanha com o colonialismo, abordando maioritariamente as fantasias criadas à volta da criação de um império, a visão do outro e as esperanças e vontades de ter um domínio seu. Esta observação será realizada, tendo como grande base a obra *Colonial Fantasies* de Susanne Zantop (1997), fundamental no estudo deste tópico e base para grande maioria da literatura crítica sobre o mesmo. Assim, serão analisados os seguintes espaços temporais: primeiramente, entre 1770 e a obtenção de colónias em 1884; em segundo lugar, o período pós primeira guerra mundial; e por último a era nacional socialista.

## **2.1. Fantasias coloniais e a aquisição de colónias (1770-1884).**

Quase desde o seu início, os povos europeus, incluindo os alemães, fizeram parte da exploração dos novos territórios através de aventureiros e mercenários em expedições espanholas ou portuguesas (e.g. Ulrich Schmidt, Hans Staden); como mercadores equipavam navios e negociavam escravos, como cientistas, exploradores ou intérpretes ao serviço de companhias alemãs ou estrangeiras. Milhares de homens tomaram rumo em direção às américas e África, atraídos por lendas de aventura e riqueza.

Não existiam projectos coloniais com financiamento estatal. Grande parte dos cerca de 300 estados do Sacro Império Romano eram demasiado pequenos e pobres para investirem em tais actividades.

Às grandes casas de mercadores faltava-lhes a autoridade, ou até mesmo vontade, de reivindicar os territórios, recorrendo a uma colonização indirecta através do financiamento de expedições de terceiros. Aos pequenos principados alemães, por sua vez, faltava-lhes organização, meios financeiros e portos com meios para equipar frotas e enviar tropas. Ao longo dos séculos, no entanto, enquanto que dificuldades materiais e financeiras impediram as aventuras coloniais, o desejo de conquistar e explorar cresceu para um nível de quase obsessão (Zantop, 1997:19).

No século XIX, quando parecia, finalmente, possível uma expedição patrocinada pelo estado, temia-se que o mundo já estaria totalmente dividido e espalhado pelas restantes forças expansionistas, sem deixar qualquer espaço para a “nova Alemanha”.

O facto de a Alemanha ter chegado muito tarde trouxe alguma insegurança e frustração, intensificadas por diversas dúvidas sobre a capacidade dos alemães enquanto colonizadores, baseadas no *leitmotiv* ressurgente da culpa colonial alemã, a sua

participação na escravatura, violência e aniquilação contra populações indígenas.

Bartolomeu de Las Casas (Monge Hispano-Dominicano) foi o primeiro a publicar sobre esta culpa colonial. Na sua obra *Brevísima relación* (1552), Las Casas afirma que os mercadores alemães são ainda mais cruéis e gananciosos que os espanhóis., trazendo à luz uma “Lenda Negra”.<sup>4</sup> (Zantop, 1997: 20)

As fantasias coloniais nascem com o conto e reconto desta história e de tantas outras como uma manobra para libertar o povo alemão de qualquer culpa, revelando, simultaneamente, um discurso de Germanidade (*das Deutschtum*). Como exemplo temos a própria obra de Las Casas, que na sua primeira tradução alemã (1597) tenta desviar a atenção da questão da culpa alemã, ao reforçar as atrocidades espanholas. Surgem também, cada vez mais obras que tratam a colônia alemã ideal, povoada por colonizadores honestos e batalhadores, que trabalham do solo, produzindo produtos agrários para exportação e ganhando riquezas não pela exploração de nativos, mas sim através do seu trabalho. (*Ibidem*: 22)

As frustrações, inseguranças e escrúpulos morais acerca da sua chegada tardia ao campo colonial e possível envolvimento nas atrocidades realizadas nas colônias, foram reprimidas a favor de um ideal fantasioso, positivo e otimista. Este tentou provar que não, a Alemanha não teria chegado tarde de mais, ainda haveria território a conquistar; não eram incompetentes enquanto colonizadores, pelo contrário, a sua coragem e desenvolvimento industrial destinava-os para essa função; e não teriam feito parte das actividades horríveis de que são acusados.

A narrativa de infortúnio e insucesso no campo colonial foi convertida numa fantasia triunfalista. Fantasia esta que se agarra perpetuamente a um leque de questões sobre as possibilidades de sucesso enquanto potência colonial. Tal narrativa fantasiosa preencheu assim os 300 anos que se seguiram, desde a descoberta, invocando um futuro triunfal imaginário (*Ibidem*: 25).

Esta transformação gradual de atitude no discurso vai ao encontro da febre de viagens no séc. XVIII e a publicação cada vez mais acentuada de relatos de viagem. Nunca se teria viajado tanto como neste século e embora poucos alemães tenham realmente participado nas expedições a novos territórios, muitos tiveram interesse nestas viagens, como indica o grande número de diários de viagem publicados na Alemanha. Até 1874, os leitores alemães tornaram-se os principais consumidores de

---

<sup>4</sup> Conceito utilizado para todos os conquistadores, que pressupõe uma tendência natural e cultural para a crueldade e intolerância. Cf. Greer et. al. (2007)

literatura de viagem na Europa. Enquanto que o número de viajantes aumentava gradualmente, o número de “exploradores de poltrona” a participar destas viagens através do seu lar disparou (Zantop, 1997: 35).

Na primeira metade do séc. XVIII existe ainda uma transição entre as primeiras formas de literatura que retratam o encontro entre europeu e nativo, de carácter mítico, e novos textos de natureza científica. Muitos trabalhos antigos sobre descoberta e conquista eram agora alternados com descrições contemporâneas de viagens de exploradores europeus e de populações exóticas. A exactidão científica coexiste e até se confunde com o mito. Assim, acontece uma junção de histórias míticas com informação geográfica, hierárquica, cultural e moral, que era agora acessível ao público burguês (*Ibidem*).

Através da representação de cenários coloniais pela visão de personagens alemãs (fictícias), o leitor ganha percepção do novo mundo e da chegada dos europeus, permitindo-lhes criar uma opinião própria. Sendo intelectualmente envolvidos em todas as vertentes da actividade colonial, os leitores iniciam comparações entre potências internacionais para definir qual delas a pior, visto que quaisquer experiências coloniais alemãs eram raramente referidas ou criticadas nestes textos.

Providenciando o leitor com uma unidade de comparação entre si e outras culturas, a literatura de viagem e outras obras científicas são utilizadas para o que se pode chamar de colonialismo intelectual (*Ibidem*: 41).

Os diários de viagem tornaram-se, igualmente, um veículo para aceder à distância cultural entre “eles” e “nós”. Autores como Cornelius De Pauw, identificaram concepções populares e familiares para o europeu sobre o “outro”, encaixando-as numa realidade aparentemente coerente de forma a explicar a história da conquista. Inicia-se assim o debate sobre a natureza dos colonos e comparações físicas e intelectuais com os europeus, que providenciou parâmetros para a construção de uma nova identidade do homem europeu enquanto colonizador natural (*Ibidem*: 48).

De Pauw foca-se em elementos como a falta de cabelo, como sinal de degeneração física e moral, para desencadear uma redefinição da virilidade europeia como oposta à efeminação dos nativos (descritos como mais fracos e com características femininas). O autor propõe assim um homem burguês naturalmente forte (*Kraftmensch*) que carrega publicamente a sua vasta barba e cabelo natural como símbolo do seu poder e da sua obrigação de restabelecer a ordem natural das coisas. Reforça a sua convicção de que o Homem é feito de domínio, de domesticação dos selvagens e que apenas um

homem civilizado pode extinguir todos os males ao se expandir e construir colónias. Deste modo, se a colonização deve ser feita por pessoas civilizadas, por uma nação sem culpa colonial, onde as artes e ciências florescem e a sua população sonha sobre o amor pelo trabalho e pela ordem, então os prussianos seriam, naturalmente, os candidatos perfeitos. Ele reforça a ideia de missão colonial, missão essa que cabe ao homem firme, não afectado pelas atracções exóticas e focado na sua tarefa de ordenar e dominar (Zantop, 1997: 58-65).

Surge assim uma ênfase no conceito de raça, que se funde à ideia de impotência e inferioridade através de uma categorização efeminada do outro. O ensaio de Kant, *Von der verschidenen Racen der Menschen* (1775), é considerado o pilar teórico no que diz respeito à discussão das diferenças fisiológicas na Alemanha, apresentando pela primeira vez o termo raça adoptado do inglês e do reino animal. Kant distingue quatro raças baseadas na cor da pele: os brancos (europeus); os negros (África Central); os de pele vermelha (hunos e mongóis); e os de pele morena (da Índia) (*Ibidem*: 68).

Christoph Meiners, reforça esta teoria estabelecendo uma identidade nacional baseada exclusivamente na raça. Homens altos, brancos e com vastas barbas é um sinal de superioridade física e psicológica. Os alemães, por sua vez, encaixam-se perfeitamente na descrição, tornando-os automaticamente superiores aos restantes povos (*Ibidem*: 70). Apresentando estes argumentos, parece agora evidente para o público que a supremacia do europeu é explicada através da sua anatomia e biologia. A superioridade estava no sangue e este explicava o porquê de um continente inteiro ter sido sempre soberano e os restantes servos.

Com o passar dos séculos e a crescente simpatia por movimentos patriotas conservadores, as teorias raciais ganharam visibilidade. Torna-se tendência associar carácter racial e carácter nacional. Os alemães agora colocavam-se no topo da classificação (racial) global, contrastando com os negros e indianos. E até mesmo dentro do continente europeu existia competição para determinar quem possuía o tom de pele mais claro e delicado, de forma a estabelecer uma hierarquia. A raça branca era não só superior em todos os aspectos, como também o alfa e ómega da evolução humana.

Após a ocupação napoleónica em 1806, os alemães que se viam como futuros colonizadores eram agora colonos dos franceses, aumentando o sentimento de diferenciação entre eles e os seus vizinhos europeus. A imagem do alemão, generoso, empreendedor e com espírito de sacrifício colocava-se em contraste com os espanhóis preguiçosos e os gananciosos ingleses, ambos de carácter erróneo. Esta distinção

nacional, por si só, pode ser considerada colonialista, ao aplicar as mesmas medidas de diferenciação utilizadas para os povos do terceiro em relação aos seus iguais europeus (Zantop, 1997: 80).

À medida de que este mito racial alemão se fortifica na mente das massas, adaptações de famosas personagens coloniais são feitas, indo ao encontro da visão que o alemão tem de si mesmo enquanto futuro colonizador. Uma destas adaptações é *Robinson der Jüngere* – adaptação da obra *Robinson Crusoe* de 1719 - de Joachim Campe (1790), que tal como o povo alemão procura a sua própria ilha e uma história colonial diferente. A história de Crusoe é o mais puro legado colonial. Desperta a imaginação e cria desejos de aventura, pelo exótico, de uma ilha utópica, um lugar onde se pode governar de acordo com os próprios princípios, onde se pode trabalhar com nativos dóceis (como Sexta-Feira), ou disciplinar os que se recusam a abandonar os seus territórios e modos selvagens (*Ibidem*: 113-115).

Ao contrário dos ingleses, espanhóis ou franceses, Crusoe não se entrega a excessos; ele não anseia por ganhos materiais, luxo e poder. Ele é frugal, trabalhador, piedoso, protestante. Para ele a colônia é um espaço de aprendizagem e regeneração, não um lugar para prazer sensual ou enriquecimento material. Ele retorna para casa um homem novo que conseguiu provar a sua superioridade natural através da sua resistência física, conduta moral e inteligência. Os alemães identificam-se com esta descrição de Robinson Crusoe, transplantando as suas esperanças e sonhos nesta figura.

Esta versão de Campe torna possível simpatizar com os conquistadores, que vencem com virtude e coragem. A sua crueldade, por outro lado, não passa (com base nas teorias publicadas) de parte do plano divino que Crusoe teria de seguir. Deste modo, não havia um colonizador, viajante ou apoiante da prática colonial que não afirmasse orgulhosamente ter sido atraído para a aventura colonial após ler Crusoe (*Ibidem*: 121).

Outras duas figuras que se tornam extremamente populares e que facilitam o imaginário colonial são Cristóvão Colombo e Alexander von Humboldt. As observações fornecidas por Humboldt só vêm confirmar todas as ideias e teorias que o público tem ouvido durante todo este tempo, de que a conquista é um evento natural, sem violência se o fraco se reconhecer como tal.

Humboldt traz à vida, mais uma vez, o entusiasmo dos primeiros descobridores. No imaginário germânico este transformou-se num Colombo alemão, que ao “conquistar” a América latina (local onde realiza as suas pesquisas), levou consigo o legado da conquista, transformando-o e abrindo o continente sul-americano para uma

exploração renovada. Humboldt é considerado não só o colombo dos tempos modernos, como alguns afirmam, como também o ultrapassa, pois ao contrário de Colombo que só realizou uma descoberta territorial, Humboldt abre as mentes trazendo recompensas espirituais. A esta “descoberta” de Humboldt é dado o nome de “segunda descoberta” (sendo a primeira de Colombo) apagando do pensamento dos alemães no séc. XIX, os fracassos do passado, dando espaço para um futuro glorioso (Zantop, 1997: 168-173).

Colombo, por sua vez, está próximo da realidade alemã pelo facto de, tal como os alemães, ter sido subestimado, incompreendido e ter atingido a glória numa fase mais tardia da sua vida. Com a unificação do país em 1871, seria possível moldar a história colonial da nação e atingir a glória retardada que tanto procuravam. A Alemanha seria a sucessora de Colombo, descobrindo a sua própria Índia.

O crescente número de alemães a emigrar em busca de melhores condições, tornou-se uma grande preocupação. Preocupação esta que passa a alimentar todo o discurso colonial, para tentar direccionar os emigrantes alemães dos Estados Unidos, para futuras colónias alemães. Milhares de emigrantes, exilados politicamente, tornaram-se os representantes dos alemães que viviam no exterior. Entre 1848 e 1871, ajudaram a sustentar na mente dos leitores da pátria mãe uma ideia de rede global unificada de alemães no exterior (Ames et al, 2005: 25)

Estes *Auslandsdeutsche*<sup>5</sup>, surgem como uma personificação de Colombo, como colonizadores culturais supremos, que passam os valores do trabalho árduo, vitalidade espiritual, educação clássica e amor à ordem para terras culturalmente subdesenvolvidas na Europa Oriental, Ásia, Austrália, América Latina e Oeste americano, assim como aumentaram a atmosfera cosmopolita das cidades mais importantes da Europa e da América.

Com a unificação as expectativas tornaram-se elevadas, o objecto transnacional transmutou de uma situação onde não é nacional de todo para não ser nacional o suficiente. Para os nacionalistas alemães, o próximo passo era entrar na globalização competitiva juntamente com os grandes impérios mundiais (Naranch e Eley, 2014: 31).

Vários movimentos alimentados por dois séculos de material fantasioso decidem avançar agora que o país se encontra finalmente com um governo central que pode aceder, com entusiasmo, aos seus planos. A forte liderança que se apresentava em Berlim

---

<sup>5</sup> Nas décadas pós-revolucionárias, o termo *Auslandsdeutsche* substituiu o antigo termo *Auswanderer*. Ser *Auslandsdeutsche* trouxe vantagens distintas que os antigos *Auswanderer* não tiveram. Os *Auslandsdeutsche* reflectiam o status ambíguo dos indivíduos que viviam fora da pátria, eram aqueles que preservavam os valores regionais e demonstravam a força do *Volk* alemão (Ames et al, 2005: 26)

após a unificação do país parecia ter todas as condições, e até a vontade de, finalmente, apanhar os vizinhos europeus no campo colonial. No entanto, o novo governo estava, numa fase inicial, relutante quanto ao investimento em empreendimentos coloniais.

O apoio popular aumentava e diversas sociedades coloniais de foro privado como: *Westdeutscher Verein für Kolonisation und Export* (1880); *Kolonialverein* (1882); e *Gesellschaft für deutsche Kolonisation* (1884); assumiram a tarefa de espalhar propaganda colonialista e forçar a ajuda do governo ao colectar capital, enviar emissários e adquirir territórios (Zantop, 1997: 192-200).

Otto von Bismarck convocou uma conferência em Berlim, que se realizou entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, com a participação de países europeus (Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Rússia e Suécia) mas também do Império Otomano e dos Estados Unidos. Esta tinha como objectivo a repartição justa do território africano.

Após a conferência, Otto von Bismarck conseguiu, finalmente, colocar áreas do Sudoeste Africano, adquiridas pelo mercador Lüderitz, sob a protecção do império alemão. Até 1888, o império havia acumulado territórios várias vezes do tamanho da Alemanha, com um crescente entusiasmo. A seguir à Grã-Bretanha, França e Holanda, a Alemanha conseguiu o quarto maior império imperial naquela época, tornando-se num período integral e significativo do imperialismo pré primeira guerra mundial (Conrad, 2013: 544).

Apesar do entusiasmo, debates sobre a necessidade de colónias e a “missão colonial” da Alemanha continuaram. Neste contexto, os mitos e fantasias incumbidos na sociedade alemã tiveram um papel fundamental. Eles formaram a matéria cultural pela qual os colonialistas poderiam construir os seus argumentos. Mesmo após a unificação de 1871, a obtenção de territórios, as figuras coloniais do passado (acima referidas) são utilizadas como modelos positivos de identificação nacional. Os contos e mitos estavam tão enraizados na cultura que eram utilizados em narrativas de colonizadores reais, ofuscando, muitas vezes, a realidade dos acontecimentos.

As fantasias coloniais, especialmente com base científica, não terminam com a aquisição de colónias, e encontraram ainda momentos de ressurgimento, em novas batalhas pelo direito alemão a colónias, acompanhando toda a história colonial alemã até ao fim da Segunda Guerra Mundial.

## 2.2. O Revisionismo Colonial na República de Weimar.

Mesmo após conseguir o seu objectivo de angariar colónias para si, o colonialismo, permaneceu relevante e uma força na política nacionalista e um meio de obter apoio para várias políticas nacionalistas.

O plano de Bismarck era que as novas possessões fossem administradas pelas entidades comerciais, cujos interesses comerciais haviam motivado, em primeiro lugar, as anexações, trazendo lucro e sem despesas significativas por parte do governo. O subsequente fracasso destes interesses privados em prover um governo efectivo, forçou a uma tomada de poder por parte de Berlim e, em poucos anos, levou à criação de administrações coloniais oficiais em todas as propriedades estrangeiras da Alemanha (Perraudin e Zimmerer, 2011: 101).

Não foi necessário, no período posterior à Primeira Guerra Mundial, desenvolver as suas colónias com especial energia. Como a eclosão da Primeira Guerra Mundial, as colónias já haviam deixado de ser um fardo para a pátria mãe. De facto, o equilíbrio financeiro estava tão bem estabelecido que até mesmo os empréstimos para a construção dos caminhos de ferro alemães no sudoeste africano, foram pagos através dos ganhos das colónias. Após a derrota na guerra, a Alemanha é esmagada por dívidas externas e assediada pela falta de matérias-primas, de modo que, se as suas colónias lhe fossem devolvidas, ela iria desenvolvê-las com muito maior intensidade (Baranowski, 2015: 49).

A guerra e as suas consequências redefiniram a política alemã e reformularam as prioridades imperialistas alemãs. Três dos resultados desastrosos da guerra permitiram a sobrevivência das aspirações imperialistas no período do pós-guerra: as limitações auto-impostas da Revolução Alemã de 1918; as implicações do Tratado de Versalhes e a resolução de paz; a crise da etnia alemã que veio fortalecer a crítica nacionalista radical do imperialismo Guilhermino (*Ibidem*).

A população alemã jamais teria pensado que perderia os seus territórios além-mar. O Tratado de Versalhes e as suas condições, foram a pior forma de humilhação para um povo como o alemão, orgulhoso das suas raízes, da sua cultura e dos seus feitos coloniais, pelos quais ambicionaram tanto tempo. Mas a sua determinação só ganhou força com o que era considerado um ataque por parte dos aliados.

Nem por um momento, durante os anos que se seguiram, o desejo de recuperar os territórios ultramarinos alemães desapareceu. Antigos colonos, autoridades coloniais



e organizações nacionalistas mantiveram-se motivados, arranjando maneiras de exercer qualquer influência que levasse ao retorno do império marítimo alemão. Muitos propunham, persistentemente, investimentos em infraestruturas e recursos de saúde pública para assegurar uma força de trabalho indígena eficiente nas colónias quando estas voltassem às mãos do governo alemão. Do ponto de vista de muitos nacionalistas alemães, no entanto, era o Leste que prometia o que a Alemanha necessitava: um vasto espaço de exploração e revitalização étnica do povo após o trauma da derrota na Primeira Guerra e da dominação estrangeira (principalmente francesa) (Baranowski, 2015: 55).

Nunca o povo alemão considerou como definitiva a renúncia às suas colônias. A questão foi mantida viva através de livros, artigos de revistas e jornais, panfletos, palestras e afins. Em 1922, num grande congresso colonial realizado em Berlim sob o patrocínio da Liga Colonial Alemã, o general Paul von Lettow-Vorbeck e o duque de Mecklemburg garantiram à nação que as antigas colónias seriam devolvidas. Alguns líderes alemães chegaram ao ponto de tentar garantir da Holanda parte da Nova Guiné holandesa como uma concessão para uma companhia alemã, esquema que só fracassou por causa da recusa do parlamento holandês em aprová-lo (D'Eça, 1936: 212).

Após a derrota do Império Alemão na Primeira Guerra Mundial, muito poucos desfiles foram realizados em homenagem às tropas no seu retorno; a maioria dos alemães não via motivo para celebrar as forças armadas que haviam travado e perdido a guerra pela supremacia europeia. No entanto, em 1919 algumas centenas de oficiais e soldados coloniais, sob o comando do general von Lettow-Vorbeck, desfilaram através do Portão de Brandemburgo e foram recebidos com entusiasmo pelos berlinenses que os aguardavam. Poucos foram os factos sobre os acontecimentos na África Oriental que chegaram à Alemanha durante os anos de guerra, mas essa lacuna de informação foi preenchida por notícias que descreviam as ousadas e corajosas acções das tropas alemãs, vitórias surpreendentes sobre um inimigo numericamente superior e aventuras nas selvas da África Oriental. Estas narrativas, tal como no passado, continuaram a moldar as memórias do projeto colonial alemão durante a época da República de Weimar, quando as antigas colónias alemãs ganharam imensa popularidade e a sua perda passou a ser vista como parte do trauma nacional do pós-guerra (Perraudin e Zimmerer, 2011: 126).

A construção do herói colonial durante a guerra teve, em grande parte, ajuda da população africana. Os próprios africanos tornaram-se, de certa forma, heróis que

tinham como uma das suas funções mais importantes a de apoiar os “heróicos” oficiais alemães. As canções de louvor dos Askari<sup>6</sup> para os oficiais alemães podem ser encontradas em vários contos alemães. O campo de batalha, tornou-se num palco para os heróis coloniais, e foi o africano, com a sua inocência inerente, que foi chamado a dar sentido a esse teatro. A guerra no Leste da África tornou-se assim um palco no qual os poderes coloniais decretaram as suas identidades e compararam performances, observando o comportamento cavalheiresco dos seus oficiais para obter garantias sobre a condição de sua respectiva cultura nacional (Pesek, 2011: 130-134). Os envolvidos, Império Alemão e Reino Unido, pareciam mais preocupados em provar a sua superioridade cultural e colonial, mostrando-se verdadeiros cavalheiros, do que lutar de forma violenta.

A República de Weimar era um estado pós-colonial num mundo ainda imerso no colonialismo. A perda das colónias não significou o fim dos esforços expansionistas, pelo contrário: a aprovação política interna para o compromisso colonial alemão foi maior no momento em que os Aliados declararam o fim da missão colonial do país. Tal exclusão foi recebida pelo público alemão com especial indignação.

A concepção de culpa de guerra seria doravante conhecida nos círculos revisionistas apenas como *die Koloniale Schuldliüge*<sup>7</sup>, levou a protestos em secções da população alemã e a uma rejeição geral das delimitações de Versalhes. Os revisionistas utilizam para os seus argumentos, o discurso do presidente americano Woodrow Wilson de janeiro de 1918, que ficou conhecido como o *14 Point Program*. No ponto 5 este enfatiza expressamente o direito de autodeterminação de todos os povos, bem como uma mediação imparcial de todas as reivindicações coloniais. Os alemães esperavam na determinação das condições de paz poder invocar este direito, mas sem sucesso. As potências vitoriosas não viam o direito dos povos à autodeterminação como algo aplicável às colónias alemãs (Bokeloh, 2014: 22).

Após o destino dos Herero no sudoeste africano, os alemães eram vistos como incapazes de colonizar, bem como opressores cruéis devido aos despejos forçados e várias formas de trabalho forçado admitidos nas colónias. Assim, seria irresponsável expor a população de áreas protegidas alemãs a este destino.

---

<sup>6</sup> Palavra que significa soldado, utilizada normalmente para descrever as tropas indígenas da África Oriental e do Médio Oriente que estavam ao serviço dos exércitos das potências coloniais europeias.

<sup>7</sup> Termo cunhado por Heinrich Schnee em 1924 após a publicação da sua obra: “*Die Koloniale Schuldliüge*”; onde este apresenta as acusações dos Aliados face ao comportamento dos alemães em terras sob a sua protecção como mentiras.

Estas acusações das potências da entente foram formuladas numa nota de 16 de junho de 1919, realizada pelo Reino Unido, e finalmente legitimadas. As alegações de mau tratamento dos africanos foram baseadas no famoso *Blue Book* (Relatório do major T. L. O'Reilly e A.J. Waters intitulado de: *Report of the Native of South-West Africa and their Treatment by Germany*, datada de 1918). Publicado em 1918, foi revogado apenas oito anos depois e os governos britânico e sul-africano ordenaram a destruição do mesmo. Os dois autores, detentores de altos cargos na administração do sudoeste africano sob protecção alemã e membros das forças armadas britânicas, recolheram votos da população africana e relatórios sobre o domínio colonial alemão, mas acima de tudo relatos sobre o genocídio dos Herero entre 1904 e 1908. As descrições da violência colonial e a catalogação das ofensas e das medidas punitivas mostram a tentativa de reconstruir os eventos no sudoeste africano. Foi esta a base de legitimidade, por parte dos Aliados, para negar à Alemanha a posse colonial (Bokeloh, 2014: 33).

Outro dos elementos do Tratado de Versalhes, a ocupação francesa das terras do Reno, é também relevante porque aos olhos de muitos alemães, a Alemanha fez a transição de colonizador para colonizado, com os soldados franceses em território alemão. O uso de tropas africanas por parte dos franceses nesta ocupação desencadeou uma discussão altamente racista que tomou o nome de “desgraça negra”. Apesar de não ser possível apontar todas as consequências do tratado, a sua importância para a situação política, económica e social da Alemanha no período entre guerras é inegável.

A paz de Versalhes e as suas consequências ocuparam todos os governos da República de Weimar, muitas vezes, ouviram-se vozes dos campos conservadores, exigindo uma revisão total. A auto-estima nacional alemã foi severamente prejudicada, especialmente dentro dos grupos que anteriormente haviam mantido grande influência social e que agora enfrentavam um futuro incerto.

O fim político da era colonial alemã não acabou com a sua história de fantasia e projeção. A vontade de um regresso das colónias perdidas, fazia-se notar através de associações, políticos e empresas apoiantes do esforço colonial. A partir de 1918, surge oficialmente o “revisionismo colonial”. Este ideal alimentava-se da esperança de uma revisão do Tratado de Versalhes, especialmente dos artigos sobre as antigas áreas protegidas pela Alemanha. O conceito de revisionismo está intimamente ligado ao significado termo reacionário e deve ser entendido como uma estratégia argumentativa pela qual os objectivos coloniais foram exaltados pelos defensores dos mesmos. Os revisionistas viam o colonialismo como a questão mais importante para a Alemanha,

razão pela qual eles perseguiram a restituição colonial (Bokeloh, 2014: 25).

Os entusiastas coloniais podem ser divididos em três grupos de interesses, que muitas vezes se sobrepõem em termos pessoais e ideológicos:

O primeiro grupo consistia nas numerosas associações e alianças compostas principalmente por ex-funcionários públicos, colonos ou membros das forças armadas. Os dois maiores grupos com entusiastas coloniais eram *die Deutsche Kolonialgesellschaft*, e *der Deutschen Kolonialverein*, que totalizavam cerca de 30.000 e 23.000 pessoas respectivamente, com alguns membros afiliados em ambas as organizações. Em 1922 foi fundada uma associação de organizações chamada *die Kolonial Reicharbeitsgemeinschaft*, sob a qual todas as associações e organizações com interesses coloniais foram reunidas e organizadas;

O segundo grupo é composto por políticos. A relação entre facções político-partidárias e o movimento revisionista é complicada, pois embora quase todos os partidos da República de Weimar tivessem entusiastas coloniais nas suas fileiras, chegar a um acordo genuíno sobre as questões coloniais nunca seria alcançado. No grande painel partidário da República de Weimar, muitos tinham decididamente interesses coloniais. O exemplo mais importante é o *Deutsche Volkspartei*, representante de uma mentalidade de classe média e alta burguesia nacionalista. Apenas alguns partidos, especialmente *die Kommunistische Partei Deutschlands* e *die Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, apresentavam posições de apoio ao colonialismo (*Ibidem*: 26);

O terceiro grupo de actores deste movimento, são os representantes das elites económicas e círculos financeiros. Especialmente as empresas activas nas antigas colónias tinham grande interesse numa restituição colonial, mas foram expropriadas pelos poderes vitoriosos. No decorrer da década de 1920, o governo alemão concedeu aos empreendedores coloniais fundos estatais sob a forma de empréstimos de compensação ou reconstrução, totalizando 34 milhões de marcos (*Ibidem*: 27).

Mais uma vez, deve-se salientar que os três grupos, por vezes, se sobrepunham, pois, muitos defensores coloniais faziam parte do primeiro grupo e ao mesmo tempo tinham uma função diferente noutro, por exemplo, como político ou como representante de uma empresa.

Para combater a questão colonial na República de Weimar foi necessário rever opções, pois por um lado o movimento revisionista estava forte, por outro as opções políticas eram limitadas pelo Tratado de Versalhes. Assim, as organizações políticas e

reversionistas de índole colonial concordaram com uma "política de pequenos passos". Todas as oportunidades disponíveis devem ser sempre utilizadas para enfatizar ao público internacional o direito alemão a colónias e o objectivo de reacquirição das colónias perdidas.

O objetivo mais importante do movimento é a manutenção do pensamento colonial na população. A discussão sobre a posteriormente referida *Koloniale Schuldfrage* é de igual importância. Na qualidade de presidente da *Deutsche Kolonialgesellschaft*, Heinrich Schnee reuniu importantes figuras da política e economia coloniais. Isto resultou na sua obra: *Richtlinien für die Behandlung der deutschen Kolonialfrage*. Nesta, Schnee defende os seguintes pontos: para o movimento é necessário uma propaganda colonial continua, para fortalecer e expandir o pensamento colonial no interior e assim ganhar o apoio do governo alemão; o direito da Alemanha possuir colónias, como também a adesão à Liga das Nações e as negociações relacionadas a uma possível administração de mandato. A maioria dos defensores coloniais concordam que para a execução do objectivo final, o retorno das colónias à responsabilidade alemã, deve-se a médio ou longo prazo, manter o pensamento colonial vivo na população alemã (Bokeloh, 2014: 29).

Para garantir a vivacidade da memória colonial, eram utilizados múltiplos recursos. Existe uma crescente literatura colonial de romances e relatos, em jornais; a temática era cada vez mais popular do cinema; reuniões regulares das associações com convites a não-membros e séries de palestras com ex-funcionários coloniais; comícios ou, até mesmo, demonstrações folclóricas etnográficas eram estratégias para lembrar a população alemã das suas colónias perdidas e atrair mais fantasias coloniais para o domínio público. As várias associações foram constantemente a força matriz de toda a propaganda. Estas organizavam as reuniões e palestras coloniais, publicavam as suas *newsletters* e outras formas de imprensa, imprimiam panfletos ou produziam cartões postais, adesivos e fotos colecionáveis (*Ibidem*).

Regularmente, Schnee, que assumiu um papel de liderança no movimento, enfatizou as conquistas do trabalho colonial alemão a fim de contrariar a acusação de incompetência colonizadora. Referências ao sistema de ensino alemão, às infra-estruturas de cuidados de saúde, ao trabalho das estações missionárias e, especialmente, à pesquisa científica sobre as doenças tropicais e as suas causas estavam no primeiro plano de argumentação.

No entanto, existe outro argumento que se mantém forte. Este defende que o

papel da Alemanha no mercado mundial sem matérias-primas baratas e com o seu foco comercial ameaçado sendo, por esse motivo, necessárias as colónias. Todavia, a propaganda colonial ocultava ou ignorava o facto de que as matérias-primas necessárias aos alemães seriam, na realidade, escassas ou mesmo inexistentes nas antigas áreas protegidas. Estas matérias eram, por exemplo, ferro, cobre, algodão, petróleo, borracha ou culturas oleaginosas (Bokeloh, 2014: 39).

Esta necessidade, ou mesmo indispensabilidade, é enfatizada inúmeras vezes. É até alertada a possibilidade de uma escassez de bases nutricionais, sem tais bens vindos do exterior. O crescimento económico e a esperança de auto-suficiência e independência das potências vitoriosas eram exigências que deveriam criar um clima favorável à ideia colonial na Alemanha. Pode afirmar-se, no entanto, que os revisionistas fazem uso de carácter psicológico e não de um verdadeiro argumento económico, exagerando na real necessidade de matérias-primas (*Ibidem*).

Juntamente com este argumento económico, outro ressurge: *der Lebensraum* (espaço vital), que é igualmente discutido desde o séc. XIX, ganhando mais força após a Primeira Guerra Mundial. O conceito de *Lebensraum* (cf. Grimm, 1926) remete para uma falta de espaço no território, levando a uma superpopulação. Esta superpopulação era apontada como a causa dos conflitos pós-guerra em Berlim e Hamburgo.

O argumento de falta de espaço foi uma alusão à densidade populacional relativamente alta na Alemanha em comparação com outras nações. A população alemã tinha crescido rapidamente no decorrer da industrialização, além disso, em 1915, mais de um terço da população era constituída por indivíduos com menos de 15 anos de idade. No contexto do revisionismo colonial, o mito de uma possível falha na oferta de alimentos foi construído a seu favor, dando origem à expressão: “*Ohne Kolonien, Volk im Not. Mit Kolonien, Arbeit und Brot.*” (*Ibidem*: 43).

De modo geral, o movimento revisionista reutiliza as máximas propagadas no séc.XIX, mantendo um carácter igualmente imperialista e racista. Na década de 1920, apesar do NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) não apelar ainda para a recuperação das colónias, o movimento revisionista aproxima-se do partido. Aquando da subida ao poder do partido nacional-socialista em 1933, muitos dos argumentos do movimento seriam adoptados pelo governo de Hitler, como é o caso do conceito de *Lebensraum* e aplicados para justificar uma expansão para o leste. Heinrich Schnee “líder” do movimento entra nas fileiras do partido, continuando a trabalhar na restauração colonial.

### 2.3. O Revisionismo Nacional-Socialista

Segundo von Epp, a Alemanha compreendeu nesta fase, que a honra é a posse sagrada de uma nação e que nenhum povo pode tolerar uma incursão permanente à sua honra. A nação alemã estaria em pé de igualdade com outras e, conseqüentemente, ela deveria reivindicar o seu direito de cooperar na educação dos povos atrasados (Epp, 1937: 7).

De acordo com a sua visão da história e da sociedade, para os Nacional-Socialistas, a preservação e expansão do *Volk*, como uma entidade orgânica, tinha que ser assegurada através de qualquer meio. O *Lebensraum* era necessário para preservar os números deste povo racialmente puro. Assim, o conceito de espaço estava diretamente ligado à ideologia racial, e abrangia a autarquia económica e o assentamento das áreas ocupadas por *Volksgenossen* (membros da raça alemã). Ambos os conceitos estão também no centro do colonialismo (Zimmerer, 2005: 202).

Heinrich Schnee (1926) afirma que a população deve um império colonial ao futuro da sua raça a fim de libertar o caminho para o retorno às fileiras das nações colonizadoras, uma vez que sem colónias o país nunca pode desenvolver plenamente os seus recursos económicos ou desempenhar o seu legítimo papel, pelo qual tem provado a sua capacidade na área industrial e comercial (Schnee, 1926: 50).

Apesar de ter originalmente declarado antagonismo em relação às colónias, Hitler parecia ter admitido a um repórter do *Daily Mail*, em outubro de 1933, que a Alemanha tinha população em demasia e precisava de colónias para o assentamento dessa população excedente (D'Eça: 1936: 211).

Esta assumida necessidade de espaço ganha, no entanto, um alvo geográfico diferente do referido durante as últimas décadas: o leste da Europa. Os nacional-socialistas viam o Leste como uma enorme tabula rasa que precisava ser desenvolvida de acordo com suas ideias, um campo ideal de actuação para planeadores regionais, demógrafos, engenheiros e economistas. Quando os conquistadores alemães descreveram o que encontraram no Oriente, usaram a história colonial como ponto de referência. A descrição fornecida após a invasão da União Soviética, é a de um poço sem fundo, sem cultura, nojento, asqueroso, horrível, um local primitivo que ninguém deveria ver. Com uma descrição muito semelhante às apresentadas por descobridores em África nos séculos passados, os eslavos são colocados ao mesmo nível dos africanos: uma massa de escravos por natureza, que sentem a necessidade de um mestre.

Os Nacional-Socialistas planearam, assim, uma reorganização fundamental do espaço da Europa Oriental que envolveria a criação de *Siedlungskolonien*. Quando a Alemanha invadiu a Polónia, dividiu o território que ocupou em várias unidades administrativas, mais significativamente *das Wartheland* e *das Generalgouvernement*. Várias instituições governamentais produziram modelos para um projeto de colonização, mas o plano era transferir os polacos do oeste da *Wartheland* para o leste do *Generalgouvernement*, de forma a mover alemães étnicos e em seguida reintroduzir a população eslava como força de trabalho escrava num sistema de plantações que, segundo algumas versões, deveria ter um sistema como o estado da Virgínia pré-Guerra Civil Americana. Os primeiros estágios desse plano foram realizados, e de milhares de alemães foram transferidos para um espaço de onde mais de um milhão de polacos e judeus étnicos haviam sido expulsos violentamente. Outras medidas, no entanto, foram impedidas pelas exigências da guerra (Peurradin et al, 2011: 33).

Cada vez mais se procurava legitimar as invasões ao leste europeu. Para esse efeito, diversos estudos surgiram, sugerindo que estes estados são caóticos, estagnados no tempo e incapazes de acompanhar a modernidade, requerendo assim intervenção externa de forma a ser possível uma evolução.

A prioridade da expansão no continente europeu era frequentemente justificada com o argumento de que a velha versão do colonialismo havia sido um erro, que o Terceiro Reich não voltaria a repetir. Muito antes de tomar o poder, Hitler opôs-se aos planos de restabelecer as colónias na África. Ele manteve a posição de que só se pode procurar uma política colonial quando a Europa estivesse assegurada. O Führer chegou a declarar que todos os empreendimentos coloniais de Espanha, França e Inglaterra eram fracassos. Os povos continentais devem se expandir apenas até garantirem a conexão geográfica com a pátria (Naranch e Eley, 2014: 337).

Algumas publicações comentam os planos "coloniais" de Hitler para o Oriente, mas a noção de colonialismo é usada principalmente como sinónimo de liquidação:

Der Kampf um die Hegemonie in der Welt wird für Europa durch den Besitz des russischen Raumes entschieden; er macht Europa zum blockadefestesten Ort der Welt. (...) Der russische Raum ist unser Indien, und wie die Engländer es mit einer Handvoll Menschen beherrschen, so werden wir diesen unseren Kolonialraum regieren (...) Ich habe ja keine unmäßigen Ziele; im Grunde sind es lauter



Gebiete, in denen einmal schon Germanen gegessen haben. Das deutsche Volk soll in diesen Raum hineinwachsen. (Hitler et. al, 1968: 46-48)

Através dos, supostos, comentários de Hitler e das visões e planos orquestrados para estas áreas, torna-se mais do que evidente, de que o intuito deste projecto não é somente expansionista, como também colonialista. Apesar de, na época, o termo colonialismo não ser ligado de forma exclusiva ao apoderamento de terras. No entanto, toda a vertente racial e de violência, mostram um carácter imperial do Reich, absolutamente distinto de qualquer um até à data.

Esta perspectiva imperialista de direita radical é importante devido à influência da Liga Pan-Alemã na direita alemã e na política alemã durante a primeira metade do século XX. Com membros na sua maioria parte da academia, com profissões liberais ou dentro do comércio e indústria, a Liga Pan-Alemã abrigou os expoentes mais influentes do nacionalismo radical ou *völkisch*. Os pan-alemães definiram em grande parte o universo ideológico da “nova direita” da qual os nazis emergiram durante a década de 1920. As ideias pan-alemãs sobre a expansão imperial foram especialmente formativas nesse sentido, e os historiadores notaram as semelhanças (Naranch e Eley, 2014: 206).

A política colonial pan-alemã inicialmente concentrou-se na demanda por novos territórios no exterior, tanto para acomodar a população crescente da Alemanha quanto para satisfazer as necessidades económicas de uma economia alemã em expansão.

Hitler parecia ter dado pouca importância à posse de colónias no exterior; em vez disso, ele usou as alegações coloniais alemãs para promover contactos com a Inglaterra. Quando essas tentativas falharam, Hitler começou a levar a retórica colonial mais a sério. Com as vitórias na *blitzkrieg* de 1939-1940, as colónias pareciam estar novamente ao alcance. Em 1941, com o Reich no auge do seu poder, as demandas pelo retorno das antigas posses alemãs não eram suficientes (*Ibidem*: 335).

Com todas as nações a ganhar permissão de adquirir bens no exterior, a Alemanha tinha de ter direito a uma oportunidade de anexar colónias. Para os membros e apoiantes do partido nacional-socialista, era difícil ignorar tais argumentos de prestígio nacional. No início da década de 40, os planos para recuperar os territórios perdidos estavam em pleno andamento. Muitos indivíduos se demonstraram prontos para partir de imediato para habitar nas futuras colónias africanas. Especialistas alemães

em assuntos coloniais e tecnologia tropical garantiram que estavam actualizados sobre os últimos desenvolvimentos. A Liga Colonial do Reich tinha quase dois milhões de membros, e quantias consideráveis foram para a pesquisa colonial (Naranch e Eley, 2014: 335).

A liderança nacional-socialista também se esforçou para explorar a experiência colonial de outras potências europeias. Filiais do *Kolonialpolitisches Amt* em Bruxelas e Paris foram encarregadas de examinar os documentos coloniais franceses e belgas. Foram intensamente utilizadas, ideias italianas aplicadas no norte de África. Unidades policiais e militares viajaram para Roma para serem treinadas e, em 1941, as unidades da polícia alemã estavam aparentemente estacionadas na Líbia. A liderança nazi também iniciou numerosos documentários que abordavam questões coloniais (*Ibidem*: 336-7).

Os cientistas coloniais, pertencentes ao NSDAP, foram capazes de construir sobre uma fundação existente, uma continuação do movimento colonial científico criado na era Guilhermina. A fundação do Seminário de Línguas Orientais na Universidade de Berlim, a Escola Colonial Alemã em Witzenhausen ou o Instituto de Doenças Navais e Tropicais em Hamburgo podem ser vistas sucessores institucionais da mudança política colonial iniciada pelo Secretário de Estado Bernhard Dernburg em 1907 (*Ibidem*).

A partir de 1938, os cientistas coloniais de todos os campos voltaram a ter uma agenda movimentada, tendência que continuou até 1943 e, em alguns, até mais tarde. A amplitude e a intensidade com que a opção colonial foi cientificamente investigada é notável e durante o nacional-socialismo.

O departamento de ciências coloniais do *Reichsforschungsrates*, fundado em setembro de 1940, coordenava as actividades científicas. Ele tornar-se-ia o grupo central de pesquisa colonial alemã. A sua subestrutura foi formada por 29 grupos de especialistas, liderados por cientistas reconhecidos. A sua tarefa era dirigir e promover vigorosamente a pesquisa em todas as áreas da ciência colonial

Em 1933, a academia alemã estabeleceu uma *Politische Fachgemeinschaft der Fakultäten* na qual criaram um Departamento de Cultura Estrangeira. A comunidade profissional formou o precursor do Instituto Colonial, que reabriu oficialmente em 9 de maio de 1939.

O apoio etnológico também foi exigido. Segundo Hugo Adolf Bernatzik, a etnologia como ciência aplicada formava a base da colonização moderna. Para isso, no

entanto, deve ser estritamente orientada para o nazismo e fazer da biologia hereditária e racial uma de suas pedras angulares. Além das investigações destinadas a preparar o caminho para o governo mais suave e eficiente dos governantes coloniais, havia aqueles que examinavam uma capacidade de trabalho diferente entre africanos e europeus (Linne, 2006: 91-93).

A maioria dos colonialistas acreditava que o conhecimento das línguas africanas era indispensável para o controle efetivo da população indígena. Além disso, a pesquisa de idiomas pretendia filtrar as linguagens que pareciam adequadas como línguas de ensino, literárias e linguísticas. Os dois principais Institutos de Estudos Africanos estavam localizados nas Universidades de Hamburgo e Berlim.

Em vista da grande necessidade de agricultores coloniais, algumas cidades tentaram estabelecer instituições suplementares para a Escola Colonial Alemã em Witzenhausen. Também em Hamburgo, se iniciava um planeamento apropriado. A universidade inicialmente trabalhou num curso de pós-graduação colonial de dois semestres para agricultores graduados. Um decreto do Ministro do Reich para a Ciência, Educação e Educação Nacional de 14 de novembro de 1941 introduziu a ciência colonial (*Ibidem*: 94-95).

*Die Forstliche Hochschule Tharandt* fundou em 1931 *das Institut für ausländische und koloniale Forstwirtschaft*, o único instituto alemão, na época, encarregue desta disciplina. Os cientistas devem desenvolver as bases de uma política florestal colonial de longo prazo, estudando as matérias-primas correspondentes, o seu cultivo, o seu manejo e sua exploração. *Das Reichsinstitut* treinou funcionários florestais para partida imediata para as colónias (*Ibidem*: 99-100).

Os cientistas compartilhavam a convicção de que aproximar-se dos objetivos coloniais exigia uma maior actividade nestes campos de pesquisa. Outras áreas como a história, medicina, geografia, geologia, cartografia e direito, receberam incentivos do género e criaram unidades de pesquisa colonial dentro das suas áreas.

A esperança de que os territórios ultramarinos pudessem ser recuperados permaneceu viva até ao início dos anos 1940. Os cientistas “coloniais” não estavam conscientes de que as suas ambições coloniais, que se concentravam na pesquisa dos territórios africanos, não correspondiam com as ambições do regime. O governo nacional-socialista concentrava-se maioritariamente na expansão e conquista no leste da Europa, desligando-se do antigo desejo de reaver as suas possessões em África.

A cultura capitalista tem frequentemente considerado a Alemanha nazi como um

fenómeno singular na história europeia, que teve um caminho único de desenvolvimento, independente das democracias tradicionais da França e da Grã-Bretanha e dos vários movimentos fascistas que surgiram no período entre guerras.

Os impérios francês e britânico serviram como principal ponto de referência negativo quando se tratou de definir o império nazi em termos ideológicos. Em contraste, novas formas de conquista imperial, especialmente os projectos de “colónias” japonesas e italianas em grande escala no norte de África e na Manchúria, forneceram modelos positivos de ação a Hitler e seus homens.

A construção do império italiano foi particularmente fascinante para a liderança nazi, do ponto de vista alemão, os fascistas italianos haviam transcendido as noções tradicionais de colonialismo. Na realidade, as autoridades italianas queriam criar um império muito mais homogêneo em termos raciais. Desta forma, os alemães observavam o domínio italiano em África como uma forma inovadora e moderna de colonialismo, e era precisamente esse carácter inovador que despertava especial interesse. Os alemães, também, apoiavam a visão de uma sociedade racial pura e queriam implementar esse modelo nos territórios recentemente conquistados na Europa de Leste.

Enquanto que o regime de Bismarck servia os interesses de alguns capitalistas, o “império” nazi visava a melhoria de toda a população nacional, pensando na vida em união e comunidade, independentemente do afastamento das potências. Assim, os fascistas falaram de “colonização demográfica” empreendida por um “império proletário”. Nesse sentido, o imperialismo fascista foi descrito como algo inteiramente novo e único. A Alemanha juntou-se à onda internacional de excitação sobre o império fascista, criando o seu próprio império completamente afastado das convenções clássicas criadas até aquele momento.

Durante décadas, o colonialismo alemão foi esquecido pela maioria das áreas de estudo, por ser considerado demasiado curto e insignificante. Na verdade, o período colonial alemão não se limita simplesmente a vinte cinco anos e um sentimento amargo pela sua perda prematura.

Este capítulo ajudará a investigação, de modo a entender e avaliar o colonialismo alemão, bem como as suas visões, culturais, raciais e políticas sobre o mesmo. Apresenta igualmente um ponto de comparação entre cada época em termos de atitudes e opiniões dentro do contexto colonial que podem ser mais tarde utilizados

como forma de entender de onde surgem determinados padrões psicológicos e comportamentais nas relações com os países latino-americanos.

Aborda também a questão dos *Auslanderdeutsche*, que funciona como uma grande base de iniciação das interações entre Alemanha e América Latina. Consequentemente, a atitude alemã face ao novo mundo e a maneira como este é recebido na face inicial das descobertas, através das suas narrativas fantásticas, poderá ditar o tom das relações e objectivos do Reich alemão face a estes países.

### 3. As Relações Germano-Latino-Americanas

As relações alemãs com a América Latina têm uma longa história. São encontrados relatos que provam que o povo alemão esteve presente em todas as frentes no processo de descoberta e exploração da América Central e do Sul (cf. Zantop 1997 e Blackbourn 2015).

Já durante o século XIX, iniciou-se uma emigração em massa de alemães que se fixaram em comunidades germanófonas isoladas dentro dos recém-independentizados estados sul-americanos. Desde 1830 centenas de milhares de migrantes germanófonos deixaram o centro da Europa em busca de um novo *heimat* além-fronteiras. Apesar de, comparativamente a outras comunidades e colónias, não contarem com um grande aglomerado populacional, estas comunidades têm sido objecto de estudo de muitos académicos que tentam provar o seu impacto no sistema escolar, científico, militar, e industrial latino-americano (cf. Rippy 1948 e Gleich 1968).

Estas comunidades mostraram um grande crescimento, o que atraiu diversas ligações com a Europa Central e uma dependência de relações iniciadas em séculos anteriores e que se mantêm durante todas as mudanças geopolíticas do séc. XX.

Simultaneamente, esta expansão parece acontecer de forma paralela com a reunificação dos estados alemães e o seu projecto colonial, sem ser, no entanto, um produto directamente patrocinado por qualquer órgão estatal. O aumento das relações entre continentes surgiu devido a interesses económicos pessoais, e não propriamente objectivos de carácter nacional.

Ainda durante o séc. XIX, o governo de Bismarck apesar de se opor inicialmente às vagas migratórias e ao desenvolvimento das comunidades germanófonas, disponibiliza pequenas ajudas estatais para os *Auslandsdeutsche* de forma a se manterem ligados à sua terra natal e para manter relações económicas positivas com os países de acolhimento.

O regime de Adolf Hitler, por sua vez, reforçou as ajudas às comunidades e iniciou projectos culturais e académicos extensivos para assimilar os seus ideais e interesses nas povoações latino-americanas e usufruir das matérias-primas locais, inexistentes no Reich, e das boas relações comerciais com os países de acolhimento destes *Auslandsdeutsche*.

Estas relações entre Alemanha e América Latina, são fulcrais para entender a vivência dos alemães no estrangeiro e os esforços políticos, comerciais e culturais do

estado alemão, especialmente durante o III Reich, aplicados às comunidades, que nos ajudam a entender as intenções e planos germânicos para com as mesmas.

Assim, este capítulo irá abordar as relações germano-latino-americanas apoiando-se nos seguintes pontos: primeiramente, serão brevemente analisados os primeiros contactos alemães com os povos latinos e as suas fantasias face aos mesmos, com base na obra de Susanne Zantop (1997); em seguida serão apresentadas as novas relações que se criam entre os dois continentes durante o séc. XIX; posteriormente será analisada a evolução das mesmas no âmbito da Primeira Guerra Mundial e o período que lhe sucede; Finalmente serão ilustradas as medidas aplicadas pelo governo do III Reich nas “colónias” sul-americanas e as instituições criadas para auxiliar a expansão nazi nas mesmas.

### **3.1. Primeiros Contactos**

No século XVII, o continente sul-americano não era somente o primeiro objecto de desejo colonial alemão, como também se manteve parte do sonho colonialista alemão mesmo após o Império Alemão apoiar de forma activa as colónias em África.

O interesse do imaginário colonial alemão (em primeira instância) pela América do Sul ao invés do continente africano, poderia estar ligado a diferenças de acessibilidade. Até ao final do século XVIII, os poderes coloniais espanhol e português mantinham as suas possessões na América do Sul fechadas a sete chaves, permitindo acesso apenas a alguns estrangeiros nas cidades costeiras. O rumor da existência de tesouros escondidos (*El Dorado*) nas possessões alheias era um bom motivo para o crescimento dos impulsos coloniais (Zantop, 1997: 9).

África, por outro lado, era uma terra desconhecida, com territórios, especialmente no interior, cobertos de obstáculos, desde o clima, a doenças, pobreza das terras e agressividade dos habitantes. A falta de recursos e a aparente falta de riquezas e reinos, inexplorados, que contivessem matéria pilhável, não trazia qualquer entusiasmo (*Ibidem*: 10).

A América do Sul com a sua promessa de ouro, clima ameno, vegetação abundante, e uma suposta facilidade dos seus habitantes à submissão pelos estrangeiros, tornava-a mais atraente aos olhos dos alemães. Como estes não tencionavam assimilar-se com qualquer povo e eram especialmente sensíveis a mudanças climáticas

violentas, o local aparentava ser perfeito. Simultaneamente, os índios americanos eram descritos na literatura de forma mais nobre e atraente, vistos assim como mais amistosos e interessantes comparados com os negros.

Quando as colónias da América Latina se afastaram do reino colonial espanhol no início século XIX, o território parecia, mais uma vez, disponível para os restantes competidores europeus. Para os alemães, no entanto, o continente tinha um significado especial, era como uma oportunidade perdida.

Os alemães tiveram a sua primeira oportunidade de colonização do “novo mundo” quando Carlos V garantiu à companhia mercante Welser<sup>8</sup> a oportunidade de apropriar e explorar vastos territórios no continente sul-americano, no espaço geográfico da actual Venezuela e Colômbia (Zantop, 1997: 11).

Em 1528, a companhia mercante Welser emprestou dinheiro a Carlos V para financiar a sua eleição como imperador do Sacro Império Romano. Desta forma, foram capazes de negociar com o governo espanhol um tratado para obtenção de terras para fins coloniais. Apesar dos territórios sul-americanos terem o seu acesso negado a colonizadores estrangeiros, os Welser receberam um estatuto excepcional, podendo conquistar, estabelecer-se, “governar”, e explorar uma região localizada entre a província de Santa Marta e Cabo de la Vela no Oeste e o Cabo Maracapaná no Este, e do Oceano Alântico a Norte ao “Mar do Sul”. O objectivo seria ajudar os espanhóis a expandir e assegurar a sua possessão colonial enquanto, simultaneamente, experimentavam a colonização e obtiam lucro. Através de uma série de contractos, os dois agentes dos Welser, Heinrich Ehinger e Hieronymus Sailer, focaram-se em 3 áreas: minas, tráfico escravo e colonização (*Ibidem*: 12).

Para concretizar esta tarefa, Carlos V garantiu aos Welser o privilégio de escolher líderes governamentais, militares e administrativos para as novas “colónias”. Estes novos administradores deveriam apropriar 25 quilómetros quadrados de terra espanhola para seu próprio uso, e colectar 4% do lucro adquirido para a coroa. Estes estavam ainda, isentos de impostos por 8 anos e de pagar o “quinto” através de metais preciosos durante 3 anos, de forma a ajudar, a nível económico, no estabelecimento da colónia. Em troca de tais privilégios, os governadores concordaram em retorno, de estabelecer esta colónia dentro de dois anos, encontrar duas “colónias” com 300 habitantes cada, erguer três fortes e fundar uma administração colonial totalmente

---

<sup>8</sup> Verificar capítulo 2



funcional (Zantop, 1997: 20).

Os comerciantes, no entanto, não pareciam dispostos a realizar uma política colonial pacífica, organizando inúmeras excursões, conotadas como violentas e destrutivas, em busca do *El Dorado*. Ao não descobrir os grandes tesouros que esperavam, os colonizadores iniciaram a captura de índios e venda dos mesmos, de forma a compensar a falta de lucro. Sem ouro, bens para vender e mão-de-obra escrava, a colônia acabou por colapsar. Os Welser viram-se privados das suas possessões após longas batalhas judiciais nas quais foram acusados de pobre organização de finanças e atrocidades contra os nativos. As terras foram assim restituídas aos espanhóis em 1555 (*Ibidem*: 21).

O episódio colonial protagonizado pelos Welser é talvez o maior indicativo da natureza do colonialismo alemão na América do Sul durante as primeiras fases da expansão europeia. Os acontecimentos na “colônia” venezuelana iriam assombrar gerações futuras, produzindo uma frustração no seio do povo alemão por ter chegado “demasiado tarde” ao cenário colonial. Este foi o momento que marcou a Alemanha enquanto conquistadora, tornando-se a base de todas as futuras fantasias coloniais alemãs direccionadas à América do Sul e do ideal de um futuro colonial alemão.

### **3.2. Século XIX**

No século XIX, o crescimento desproporcional da população em comparação com o baixo poder de oferta de alimentos e emprego, leva a uma pressão cada vez maior na população alemã. Esta pressão explodiu em ondas de emigração em massa, estimuladas por novas opções de transportes. Cerca de 6 milhões de pessoas deixaram os estados de língua alemã. Movimentos migratórios tornaram-se uma característica central da época.

A influência germânica começou quando as cidades Hanseáticas, como Bremen e Hamburgo, tentaram quebrar o monopólio comercial ibérico na América Latina, após as revoluções contra o império espanhol, sendo dos primeiros a reconhecer a independência nacional dos novos estados. Lançando-se nos novos mercados agora abertos devido a tais rupturas políticas, competiram com êxito com franceses e britânicos, conseguindo uma forte posição económica em vários destes novos estados latino-americanos em meados do século XIX.

A presença germânica na América Latina durante o século XIX não foi unitária ou uniforme, nem foi especialmente numerosa em comparação com as vagas migratórias de outras partes da Europa e o número de emigrantes que se deslocaram para os EUA. Antecedendo a I Guerra Mundial, apenas 10% dos 3.5 milhões dos emigrantes provenientes de estados de língua alemã foram para a América Latina. Após a guerra, no entanto, a emigração para a América Latina aumentou consideravelmente, tendo o seu pico entre 1919 e 1925, quando 100 mil pessoas (1/3 do total de migrantes) rumaram à América Latina. Cerca de 50% dos emigrantes que saíram com destino à América Latina estabeleceram-se no Brasil, 25% para a Argentina e os restantes 25% para outros países, com especial destaque para o Chile (Penny, 2013: 365).

No Brasil, de 1847 a 1914, existiam cerca de 89.900 emigrantes germanófonos. O governo brasileiro cria uma política pró-imigração, com o objectivo de, com a ajuda de colonos europeus, criar uma rede de pequenas e médias empresas que chegassem às áreas despovoadas no Sul do país. Eram também necessários grandes proprietários de terras e trabalhadores para a economia do café emergente no Sudoeste, visto que a aceitação de mão-de-obra escrava estava em declínio. Mais tarde, o fluxo de imigrantes da Alemanha centrou-se nas três províncias do Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e, em menor medida, também em São Paulo e Espírito Santo. No final do século, iniciou-se um grande estabelecimento de “colónias” alemãs na América do Sul, principalmente no Sul do Brasil (Barbian, 2014 :49).

A Argentina só foi um país de escolha para a emigração germânica a partir de meados do século XIX. Entre 1871 e 1914 surgiram 24.400 migrantes. A abundância de produção agrícola e a promoção da mesma por parte do governo local do distrito de Buenos Aires levou a que, numa fase inicial, os emigrantes alemães se estabelecessem com maior incidência neste local. Os números da imigração aumentaram apenas no fim da década de 1880, quando as idas para a Argentina começaram a ser subsidiadas.

Para o Chile, por sua vez, emigraram entre 1840-1914 cerca de 20.000 alemães. Este número relativamente baixo deve-se à falta de conhecimento sobre o país na Alemanha. O espaço para colonização disponível era também limitado e a viagem demorava mais do que para o Brasil ou a Argentina. O governo chileno tinha, tal como o brasileiro, interesse em desenvolver as áreas desabitadas no Sul do país através do estabelecimento de imigrantes europeus e, portanto, envolvia-se fervorosamente no recrutamento de “colonos”. Desta forma, os alemães concentraram-se nas áreas do Sul em torno de Valdivia, Osorno e Lago Llanquihue (*Ibidem*: 50).

Como já acima referido, o movimento migratório iniciou-se nas classes mercantis. Tal como os gregos e judeus ancestrais, estas classes migram não por necessidade ou em busca de refúgio devido a perseguição, mas sim para melhorar uma situação financeira que seria estável, expandindo assim os seus negócios (somente a classe mercantil, a restante população passava dificuldades).

Com efeito, o comércio alemão com a América do Sul começou em força na era Guilhermina. Na Argentina, Brasil e Chile, a Alemanha encontrava-se em segundo lugar no mercado de exportações, imediatamente atrás do Reino Unido e dos Estados Unidos. Este sucesso deve-se aos laços culturais dos emigrantes com o *heimat* fazendo com que importassem produtos da Alemanha para a América Latina. Surgiu, assim, um conceito contraditório ao mercado livre explorado pelo Império Britânico: um comércio não com colónias formais, mas sim colónias informais através das comunidades de *Auslandsdeutschen* (Barbian, 2014: 66).

Maioria dos comerciantes tinham ligações com a Hansa, dando espaço para parcerias internacionais, reforçadas através de casamentos. Entre 1843 e 1845, por exemplo, Bremen, Hamburgo e Prússia estabeleceram relações diplomáticas permanentes com o governo de Juan Manuel de Rosas (Argentina).

Os alemães possuíam ainda plantações de café no México, Guatemala, Costa Rica, e em vários outros países. Plantações de cacau no Equador e talvez na Venezuela e no Brasil, falando-se ainda na probabilidade de existirem algumas plantações de borracha e açúcar. Eram numerosas as fazendas destes comerciantes na Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Brasil, e, embora apenas cinco ou seis hotéis alemães pudessem ser imediatamente identificados, é provável que os alemães controlassem ou administrassem vários outros. Eles estavam activos na colheita de borracha, nozes, plantas medicinais e outros produtos das florestas da América Central e do Sul (Rippy, 1948: 67).

Além dos inúmeros empreendimentos económicos já mencionados, existiam ainda diversas empresas envolvidas na importação e exportação, na operação de armazéns gerais, ou no financiamento e promoção da agricultura e outras atividades económicas. Estavam presentes, também, agências alemãs de compras e comissões, ocupadas onde quer que o café fosse cultivado, não apenas a comprar e exportar, como também a garantir financiamento aos seus plantadores (*Ibidem*: 68).

Quando a união dos estados alemães ocorreu em 1871, a habilidade dos alemães de desenvolver e manter as suas vantagens económicas na América Latina estava

associada à sua influência cultural e internacional. Apesar de estarem presentes em menor número, muitos tinham lugares de destaque como acadêmicos, engenheiros e cientistas. Do ponto de vista dos oficiais franceses no século XIX e analistas da era, isto era a construção de uma cultura alemã unitária (Penny, 2013).

Os emigrantes traziam consigo capacidades e benefícios para as novas terras, e por isso eram bem-vindos e autorizados a integrar-se sem aculturação ou assimilação religiosa e linguística. Nestas comunidades existiam, no entanto, separações consoante a classe, religião, e posição política. Grupos adjacentes às elites encorajavam os emigrantes a aprender a língua, obter cidadania e a rebelar-se para ganhar melhores condições.

Apesar da sua diversidade, as comunidades germânicas que tomavam forma na América Latina beneficiavam da reputação detida pelos alemães, considerados competentes, trabalhadores e detentores de uma cultura superior, juntamente com a reputação da Alemanha durante o século XIX como líder na educação, indústria e ciência.

Apesar do entusiasmo sentido nos países de acolhimento, na terra natal este não era correspondido. A mobilidade da população foi vista num contexto de fragmentação nacional com possíveis consequências para a nação alemã e um estado tão desejoso de um ideal nacional. A saída em massa era como uma "sangria nacional" que beneficiaria outros países.

O governo alemão, por sua vez, optou pela indiferença face à emigração e rejeição da população emigrada. A Lei da Cidadania Prussiana de 1842 era focada na exclusão dos emigrantes, decidindo que estes deveriam perder a sua nacionalidade alemã, depois de pelo menos dez anos no estrangeiro. Contudo, a administração alemã começa a temer que estes emigrantes se tornem numa força crescente a favor dos países de acolhimento, levantando a questão de como lidar com tal perda nacional. Assim, esta lei foi revogada em 1846 por influência do *Germanistentag*, dando origem à definição do termo *Deutschtum*, que tinha como base a preservação da cultura e língua alemã. Assim, emigrantes e os seus descendentes permaneceriam com a sua nacionalidade alemã, mesmo depois de sua partida do país, sob a condição de que preservassem a sua língua e cultura. Uma comissão foi criada para ajudar os compatriotas além das fronteiras alemãs a manter contacto com a sua cultura e língua materna. (Barbian, 2014).

Com a união estatal e territorial, que formou oficialmente o *Reich* alemão em

1871, muitos alemães emigrados ficaram felizes e esperançosos que esta Alemanha fortalecida e unida viesse a reconhecer e engradecer os seus estatutos. No entanto, Otto von Bismarck não via com bons olhos aqueles que deixavam o seu país, classificando-os como desertores que não mereceriam ser vistos e tratados como cidadãos alemães.

Apesar do desdém para com estas comunidades de compatriotas, Bismarck começa a aperceber-se das imensas transacções entre os dois continentes e as vantagens económicas que podiam vir a trazer, bem como a necessidade do estado de manter, de alguma maneira, territórios ultramarinos.

Com base nestes pontos, o desejo de uma maior e melhor rede de manutenção do *Deutschtum* através dos *Auslandsdeutsche* para o benefício da Alemanha aumenta. Simultaneamente, a demanda por regulação da emigração e a concentração de emigrantes em colónias também parece aumentar. Os proponentes destes conceitos como Johann Friedrich ou Fabri Wappäus viam no estabelecimento de “colónias” novas, regalias para a economia alemã e a possibilidade de exportar a questão social – enviar para estes territórios todos aqueles considerados problemáticos, tal como Inglaterra já havia feito nas suas colónias. No entanto, as suas ideias, programadas em grande escala, sofreram limitações, sendo concretizados apenas pequenos projetos habitacionais privados (Barbian, 2014).

O uso de emigrantes para a melhoria da rede de “colónias” no estrangeiro e para a preservação do *Deutschtum*, atraiu na década de 1870 e 1880 a atenção de cada vez mais círculos. Nas grandes sociedades e associações geográficas e comerciais da época, os fluxos migratórios eram assunto importante de discussão. Ainda assim, o governo de Bismarck via este desenvolvimento como um dilema. Bismarck parecia decidido a manter a sua visão depreciativa dos migrantes, mas estava, simultaneamente, mais envolvido na causa para a prevenção do *Deutschtum* no exterior. O estabelecimento de um fundo para as escolas do reino em apoio às escolas alemãs no exterior em Abril de 1878 foi apenas uma tentativa por parte do Estado de proteger os interesses políticos no exterior de invasões não-governamentais – visto que até esta época, apenas grupos privados estariam a investir nestas povoações e na educação e bem-estar dos seus habitantes (*Ibidem*).

Mas, apenas a 15 de Agosto de 1881 foi fornecido apoio a estes alemães no estrangeiro com a criação da *Allgemeinen deutschen Schulverein zur Erhaltung und Unterstützung des Deutschtums im Ausland*, conhecida mais tarde como *Verein für Deutsche Kulturbeziehungen im Ausland* (VDA) (Barbian, 2014). A associação passa a

trabalhar como mediadora cultural e elo entre os alemães que vivem em todo o mundo, e a pátria alemã. A VDA vê como sua tarefa promover a língua e cultura alemã além-fronteiras, apoiando um intercâmbio intensivo de jovens e instituições alemãs, como escolas e jardins de infância, bem como meios de comunicação e publicações.

O início de uma política cultural internacional contínua e institucionalizada na Alemanha, teve como base *der Allgemeiner Deutscher Schulverein*. No entanto, as agências governamentais seguiram o desejo de apoiar os alemães no exterior com relutância e de forma insustentável. A política cultural internacional alemã foi, portanto, apoiada na figura dos *Auslandsdeutsche* com apoio fundamental de instituições privadas e alguns investimentos governamentais (ainda que limitados).

A ligeira abertura para a colonização pela sociedade alemã e emigrantes foi, ainda assim, um ponto de partida de discussão das fantasias coloniais alemãs, ressuscitando as fantasias sobre o continente.

Estas fantasias chegaram a um novo auge, fixando-se especialmente no Sul do Brasil onde pareciam existir as condições para uma solução concentrada e, portanto, para a preservação do germanismo. Foram realizadas explorações, livros foram escritos sobre o Sul e a situação dos emigrantes alemães lá, bem como planos e projectos de desenvolvimento. O Sul do Brasil foi-se tornando para a Alemanha o que os Estados Unidos tinham sido para a Inglaterra. O grande número de projetos privados de colonização alemã no Brasil, a colónia de Blumenau (Hermann Blumenau) fundada em 1850, no Estado de Santa Catarina, mostra-se particularmente bem-sucedida e é enfatizada como o exemplo do alemão no Brasil (Barbian, 2014).

Contudo, as condições de alguns dos alemães no Brasil, principalmente nas plantações de café, eram deploráveis e os imigrantes eram tratados como escravos. O governo prussiano decide assim, proibir a propaganda do governo brasileiro na Alemanha para estas áreas do país, mais tarde aplicando-se a todas as áreas através do *Heydt'sche Reskript* (decreto que tornou ilegal, na Prússia, a divulgação de publicidade que aludisse à emigração para o Brasil) de 1859. No entanto, argumentos a favor da continuação destes movimentos migratórios continuam a surgir. Um deles refere a fraqueza do “Hispano-Americanismo” face à cultura Anglo-Saxónica. Consequentemente, seria mais vantajoso estabelecer-se na América Latina do que nos EUA ou no Canadá. Outra condição positiva que mantém as relações entre América Latina e Alemanha activas é a tolerância dos governos latino-americanos face a colónias multiculturais e etnicamente concentradas (*Ibidem*).

A grande maioria dos imigrantes acomodava-se em áreas despovoadas, em meios de contacto limitado com os centros urbanos, facilitando a transmissão de informação dos acontecimentos entre as povoações. Ao mesmo tempo, o ambiente era estranho levando à formação de ligações estreitas dentro da sua cultura, mantendo a sua identidade alemã, as suas tradições, língua e cultura.

No final do século XIX, os países da América do Sul ainda se estavam a consolidar. Por exemplo, no Brasil, a mudança de uma monarquia para uma república (1889), deixou o desenvolvimento do país num estado crítico. Factos como este, fizeram surgir na imprensa alemã inúmeros “planos” de uma “nova Alemanha”, acreditando-se que as condições dos países de acolhimento trariam mais possibilidades de criação de uma nova Alemanha na América do Sul. No entanto, a maioria concordou virar costas a uma conquista formal, achando preferível a aposta numa penetração informal de partes da América do Sul. O governo alemão rejeitou os planos de anexação brusca, devido às boas relações com os países da América Latina (Barbian, 2014).

Após a demissão de Bismarck, iniciou-se uma emigração organizada apesar do decreto *Heydt'sche* ainda estar em vigor. Após discussões sobre o quão prejudicial para a emigração o decreto poderia ser, este finalmente foi revogado a 30 de Julho de 1896, exclusivamente para os três estados sulistas do Brasil. A nova lei da emigração de 1897 iniciou uma promoção da emigração para o Sul do Brasil. Assim, no final do século realizou-se uma reviravolta na política internacional alemã com a aquisição de capital para projetos de colonização. Escolas começam a ser financiadas pelo *Auswärtiges Amt* (AA) juntamente com outras instituições de apoio a emigrantes financiadas pela VDA. A VDA detinha, também, uma variedade de grupos locais na América Latina, aproximadamente 346 em 1892. A Igreja Evangélica Luterana operava com laços estreitos com a Alemanha e mostrava empenho na manutenção do *Deutschtum*. Também a marinha alemã tentou demonstrar apoio aos seus compatriotas na América Latina, com visitas de navios que foram recebidos com entusiasmo, aumentando a auto-estima de emigrantes e descendentes, e a sua ligação à nação (*Ibidem*).

O trabalho dos "Alemães" admirado no Império era essencialmente agrícola, que lembrou em sua expressão os tempos pré-industriais na Alemanha. O prestígio da academia alemã no século XIX concentra-se para os cientistas latino-americanos, nos químicos. A indústria pesada alemã começou, igualmente, a interessar-se por fontes de matérias-primas no México, Brasil e parcialmente no Chile, e a realizar investimentos. A Alemanha enviou militares para vários países americanos no final do século XIX,

para ajudar os exércitos latino-americanos a preparar-se e abrir caminho para a venda de armas em grande escala, fazendo com que os seus exércitos fossem treinados e abastecidos pelos alemães (Goebel, 2009).

No final do século, a Alemanha fornecia 10% das importações da América Latina. As matérias-primas e os produtos da indústria pesada alemã foram responsáveis por uma parte considerável dessas vendas. Grandes bancos alemães operavam em quase todos os centros comerciais da América Latina. No início da Primeira Guerra Mundial, a participação alemã nas importações da América Latina havia crescido para mais de 16% e 12,3% das exportações da América Latina revertiam para a Alemanha (Gleich, 1968: 3).

Blumenau, uma das primeiras “colônias”, vê os seus números duplicar a cada dez anos, e ganhou população muito respeitável, tornando-se uma cidade, de 45.000 pessoas. A “colônia” dedica-se, principalmente, à transportação de tabaco, chegando ao valor anual de 8 milhões de marcos (Bonsal, 1903).

Até à eclosão da I Guerra Mundial, *das Auslandsdeutschtum* na América Latina era tido na literatura como a essência da “verdadeira Alemanha”, e reconhecido como um modelo para o reino.

### **3.3. I Guerra Mundial e República de Weimar**

Até ao irromper da Primeira Guerra Mundial ter um negócio alemão na América Latina era considerado uma vantagem, mas após o início da mesma, tornou-se uma desvantagem. O sentimento anti-alemão, trouxe um sentimento de perseguição e reclusão entre os residentes germanófonos, sendo estes *Reichsdeutsche* - alemães étnicos que mantinham cidadania alemã mesmo vivendo no estrangeiro - ou *Volksdeutsche* - alemães étnicos sem nacionalidade alemã.

Segundo David Blackbourn (2015), a Primeira Guerra Mundial foi um separador de águas para os alemães na América Latina. No Brasil, o único país da América do Sul que entrou na guerra a favor dos Estados Unidos, há relatos de ataques a jornais, clubes e empresas alemãs em Abril de 1917, depois de um submarino alemão afundar um navio mercante brasileiro. Noutros locais, os alemães étnicos encontravam-se sob pressão, embora isso pareça ter criado uma esperança de vitória, juntamente com um sentimento de vitimização que intensificou a auto-segregação das comunidades alemãs e



a sua união.

No entanto, em grande parte da América Latina a relação com a Alemanha aparenta manter-se. A eclosão da guerra levou a uma onda de entusiasmo e “solidariedade” para com a Alemanha, os seus emigrantes e descendentes na América Latina. Nos anos de 1916 e 1917, novas organizações foram criadas para imigrantes alemães em países da América Latina com o objectivo de propaganda pró-alemã: no Chile, *der Deutsch-Chilenische Bund* e *die Deutsche Handelskammer*; na Argentina, *der Deutsche Volksbund für Argentinien*; no Brasil, *der Germanische Bund für Südamerika*; no Paraguai, *der Volksbund für Paraguay* e no México foi fundada *der Verband Deutscher Reichsangehöriger gegründet* (Barbian, 2014).

Apenas no último ano de guerra o comércio entrou em colapso, após as linhas de comunicação serem encerradas e, conseqüentemente, os países latino-americanos cessarem as relações diplomáticas com a Alemanha, após anos de neutralidade e tentativas de manutenção das relações, até ali, amistosas entre si - possivelmente devido a pressões derivadas dos EUA, que mantinham grande influência na região.

Com a grande inflação que se seguiu à derrota alemã, tornou-se difícil retomar as relações económicas com o continente sul-americano. Contudo, estas retomaram, apesar da desconfiança do império alemão, muitos líderes dos países da América Latina estavam extremamente interessados em retomar o comércio com a Alemanha e o seu investimento para compensar a influência americana e britânica que havia crescido nos seus países. O investimento crescia a um passo bastante reduzido, mas era contínuo, visto que os investimentos no estrangeiro não sofreram um golpe tão devastador como na Europa (Penny, 2013).

Neste período a emigração de alemães para a América Latina aumentou de forma significativa com aproximadamente cem mil recém-chegados, que se concentraram particularmente no Brasil e no Chile. Muitos deles desejavam escapar da insegurança sentida na Alemanha, ou eram atraídos por aventuras em terras exóticas. As relações económicas não só se reestabeleceram, como também expandiram, trazendo um reconhecimento da importância geopolítica dos *Auslanddeutsche*. Estes alemães residentes no estrangeiro, tornavam-se agora figuras críticas na renovação da economia da República de Weimar, ao manter as suas comunidades ligadas ao estado alemão. Estes ganharam uma nova importância para o ministério alemão (*Ibidem*).

A derrota na guerra e o Tratado de Versalhes trouxeram novas condições para a Alemanha, interna e externamente. A República de Weimar não teve nada de admirável

para a maioria dos alemães, portanto, o interesse nacional virou-se para o tamanho do estado e a sua gente. O termo *Auslandsdeutschtum*, desta forma, ganhou na República de Weimar uma importância que até aí não lhe era conhecida. Este teria a função de um motor de ressurgimento da Alemanha para o poder mundial. A nível político, libertaria o Reich alemão do isolamento agindo como mediador; economicamente deveria promover as exportações alemãs e culturalmente difundir as grandes conquistas da cultura alemã (Barbian, 2014).

*Volksgemeinschaft* tornou-se um termo chave na República de Weimar. Os danos causados pelas condições do Tratado de Versalhes alimentaram este discurso de união nacional com a imagem de uma Alemanha vitimizada pelos aliados sendo, assim, necessário defender a solidariedade entre compatriotas. Este discurso parecia apelar aos emigrantes alemães, que se identificaram com os seus irmãos, após serem alvo de más condições de trabalho por parte de empregadores nos países de acolhimento e de desconfiança e ataques durante os anos de guerra, principalmente no Brasil.

Após 1918, a política externa alemã desenvolveu um interesse significativo na América Latina, identificando a região como uma esfera promissora de influência alemã, ou, “o último continente livre” como é muitas vezes referida. A América Latina apresentava inúmeras vantagens, pois como outras regiões submetidas ao colonialismo europeu, as nações latino-americanas eram consideradas fracas e susceptíveis à intervenção externa, contrastando, assim, com África e grandes áreas da Ásia. Os principais países da região - à excepção do Brasil – haviam-se mantido neutros durante a guerra. Além disso, a presença de importantes comunidades alemãs no Chile, na Argentina e especialmente no Sul do Brasil, assim como laços comerciais e militares que antecederiam o conflito, ajudariam a influenciar os latino-americanos a favor da Alemanha num possível futuro conflito (Goebel, 2009).

Deste modo, a cultura passa a desempenhar um papel fundamental no cumprimento destas ambições. Foi pedido, por parte das autoridades estatais, que a propaganda fosse colocada, de agora em diante, em local de destaque, a fim de evitar qualquer repetição da humilhação de 1918. Quando *das Auswärtiges Amt*, inaugurou o seu departamento cultural (*die Kulturabteilung*), o Estado alemão, bem como actores não-estatais, desenvolveram uma série de iniciativas para converter as opiniões pró-americanas em atitudes e actividades pró-alemãs (*Ibidem*).

As ideias advindas da cultura tradicional romântica alemã mostraram-se cada vez mais atraentes para os latino-americanos, empenhados em afirmar a sua

idiossincrasia cultural. Estas eram um modelo alternativo de modernidade, devido à sua demarcada distinção face às demais culturas tradicionais dominantes. As novas formas de nacionalismo que se vinham a criar na América Latina, eram veículo para os objetivos da política externa alemã na região.

Quanto às políticas culturais na América Latina, muitas iniciativas vieram de atores não-estatais, *die Kulturabteilung*, por sua vez, era pouco mais do que um departamento central de informações que detinha pouca influência devido à distribuição limitada de meios financeiros. Independentemente dos objetivos expressos pelos diplomatas, a política cultural externa alemã na América Latina assumiu vida própria. Como resultado, as visões subjacentes a essa política sobre o que constituía a cultura alemã e como ela deveria promovida variavam tão amplamente quanto os actores envolvidos nesse empreendimento. Apesar da Europa Oriental e os Balcãs serem os principais alvos da *Kulturabteilung*, das regiões extra-europeias, a América Latina foi talvez a mais importante. Isto é visível através do domínio que as escolas alemãs tinham na região, registando-se mil e quinhentas escolas, mil e duzentas delas no Brasil (Goebel, 2009: 233).

Mesmo tendo projetos, por vezes grandiosos, a política cultural externa na América Latina era modesta. Os problemas financeiros enfraqueceram os institutos culturais que se estabeleceram em Buenos Aires e no Rio de Janeiro no início dos anos vinte para promover o intercâmbio entre os académicos locais, e para realizar actividades culturais com a participação da comunidade e da inteligência local. E *die Kulturabteilung* parecia centrar o seu trabalho apenas na ajuda financeira e organizacional de indivíduos, clubes e instituições quer na Alemanha, quer na América Latina.

Independentemente dos objetivos iniciais da política cultural externa alemã em relação à América Latina, a implementação dessa política foi restringida por uma série de factores que estavam fora do alcance do AA. A falta de uma tradição de relações culturais entre os dois tornou mais difícil o sucesso de uma agenda centralizada, visto que existiam múltiplos indivíduos com os seus interesses pessoais, baseados num sistema descentralizado (*Ibidem*).

De modo geral, as relações culturais com a América Latina nesta época continuaram a desenvolver laços militares e comerciais. O início do "movimento ibero-americano" na Alemanha, no final da década de vinte, assim como esta continua relação com a América Latina, formavam uma combinação de interesses que cresciam

lentamente, a partir dos interesses imperialistas do império Guilhermino.

### 3.4 Era Nacional-Socialista

A emigração para a América Latina não pareceu diminuir até ao período nazi. O fluxo de refugiados tornou-se muito comum, dirigindo-se para velhas comunidades étnicas germânicas. Estas ondas de emigrantes criaram, em alguns casos, “colónias” rurais de maneira semelhante às primeiras “colónias” latino-americanas - apoiadas por empreendedores individuais e governadores de alguns estados que pretendiam receber estas pessoas para trabalhar devido às já reconhecidas características germânicas: trabalhadores aplicados e capazes, bons agricultores, eficientes, apolíticos, confiáveis e brancos (Penny, 2013).

Argumentava-se que a reconstituição das colónias africanas não fazia parte do plano original de Hitler como parte de uma tentativa de manter a paz com Inglaterra. Mas, os planos arquitectónicos e de construção monumental nas cidades alemãs são para muitos um sinal de antecipação deliberada de expansão planeada, servindo como demonstração do poder imperial do grande *Reich* alemão que se viria a formar.

Com o início do controlo nacional-socialista da Europa de Leste, discussões entre globalistas e continentalistas sobre os objectivos de Hitler e a sua política internacional foram constantes. Debates com os EUA assumiam que após o domínio de todos os impérios do Leste e a restituição das colónias africanas, a dominação mundial se seguiria. Hitler não se contentaria com apenas a Europa, ele desejava poder absoluto e domínio territorial. A construção de um império continental na Europa e a reconquista das colónias africanas asseguraria à Alemanha um estatuto de poder mundial (Müller, 1992: 67-68).

Para Hitler, a América Latina era a epítome da miscigenação de raças, que afundava e denegria o nível das raças superiores, portuguesa e espanhola, que eram, na sua opinião, brancos e fundadores de cultura. Na verdade, Hitler demonstra extrema ignorância face à América Latina e a sua vida política, cultural e histórica. Na sua obra *Mein Kampf*, Hitler faz uma única referência sobre o continente:

Nordamerika, dessen Bevölkerung zum weitaus größten Teile aus germanischen Elementen besteht, die sich nur sehr wenig mit

niedrigeren farbigen Völkern vermischten, zeigt eine andere Menschheit und Kultur als Zentral- und Südamerika, in dem die hauptsächlich romanischen Einwanderer sich in manchmal großem Umfange mit den Ureinwohnern vermischt hatten. An diesem einen Beispiele schon vermag man die Wirkung der Rassenvermischung klar und deutlich zu erkennen (Hitler, 1943: 313)

O *Führer* não só mostrava ignorância como também um aparente desinteresse na região. O que não tem, automaticamente, de significar que a América Latina estava de fora do radar do regime. Claramente, a região era de relevância inferior em comparação com o ambiente europeu imediato à Alemanha nazi. No entanto, isto não impediu os oficiais alemães, públicos e privados, de realizar esforços extenuantes para expandir a influência do país na América Latina. E, em 1934, foram até iniciadas várias visitas diplomáticas aos países sul-americanos. (Leitz, 2004).

Apesar do aparente desinteresse face ao sub-continente, muitos afirmam que, entre quatro paredes, Hitler era bastante vocal sobre o seu intuito de construir uma nova Alemanha na América Latina. Hermann Rauschning (1940), por exemplo, afirma que no ano de 1933, durante um jantar com o *Führer*, este lhe expressou vontade de dominar o Brasil e o México. Estes pareciam ser espaços perfeitos para o povo alemão, que estariam a ser mal aproveitados pelos seus povos nativos. A forma como este descreve o processo é interessante, pois refere que a utilização de força não seria necessária e utilizaria em seu lugar a cultura e força moral e espiritual do povo alemão e do regime para os trazer para o seu lado. As populações do Sul não necessitavam de capital financeiro, mas sim de incentivos ideológicos e políticos que lhes faltava de forma intrínseca. O povo por si veria que a melhor solução para si seria juntar-se a Hitler, tornando-se primeiro seus aliados e, de seguida, seus subordinados (Rauschning, 1940: 60-64).

Tal relato não pode ser tido como absolutamente verosímil, mas não pode deixar de ser referido como informação para possível debate e análise, juntamente com toda a informação, realmente, oficial sobre o tema.

Independentemente de Hitler demonstrar ou não preocupação para com a região, é importante frisar que a grande maioria das acções e planos levados a cabo pelo partido nazi tiveram origem em elementos, de grande influência, dentro do mesmo. É claro, tendo em consideração o aumento de iniciativas culturais e comerciais na América

Latina, que membros do partido Nacional-Socialista teriam interesse na expansão nazi na região.

O governo alemão decidiu retomar em força as relações económicas, quase extintas com a região – durante a grande depressão, as importações entre os dois continentes caíram 75%, muito abaixo dos níveis registados em 1913. A 3 de Julho de 1934, *die Deutsche Handelsdelegation für Südamerika*, uma delegação comercial dirigida por Otto Kiep, deixou a Alemanha. Durante sete meses a delegação visitou quase todos os estados Sul Americanos, retornando ao país com vários acordos comerciais com a Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Assim, o Terceiro Reich conseguia importar bens, especificamente produtos agrícolas e matéria-prima indisponível na Alemanha e considerada vital, da maioria dos países latino-americanos sem utilizar reservas preciosas de moeda estrangeira (Leitz, 2004).

É visível no investimento alemão na América Latina, através da introdução de perícia técnica e alguns contratos de gestão, um esforço para compensar recursos de capital mais reduzidos. É uma tendência que ficou evidente na actividade alemã em companhias aéreas latino-americanas. A influência alemã predominou na fundação da Sociedade Alemã de Transportes Aéreos, a primeira companhia aérea da América Latina (Gleich, 1968: 13).

Esta nova política comercial na América Latina surtiu frutos. Até políticos e negociantes britânicos e americanos queixavam-se vigorosamente do sucesso dos métodos económicos nazis. De 1934 a 1939, a participação alemã nas importações latino-americanas aumentou para mais de 16% atingindo, assim, o nível de 1913. A Alemanha assumiu novamente o segundo lugar entre os países que abasteciam a América Latina. Devido aos acordos de troca e ao forte apoio às exportações alemãs para a América Latina, a Alemanha tornou-se, em 1938, o segundo parceiro comercial mais importante da América Latina, atrás dos Estados Unidos (*Ibidem*: 12).

Ainda antes da subida ao poder de Hitler em 1933, *der Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP), iniciava a criação de unidades para controlar os *Auslandsdeutsche* e expandir a sua influência nos seus países de acolhimento. A 1 de Maio de 1931, é fundado o órgão principal de tal “missão”, *die Auslandsabteilung* – mais tarde conhecida como *Auslandsorganisation* (AO) - por Gregor Strasser *die Reichsorganisationsleiter*. A sua direcção ficou a cargo de Hans Nieland até este se demitir em 1933, passando o cargo para Ernst Wilhelm Bohle. Esta procurava promover e fortalecer a indústria alemã no estrangeiro, melhorar acordos bilaterais, unir os

emigrantes alemães e, simultaneamente, educá-los ideologicamente; lutando ainda pelo controlo político e jurídico.

O partido tenta actuar, primeiramente, a partir dos regimes latino-americanos que demonstravam uma atitude favorável em relação ao fascismo – como é o caso do Brasil, que acaba em 1937 por instaurar o Estado Novo, regime nacionalista liderado por Getúlio Vargas. A AO apoiava cada vez mais as escolas, hospitais e clubes considerados confiáveis pelo partido. Esta dedicou a sua atenção ao estabelecimento de filiais do NSDAP em áreas onde as populações de origem étnica alemã estavam concentradas. Deste modo, a partir de 1931, nasceram diversos grupos locais do NSDAP na América Latina, que começaram a sofrer a influência da AO. O seu objetivo era de início, penetrar ideológica e pessoalmente grupos locais e todas as associações e organizações, em que os *Auslandsdeutsche* fossem organizados, a fim de criar uma comunidade global com sentimentos pró-nazi. O esforço dos nazis foi inicialmente rejeitado pelas elites de emigrantes, mas, mais tarde parece surtir efeito, dizendo-se mesmo que existiam mais nazis nas comunidades da América Latina do que na própria pátria mãe (Barbian,2014).

Na capital do Chile, Santiago, o primeiro grupo NSDAP foi estabelecido em 1931 e através do seu envolvimento com organizações alemãs que serviam o ideal do germanismo, ganhou muito reconhecimento. O jornal alemão mais importante, o *Condor*, tornou-se o principal órgão de propaganda nazi no país. Quase todos os clubes alemães no Chile caíram sob o domínio da AO e entre 1937e 1938 o NSDAP *Landesgruppe* incluía cerca de 1.000 pessoas (*Ibidem*).

Na Argentina, em Buenos Aires, o primeiro grupo local foi fundado em Fevereiro de 1931. Com o apoio de Willy Köhn, que tinha, entretanto, sido nomeado *Auslandskommissar für Südamerika*, os mais importantes grupos alemães caíram nas mãos dos nazis. Também *der Deutsche Volksbund für Argentinien*, cuja gestão tinha inicialmente resistido, caiu em 1934 sob a influência do partido. O jornal alemão *La Plata* tornou-se o porta-voz da Alemanha nazi. Em 1937, a célula argentina contava com 1.500 membros (*Ibidem*).

No Brasil, a primeira filial da NSDAP foi fundada, tal como as restantes, em 1931 na cidade de São Paulo. Apesar de alguns confrontos contra a politização excessiva, devido à memória, ainda muito presente, dos motins anti-alemães durante a Primeira Guerra Mundial; a resistência desapareceu em meados dos anos 1930 e os sucessos da AO aumentaram. Em 1937 o ramo brasileiro do partido contava com 2.903

membros, sendo assim, possível à AO construir organizações em todo o estado para difundir a ideologia nazi, e ganhar um impacto decisivo sobre a ideologia de *Auslandsdeutschtum* (Barbian, 2014).

Os membros do partido nestes países tinham obrigação de cumprir as leis do país de acolhimento e era proibido envolver-se na política interna do mesmo, até através de conversas. A sua tarefa principal era anunciar o nacional-socialismo alemão e ajudar a organizar quaisquer actividades, entre os países de acolhimento e o Reich, através das células do partido.

Sob a chefia de Bohle, a AO iniciou um grande desenvolvimento e um crescimento do número base de *Orstgruppen* (grupos regionais), *Kreisleitungen* (círculos de direcção) e *Landesgruppen* (grupos nacionais), para cerca de 600 em 1938, com 29 mil membros globais. A A.O. tinha várias associações partidárias como: a *Deutsche Arbeitfront* (DAF), *die Nationalsozialistische Frauenschaft* (NSF), *der Hitler-Jugend* e *der Bund Deutscher Mädel* (HJ und BDM), como também a *Nationalsozialistischer Lehrerbund* (NSLB). Estes eram, no entanto, grupos que não tinham permissão para operar a sua própria política no estrangeiro (Bartelt, 1993: 5).

Os integrantes destas instituições reuniam-se regularmente e algumas, como é o caso da DAF e da NSF, possuíam as suas próprias células e hierarquia interna. Outra actividade do partido era a colheita de donativos dos associados, partidários e simpatizantes, que reverteria para a Ajuda de Inverno, sendo enviados para a Alemanha. Para além das reuniões, os principais dirigentes do partido deveriam elaborar relatórios para o comando da AO na Alemanha sobre as actividades dos partidários, a comunidade alemã como um todo e a situação política do país sul-americano em questão.

A função da DAF no exterior seria encobrir a propaganda inimiga, divulgar a ideia de paz no trabalho e promover programas sociais. Dentro destes programas, realizavam-se reuniões mensais, cursos de formação de professores e a criação de grupos de jogos e desportos. Os seus integrantes eram ainda responsáveis por consultoria jurídica, prestar cuidados na educação e participar em actividades da imprensa (Dietrich, 2007).

Um dos principais instrumentos da propaganda do regime era a realização de festividades, algumas delas específicas a este regime político e outras que foram por ele apropriadas, a fim de se tornarem “festas nacionais”. Procurava-se realizar uma propaganda política de massa, utilizando o conceito de psicologia de massas. A partir destas ideias, é instituído pelo Ministro da Propaganda, Joseph Goebbels, um calendário



político novo. Por este calendário, datas antes inexistentes como o aniversário da ascensão ao poder do NSDAP (30 de janeiro) e o aniversário do *Führer* (20 de abril) tornaram-se grandes acontecimentos no quotidiano dos alemães na pátria mãe e no estrangeiro.

As celebrações eram como missas políticas, decoradas com cores chamativas como o vermelho, anteriormente usada pelos marxistas; o preto, símbolo dos camponeses; e o branco, associado à claridade e à luz. Nos desfiles, utilizava-se pirotecnia, como tochas e bacias de fogo, e também efeitos sonoros, como tiros de canhão, entoação de canções nacional-socialistas e discursos dos líderes, principalmente de Adolf Hitler. Multidões vestiam-se a rigor com uniformes e organizavam cortejos. A componente mágica misturava-se com a religiosa. Estes eventos eram uma promoção de uma felicidade colectiva, de alegria e bem-estar geral, desviando o olhar da prática opressora que se implantava cada vez mais na Alemanha (Dietrich, 2007).

A juventude hitleriana participava em coros musicais exclusivamente na língua alemã e assistia a discursos dos partidários. Fora as actividades dos seus grupos, o partido dedicava-se, igualmente, à propaganda através da elaboração de jornais, programas de rádio, sessões de filmes, viagens de dirigentes para a realização de palestras sobre a ideologia nazi e divulgação do ideal nacional-socialista em instituições, como clubes desportivos ou recreativos, igrejas, firmas e escolas (*Ibidem*).

Observando a propaganda utilizada em jornais, rádios e panfletos, é possível observar temas recorrentes: a inevitabilidade da vitória do Eixo; omissão de comunicados dos Aliados, especialmente sobre vitórias; o perigo mundial do Bolchevismo; a humilhação de Versalhes; a América do Norte e a sua sede por controlo mundial; e o perigo dos judeus.

Deste vasto grupo de instituições, as igrejas e escolas mereciam um local de destaque, sendo as organizações com maior apoio do partido e onde a divulgação do ideário nazi se propagava com maior fluidez, chegando a um maior número de pessoas. Historicamente, os pastores e padres alemães nestas regiões estavam entre os nacionalistas mais fervorosos na liderança da comunidade. Estes auxiliam o esforço de propaganda local através de material inserido em sermões, conversas privadas, reuniões da igreja e da sua liderança em actividades comunitárias. A imprensa religiosa destas paróquias desempenhava um grande papel na propaganda estatal.

O partido não se dedicou apenas à propaganda e organização de actividades culturais, como também decidiu aplicar as ciências e investigação na sua “missão

expansionista”. O Instituto Ibero-Americano de Berlim, criado em 1927, sob a direcção de Otto Böhlitz é o exemplo perfeito desta politização da ciência.

Aquando da sua criação, o instituto limitava-se às Humanidades, mas após a mudança de presidência do mesmo em 1934 – com Wilhelm Faupel – dá-se uma viragem para as ciências exactas, estudos militares e até mesmo publicação de propaganda. As suas actividades eram ainda complementadas com eventos sociais e culturais como missões, viagens de estudo ou conferências, dando ao instituto um papel de destaque na política externa nacional-socialista (Clara, 2014: 131-133).

A partir de 1933, devido à ascensão do partido nazi ao poder, o instituto recebeu um forte apoio do estado. O *Reich* aumentou os rendimentos direccionados ao instituto e transformou-o num instrumento da sua política exterior face à América Latina. O instituto converteu-se na sede de diversas reuniões com a presença de estadistas e autoridades latino-americanas e as investigações sobre o continente ampliaram-se e a sua revista tornou-se trimestral. O instituto transformou-se, assim, no principal centro de investigações alemãs sobre a América Latina (Vainfas e Raminelli, 1999).

O instituto tal como outras instituições ligadas ao NSDAP, tinha como grande foco o tema da raça e o estudo da mesma, frisando preocupação face à miscigenação das raças. Esta ideologia não cairia bem nos países sul-americanos e seria impossível manter as relações amistosas entre si. Deste modo, a ideologia passada para estes países é modificada e omite certos termos e resoluções apoiadas pelo regime acerca do tema. São ainda realizados e publicados estudos sobre a população indígena, mostrando apreço pela mesma e tecendo diversos elogios como forma de manter os seus interesses na região, mais uma vez omitindo a brutalidade e opressão praticada pelo regime na Europa.

Outro passo importante no desenvolvimento da “profissionalização” da ciência e dos estudos latino-americanos foi a inclusão da região no curso "Estudos Internacionais" para professores estrangeiros, em 1940, na recém-fundada *Auslandswissenschaftlichen Fakultät* (AWF), em Berlim. A pesquisa sobre a América Latina teria sido até ali tratada principalmente em instituições de pesquisa não-universitárias (Carreras, 2005: 11).

Com o início da II Guerra Mundial, aumentou a pressão para justificar qualquer actividade científica que não fosse directamente relacionada ao conflito. Em resposta no início dos anos 1940, uma série de grandes projetos científicos foram lançados, com o objectivo de recrutar a ciência ao serviço da política e do esforço de guerra. Um dos

maiores e mais importantes projectos, foi o chamado *Aktion Ritterbusch*, de 1940, integrado na América Latina, com o apoio de Oscar Schmieder. Este consistia na constituição de uma ciência especificamente alemã e o seu comissionamento para a política como um “esforço de guerra”. A integração da América Latina em grandes projetos da ciência nazi, pode ser interpretada como função de legitimação ideológica a ser estabelecido como paradigma universal (Carreras, 2005).

As movimentações de todas estas instituições de diferentes áreas, especialmente o Instituto Ibero-Americano, não passaram despercebidas à administração norte-americana. A América Latina alimentava as relações económicas e culturais com a Alemanha numa tentativa de se desconectar dos EUA que tentavam penetrar a região através do seu poder político, tentando mesmo intrometer-se na política latino-americana. A velocidade com que a Alemanha se reergueu económica e militarmente apanhou de surpresa a administração de Roosevelt. Os avanços militares alemães na Europa e a nova tecnologia de que dispunham fez com que os americanos temessem que a transição de África para o Brasil pudesse ser facilmente estabelecida, e isso deixaria os nazis entrarem na esfera de influência dos EUA – a América Latina, a que chamam de o seu *backyard* - aumentando a desconfiança sobre a intenção da formação de uma quinta coluna por parte da Alemanha. Muitos temiam ainda que os EUA fossem invadidos.

Roosevelt acreditava que a queda de França se devia à movimentação de *Auslandsdeutsche* a favor do regime e que o mesmo poderia acontecer na América Latina. Na sua visão, a Alemanha estaria a realizar um plano de duas vertentes: uma vertente teórica mais antiga e uma imediata e militar. O plano mais antigo e teórico teria as suas raízes no nacionalismo alemão, no Pangermanismo e na geopolítica alemã, ou seja, numa série de ideologias que remontam ao final do século XIX e ao imperialismo Guilhermino, as quais pregavam a unificação de todas as minorias alemãs. Por outro lado, o plano mais imediato e militar, ligado à guerra de expansão da Alemanha nazi, previa a criação daqueles que eram chamados de "Estados Unidos da América do Sul". Esse futuro Estado vassalo do Terceiro Reich representava uma expansão natural do "espaço vital alemão". A criação desse Estado vassalo teria ainda a função estratégica de se aliar à América Latina para distrair os EUA, impedindo-os de enviar de ajuda à Grã-Bretanha, por estarem preocupados com o seu *backyard* (Losano, 2006: 4-5).

Este plano parece ainda mais verosímil após o aparecimento de uma carta geopolítica nazi sobre o futuro desenho da América do Sul, após a vitória da Alemanha

nazi e dos seus aliados do Eixo. Segundo Mario Losano (2006) trata-se do mapa da "Rede das linhas aéreas dos Estados Unidos da América do Sul". O mapa mostrava a redistribuição territorial da América do Sul a ser imposta pela Alemanha depois da vitória: O subcontinente seria reduzido a apenas quatro países e uma colónia, todos sob proteção alemã, a saber: 1. Brasil; 2. Argentina, que absorveria o Uruguai, Paraguai, toda a parte baixa da Bolívia e um corredor para o Pacífico na altura de Antofagasta; 3. Chile, incluindo o restante do Peru e da Bolívia; 4. Nova Espanha, formada pela Colômbia, Venezuela e Equador, mais o Panamá e a zona do canal; 5. as três Guianas unificadas como colónia francesa. A Argentina, portanto, além de reconstituir as fronteiras do vice-reinado do Prata, decepta uma faixa de Chile e assegura a Buenos Aires a almejada saída para o Pacífico. (Losano, 2006: 5).

Outro documento, também descoberto após o conflito, que levaria a uma confirmação das intenções do regime nazi é uma carta de Heinrich Dorn, comerciante em Hamburgo e um dos fundadores do Instituto Ibero-Americano nessa cidade, ao director desse mesmo instituto datada de 22 de Maio de 1933:

Ich betrachte Latein-Amerika als die einzige grosse Kolonie, welche uns verblieben ist, und wir müssen alles daran setzen, uns die vorteilhafte Stellung, welche wir dort einnehmen, zu erhalten (*apud* Clara, 204: 125).

Muitos judeus e outros opositores do regime nazi chegam à América Latina como refugiados, desvendando as atrocidades que acontecem na Europa. Grandes números de judeus e outros opositores unem-se nestes países, especialmente na Argentina, criando verdadeiros centros de resistência. Estas revelações, juntamente com a pressão advinda dos EUA para que se juntassem aos Aliados, deixam os países latino-americanos de “pé atrás” com a presença alemã nos seus países. A imprensa começa quase de imediato a afastar-se do regime, os governos, no entanto, evitam medidas extremas contra a Alemanha por vontade de manter as boas relações comerciais, que continuam a florir durante o período de guerra.

No Brasil, onde 85% do milhão de alemães no país são simpatizantes do regime nazi, as relações com o NSDAP foram cortadas em 1938. Após uma insurreição contra Getúlio Vargas, ter sido provada como tendo cunho nazi, o partido e as suas actividades foram proibidas. Foram, ainda, fechadas 1900 escolas privadas alemãs, serviços religiosos obrigados a incluir o português, sinais de lojas em alemão proibidos e

qualquer programa de clubes e outras organizações deveria estar em português. Vários alemães foram também presos, identificados ou internados e em algumas cidades do Sul, houve saques a estabelecimentos alemães (Turner, 1942).

O período entre 1939 e 1941 foi dúbio, pois apesar de o partido estar proibido de exercer funções no país, este ainda se considerava neutro e não autorizava propaganda anti-nazi. As actividades foram apenas rearranjadas, os líderes realocados, núcleos fechados e a propaganda feita de outra forma. Neste período, existiram algumas tentativas de aproximação, até 1942, quando se deu a separação total entre os dois países, devido ao confronto entre organizações alemães e as directrizes fascistas brasileiras que tentavam nacionalizar as minorias estrangeiras (Dietrich, 2007).

Sob a presidência de Agustín P. Justo (1932-38), as actividades da AO teriam sido toleradas na Argentina. Mas, o sucessor de Justo, Roberto Ortiz, adoptou uma abordagem menos receptiva. No entanto, somente após a adesão do país à Acta de Chapultepec<sup>9</sup>, em Março de 1945, é que novas restrições sobre as instituições alemãs foram, a pedido dos EUA, adoptadas (Barbian, 2014).

No Chile as atividades da AO foram alvo de críticas relativamente tarde. As boas relações económicas com o Reich alemão não deviam ser postas em causa e, por isso, as actividades desta organização foram toleradas por muito tempo. A partir de 1941, no entanto, a AO foi vista com uma atitude muito mais negativa e crítica no Chile, levando à quebra do *Landesgruppe* em 1942. Contudo, o romper das relações diplomáticas Chile-Alemanha surge apenas em 1943. Acções contra os "alemães" e as suas organizações ou lojas, como na Argentina ou no Brasil, não aconteceram no Chile (*Ibidem*).

Apesar do corte dos grupos nacionais do NSDAP no México e no Chile, este nunca foi oficialmente proibido como no Brasil e na Argentina.

Iniciando-se no século XVI, as interações entre Alemanha e a América Latina, mostraram-se constantes e sempre amistosas. Apesar do seu carácter comercial e económico, é visível, através dos séculos, um aumento dos elementos políticos e culturais entre as duas. O pico das interacções diplomáticas e culturais, parece acontecer nos primeiros anos do governo de Adolf Hitler, onde o entusiasmo trazido pelo regime a estes países, que ainda buscam por uma identidade própria, surte num aumento do interesse pelo mesmo e simpatia para com os seus emigrantes e descendentes.

---

<sup>9</sup> Acordo assinado a 6 de Março de 1945 que proclama que a agressão contra qualquer estado americano seria automaticamente uma agressão a todos os países signatários.

As especulações sobre o desenrolar das fantasias e ambições alemãs, advindas do falhanço experienciado no século XVI, sobre o continente são imensas, com opiniões divergentes desde o primeiro contacto até ao fim da Segunda Guerra Mundial. Para aqueles que viviam fora destas comunidades, no entanto, estas eram verdadeiras “colónias” e os seus habitantes colonos capazes e trabalhadores.

É possível observar, também, continuidades entre as políticas adoptadas pela administração de Wilhelm e as adoptadas pelo regime nazi. Ambos os governos, no que diz respeito à América Latina, raramente utilizaram métodos abertamente militares e procuraram utilizar duas grandes, e coordenadas, políticas. A primeira baseia-se nos seus esforços para tirar partido da existência de “colónias” alemãs na América Latina; a segunda servia-se das tentativas para expandir as relações económicas com a região (Leitz, 2004).

É impossível, neste momento, confirmar as intenções de qualquer dos regimes alemães acima referidos face aos países sul-americanos. No entanto, podemos afirmar que as relações que criaram com o continente sul-americano ao longo do tempo tinham um carácter bastante particular. As comunidades germanófonas estabeleceram-se rapidamente e de forma positiva, trazendo vantagens para ambos os continentes. Estas relações de nível comercial, cultural e científico vieram fortificar a confiança dos países latino-americanos na Alemanha e na sua população, trazendo ainda uma profunda admiração pela sua cultura e qualidades morais. O período aqui analisado, e todos os elementos que se compõem em torno do mesmo poderão ser, até, uma das questões mais nevrálgicas para o desenvolvimento da investigação, pois ajuda a pavimentar as relações entre si durante o governo de Hitler, facilitando a infiltração cultural que acaba por se verificar.

#### 4. As Escolas Alemãs na América Latina

A história das escolas alemãs sediadas no estrangeiro remonta à Idade Média na Europa de Leste. Ao longo de vários séculos, estas escolas para as minorias germânicas concentraram-se no Norte, Este e Sudeste da Europa, no entanto com o aumento da emigração da classe mercantil para outros continentes e a sua vontade de manter os seus valores e tradições, a rede escolar alemã expandiu-se cada vez mais.

Comunidades germânicas encontraram apoio nas suas igrejas e através de companhias mercantis privadas (alemãs) para criar associações escolares que acolhessem a juventude alemã, de forma a dar continuidade à sua educação com base no sistema implementado na pátria mãe. A primeira destas associações surgiu em Osorno, no Chile, no ano de 1854, resultado de patrocínios eclesiásticos. Os estados germânicos nesta fase não contribuíam de forma activa na criação e manutenção das escolas, sendo todo o honorário destas escolas derivado de apoios privados e em algumas delas de mensalidades pagas pelos pais. Estas eram ainda subordinadas à jurisdição do país de acolhimento e contavam apenas com representantes locais de empresas alemãs.

A partir de 1871, ano de união dos estados alemães, a emigração para a América Latina volta a registar um grande aumento, trazendo a criação de inúmeras novas escolas no sub-continente. A escola e a igreja foram as duas instituições mestras neste sistema de comunidade no estrangeiro. O desenvolvimento da escola alemã levou ainda à criação de uma multiplicidade de organizações escolares, comunitárias, rurais, urbanas, particulares, de cunho leigo e religioso. São também criadas associações de canto (*Gesangverein*), ginástica (*Turnverein*), caça e tiro (*Schützenverein*) e criada a primeira sociedade de canto lírico (Sociedade *Orphen*) de São Leopoldo (Brasil) e tantas outras associações e grupos (Söldon, 2008: 24).

Até ao início da Primeira Guerra Mundial, somente na América Latina, foram contabilizadas 5 mil escolas com cerca de 360 mil alunos.

Segundo Waibel (2010), que apresenta um vasto estudo na área das instituições educacionais alemãs no estrangeiro, muitos dos documentos sobre estas escolas foram gravemente danificados e muitos desaparecerem em 1943, após um incêndio durante o processo de deslocação dos mesmos para um local seguro. Tendo em consideração esta informação e a pouca bibliografia dedicada a esta temática, o presente capítulo tratará das escolas no estrangeiro de forma generalizada, sem referência a muitos exemplos específicos centrados na América Latina. No entanto, é de realçar que é estimado que

82% (número que aumenta para 94% em 1933) das escolas estrangeiras alemãs situavam-se no sub-continente, constituindo, praticamente, todo o sistema de ensino alemão no exterior (Penny, 2013: 379).

Este capítulo irá analisar as características e impacto das escolas alemãs nas comunidades germanófonas na América Latina, tanto nos seus alunos alemães como não alemães, focando-se nos seguintes pontos: primeiramente, serão abordadas as evoluções destas escolas nas décadas anteriores à tomada de posse do NSDAP (1933); de seguida, serão retratadas as alterações trazidas pelo partido nacional-socialista no sistema educativo no exterior, analisando características como o treino dos seus professores, as disciplinas e rotina, festividades e grupos estudantis; por fim, serão brevemente abordadas em modo de conclusão o processo limitação das matérias lecionadas dentro destas escolas e o seu consequente fecho após o início da Segunda Guerra Mundial.

#### **4.1. *Die Auslandsschulen* antes de Hitler**

*Die Auslandsschulen* foram fundamentalmente criadas em núcleos culturais semelhantes a colónias e áreas urbanas. Estes núcleos organizavam-se em torno de 80 a 100 famílias que tinham como centro infra-estruturas de artesanato, comércio e religião, promovendo assim, uma ampla rede comunitária neste processo de educação. Nas áreas rurais formavam-se grupos populacionais com estruturas de apoio onde os emigrantes promoviam as suas escolas comunitárias. As escolas possuíam um credo confessional cristão, luterano e católico (mais tarde surgem também os metodistas, adventistas presbiterianos). Muitas destas eram escolas privadas, que se tornaram centros de excelência no ensino primário e secundário. (Söldon, 2008: 24).

Ao contrário da França que favorecia a educação pública, países como a Grã-Bretanha, a Bélgica e a Alemanha concentravam-se nas missões religiosas e apenas as subsidiavam se necessário. Como a educação não costumava ser um campo preferido de alta política colonial, havia uma quantidade incontável de variantes locais. O que se entende por uma escola oscilava entre uma reunião na aldeia onde um intérprete local tentava ensinar o alfabeto, e escolas básicas nalgumas das grandes cidades. Relativamente mais desenvolvido era o sistema de ensino secundário. Os principais beneficiários destas instituições eram os filhos das classes médias urbanas locais. Estes



deveriam ser treinados para se tornarem parte dos quadros dos escalões inferiores da administração ou funcionários de empresas europeias (Osterhammel, 1995: 106).

À medida que as populações germanófonas cresciam no final do século XIX, o mesmo aconteceu com o tamanho e o número de escolas criadas pelas suas comunidades, com professores e administradores treinados na Alemanha. Este crescimento faz-se acompanhar da criação de associações de apoio a professores e fundos financeiros para os mesmos, jornais e revistas associados às escolas e ao seu quotidiano e instituições de formação, que procuram diversificar o sistema escolar. O ensino, nesta fase, passa fundamentalmente pela língua alemã (elemento fulcral e indispensável para as comunidades), catecismo, escrita e aritmética aplicadas ao quotidiano e cantos religiosos e profanos (Söldon, 2008: 26).

Após o início da Primeira Guerra Mundial em 1918, muitas destas escolas encerraram ou viram-se limitadas quanto ao ensino do alemão. No entanto, com a ressurgente economia alemã e o interesse vigoroso dos comerciantes, estas voltariam ao seu auge entre 1919 e 1935 com a reabertura de 64 escolas no continente sul-americano que conseguiram restaurar a tradição recorrente no período pré-guerra.

Com o fim da guerra, as comunidades alemãs no estrangeiro parecem cada vez mais empenhadas em transmitir a cultura e língua alemã (*das Deutschtum*) às novas gerações, já nascidas nos países de acolhimento, evitando que estes se assimilassem com as comunidades falantes de português e espanhol e, conseqüentemente, perdessem as características gloriosas atribuídas durante séculos aos alemães no continente (remetendo à figura de Humboldt).

As condições económicas enfrentadas pela Alemanha no pós-guerra e pelos administradores escolares tornam este crescimento ainda mais impressionante. Apesar deste maior movimento de preservação do *Deutschtum* e maior apoio financeiro por parte do estado alemão (através do Ministério dos Negócios Estrangeiros), foi necessária a admissão de muitos outros alunos de origem não alemã de forma a fazer face às despesas. Assim, iniciam-se mudanças no currículo com base em exigências dos governos dos países de acolhimento. Em estados como Santa Catarina no Brasil, as escolas alemãs enfrentaram leis particularmente rígidas, com o objectivo de incorporar a sua excepcional organização e pedagogia dentro dos novos princípios nacionalistas do país e exigindo maior uso do português nos programas escolares (Penny, 2013: 379).

Noutros estados federais, no entanto, as restrições foram menos severas. As escolas alemãs tentaram cumprir as novas exigências, como usar o português em aulas

de história e geografia e contratar professores brasileiros. Estas recebiam ajuda de Berlim para sobreviver, não apenas meios financeiros, mas também professores, material e aconselhamento foram oferecidos para apoiar as escolas. Os esforços pareciam dar frutos e, no final da década de 1920, a situação aparenta estar controlada e a seguir um rumo positivo (Rinke, 2014a: 10).

Nos anos 1920 existia um forte sentimento de superioridade ligado à cultura alemã. Simultaneamente, cresce a valorização do que significava a América Latina e da sua receptividade e interesse pela cultura e ciência alemãs. Em comparação com outras regiões do mundo, como a Ásia, observou-se que a América Latina tinha um maior interesse e admiração pela ciência e a cultura alemãs. Isso é evidente; na literatura, na música e no teatro da época. Pode ainda constatar-se que esta região e em particular o Brasil eram vistos como regiões muito exóticas. Tal exotismo perdurou durante todo o período posterior à Segunda Guerra Mundial, mas com um sentido diferente àquele demonstrado noutras épocas. Agora o fascínio concentrava-se na ascensão da esquerda no continente. O que os esquerdistas fizeram nada mais era do que outra forma de exotismo: projectava-se agora no continente latino-americano, por parte de alguns alemães, o desejo de o ver como um continente de revolução pura e positiva. Durante as décadas seguintes, uma forte corrente no pensamento alemão progressista olhava para a América Latina como um continente de sonho (Silva et al, 2014: 343).

O interesse dos alemães pelo continente parecia cada vez mais recíproco, destronando a influência majestosa da França como ponto de referência cultural. As ideias românticas nacionalistas que chegavam da Alemanha, tornavam-se cada vez mais interessantes para os latino-americanos que se encontram ainda em processo de afirmação cultural. As ideologias provenientes da Alemanha eram inovadoras, como um modelo de modernidade alternativa devido à distinção das suas tradições dominantes de liberalismo e nacionalidade cívica.

Seguindo os passos do governo francês, que apostava numa expansão cultural (política cultural) para reforçar a sua política externa, a Alemanha inicia um desenvolvimento de uma política externa cultural (*die auswärtige Kulturpolitik*), por vezes chamada também de propaganda cultural, tendo como cerne da mesma as escolas no exterior (Goebel, 2009: 226). *Die auswärtige Kulturpolitik*, que inicialmente se destinava apenas aos descendentes alemães, tornava-se agora grande parte da política externa alemã, utilizando as escolas, e apelando à simpatia das populações sul-americanas, para revelar aos não-alemães a injustiça do Tratado de Versalhes e

simultaneamente tentar recuperar o seu estatuto e poder mundial.

A crescente empatia pelos alemães e a sua mensagem é notória particularmente no Brasil onde se observava entre os estudantes uma maior atitude pró-alemã, que vinha a substituir o entusiasmo por França (por quem se sentia um grande rancor após o Tratado de Versalhes). A revalorização das raízes hispânicas entre partes das elites hispano-americanas na década de 1920 também veio a ser útil, pois a Espanha poderia utilizar como ponte, através da sua atitude pró-germânica que seria transferida para os sul-americanos (Goebel, 2008: 232).

Apesar de algumas dificuldades financeiras e da ausência de reformas organizacionais, as escolas alemãs passaram a ter uma importante função propagandística. Elas promoveram ainda mais respeito e admiração pela Alemanha e pela cultura alemã na América Latina, e fortaleceram as redes intelectuais e as relações económicas entre a Alemanha de Weimar e muitos dos países da América Latina. Em países como a Guatemala, o México e o Uruguai, que tinham maiores populações alemãs, e onde tais escolas tiveram grande sucesso, o seu potencial propagandístico tornou-se assunto de grande debate (Penny, 2013: 380).

Uma nova reorganização do sistema escolar estrangeiro alemão, durante a República de Weimar, ocorreu após o auge da inflação em 1923. O Ministério dos Negócios Estrangeiros investiu principalmente na expansão de edifícios escolares existentes e ajudou no financiamento para a aquisição de terrenos. O número de estudantes subiu para um total de 80.000, atingindo o nível dos anos anteriores à grande guerra em meados da década de 1920 (Waibel, 2010: 14).

A "política" cultural alemã na América Latina assumiu vida própria. Em 1928, uma revisão das atividades do Departamento de Cultura (*die Kulturabteilung*), revelou que a maior parte do orçamento do mesmo era consumido pelas escolas alemãs no exterior, levando à redacção de uma nova lista de prioridades. No entanto, continuou a surgir no topo da lista as escolas e questões relacionadas ao *Deutschtum*, para as quais foram concedidos, 3,5 milhões do orçamento anual de 7,5 milhões de *Reichsmarks* do departamento. A esta quantia soma ainda custos para o intercâmbio de professores e estudantes, viagens de professores e outros institutos científicos alemães no exterior. A Europa e as Balcãs foram os principais alvos do *Kulturabteilung*<sup>10</sup>. Contudo por entre as

---

<sup>10</sup> "The schools of the German minority in the European states in the period in question have not been regarded as German schools abroad since the time of the Kaiser and in the Weimar Republic." (Waibel,

regiões não-europeias a América Latina foi, sem dúvida, a mais importante. Visto que que 1.200 do total de 1.500 escolas alemãs no exterior estavam no Brasil, é possível afirmar que as escolas consumiram uma grande maioria do orçamento destinado para as actividades na América Latina. Mesmo no México, um país com uma comunidade alemã pequena, em 1926 *das Auswärtige Amt* subsidiava as suas escolas com 75,200 *Reichsmarks*, deixando apenas 2400 para as restantes áreas (Goebel, 2009: 233).

Como medida de apoio adicional, o departamento escolar do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão enviou materiais de ensino para as escolas e continuou a enviar professores alemães. Em termos de conteúdo, as escolas, por sua vez, tomaram como modelo aquele imposto nas escolas da era imperial (Guilhermina), tal como acontecia na Alemanha. No que diz respeito às fontes existentes, o corpo docente das escolas estrangeiras consistia muitas vezes de professores conservadores ou reacionários leais ao imperador. É através destes professores que os ideais do nacional-socialismo se difundiram nas escolas alemãs no estrangeiro bem antes de 1933, pois entre os mesmos existiam já membros do NSDAP.

#### **4.2. As escolas durante o regime nazi**

As escolas alemãs no estrangeiro continuaram a florescer e a ganhar relevância na década de 1930, bem como o pensamento nacionalista dentro das mesmas. Com a tomada de posse do partido nacional-socialista em 1933, inicia-se uma reorganização de todas as organizações nacionais (*die Gleichschaltung*), e esta estende-se, naturalmente, às escolas no estrangeiro que ganham, juntamente com os seus elementos, alunos e docentes, cada vez mais importância dentro do regime.

Assim que tomou o poder, o partido iniciou imediatamente uma reorganização do sistema escolar e a elaboração de novas diretrizes para as escolas, visto que entendiam a antiga educação humanista clássica como inadequada para poder ser chamada de alemã. Os velhos calendários, livros didáticos e até mesmo toda a formação dos professores foram substituídos por novos que se apoiavam na ideologia nacional-socialista. A educação estava agora ligada ao Partido Nacional-Socialista e ao seu sistema político, e por isso, todos os assuntos tratados nas escolas deveriam incluir

---

2010:1) – As escolas europeias seriam consideradas parte do reino, visto que se situavam em áreas consideradas por direito parte do “império” alemão e do seu espaço vital.

uma visão política. A partir desse momento, uma das tarefas mais importantes das escolas era a doutrinação política e os alunos deveriam ser nacional-socialistas.

Automaticamente, membros do partido foram eleitos para fazer parte dos quadros administrativos das escolas e das suas associações. Paralelamente, procurava-se avançar o mais rápido possível com uma política de expulsão de professores judeus ou dissidentes da causa nacional-socialista (Waibel, 2010: 3).

Os judeus eram considerados inadequados para exercer a profissão de docente. Apenas um alemão, com a devida prova da sua pureza de sangue, poderia ser admitido no programa de formação para professores. Esta tendência afectou, igualmente, os estudantes judeus que se viram enviados para turmas especiais ou escolas especiais. O regime acreditava que as crianças judias atrasavam os alunos alemães devido a diferenças cognitivas entre raças (os judeus eram considerados lentos e estúpidos em comparação com os arianos). Estas eram ainda consideradas um forte obstáculo ao ideal de comunidade e à implementação do nacional-socialismo nas escolas públicas em geral.

Visto que o corpo docente das escolas tinha, até aí, um carácter multiétnico e multiconfessional, a crescente influência da ideologia nacional-socialista levou a um êxodo de alunos, por razões religiosas e políticas. Como muitos destes estudantes ajudavam a manter a situação financeira das escolas, *das Auswärtiges Amt* tentou estagnar a tendência, enviando em 1934 um comunicado com directrizes para o tratamento de alunos não-alemães. Existia um medo de que a imprensa ibero-americana pudesse revelar o que vinha a acontecer nas escolas, formando assim a ideia de que estas estavam a influenciar os estudantes com visões políticas incompatíveis com as leis nacionais dos países de acolhimento. Desta forma, foi ordenado que fosse evitada qualquer acção que pudesse ser considerada ofensiva ou provocativa face à raça, cultura e instituições estatais do país anfitrião (*Ibidem*: 129).

Outra orientação dada a todo o corpo docente e associações pertencentes às escolas, era do respeito pela lei do país de acolhimento. Professores e dirigentes nas escolas, tal como os membros do partido, não deveriam intervir na política do seu país de hospedagem. As escolas e os professores estariam subordinados às leis, direitos internos e orientações educacionais do país onde estão localizados.

Apesar de todos os cuidados, muitas queixas surgiram. No Brasil, por exemplo, muitos professores compareciam ao trabalho uniformizados e utilizavam a saudação hitleriana no início das suas aulas, o que incomodava muitos pais. Entre as muitas

queixas, a auto-discriminação entre estudantes era a mais preocupante (Dietrich: 2007: 302).

O trabalho das escolas estrangeiras foi prejudicado nos meses que seguiram a tomada de posse, especialmente na área da América Latina, pelos governos anfitriões. O ensino secundário alemão no México foi solicitado a introduzir o espanhol como língua de instrução. Alguns professores alemães foram também impedidos de entrar em alguns países e a sua permissão de ensino foi negada. Em muitas escolas na região, onde directores e conselhos escolares eram liberais activos, existiu grande resistência à influência nacional-socialista (Waibel, 2010: 70).

A doutrinação política estava inserida em todas as disciplinas, consistindo em três pontos-chave: doutrina racial, concentrando-se nas diferenças intra-raciais e a superioridade ariana; o conceito de *Lebensraum* e de defesa da nação alemã de influências exteriores; e a ideologia do *Führer* e do *Reich*, onde as crianças deveriam desenvolver respeito e amor pela Alemanha e pela figura de Hitler (Stopar, 2007: 8).

Estes três pontos faziam parte da noção limitada de Hitler sobre educação. O *Führer* era contra uma estrutura educacional de cariz intelectual, achando que a mesma destruía a juventude. A camada jovem, na sua percepção, só teria de aprender sobre o domínio da sua raça e cultura, somente com o objectivo de se tornarem nacionais-socialistas exemplares. Este formato educativo era passado não nas escolas, exclusivamente, mas também em organizações como a *Jungvolk*, *Hitler-Jugend*, *das Jungmädels* e *der Bund Deutscher Mädchen*, onde as crianças deveriam sempre manter-se como membros (*Ibidem*: 5).

As crianças tinham de resolver problemas que abordavam temas como o sacrifício humano e perdas durante a Primeira Guerra Mundial, de forma a desenvolver um pensamento nacionalista e bélico. Serve como exemplo o problema matemático que se segue: “Ein moderner Nachtbomber kann 1800 Brandbomben tragen. Auf wie viel km Streckenlänge kann er diese Bomben verteilen, wenn er bei einer Stundengeschwindigkeit von 250 km in jeder Sekunde 1 Bombe wirft?” (Stopar, 2007: 9 *apud* Flessau 1977: 145).

Outros sugeriam a superioridade racial e intelectual do povo alemão, referindo, por exemplo, a diferença no número de analfabetos no exército alemão, inglês, russo, francês e italiano.

Na opinião de Hitler, auto-controle (baseado nos modelos de treino militar), era mais importante que educação de base intelectual, chegando mesmo a afirmar: “Wenn

unserer Jugend in den Volksschulen etwas weniger Wissen eingetrichtert worden wäre und dafür mehr Selbstbeherrschung, so hätte sich dies in den Jahren 1915/18 reich gelohnt” (Hitler, 1943: 462).

No que diz respeito ao ensino de áreas como história, Adolf Hitler acreditava que os jovens deveriam aprender apenas o suficiente para conseguirem tomar um posicionamento político e entender o significado de pureza de sangue e da doutrina racial, pois segundo o mesmo: “Es soll kein Knabe und kein Mädchen die Schule verlassen, ohne zur letzten Erkenntnis über die Notwendigkeit und das Wesen der Blutreinheit geführt worden zu sein” (Hitler: 1943, 476).

Uma das associações que desempenhou um papel importante no desenvolvimento do movimento nazi nas escolas foi *der Nationalsozialistische Lehrerbund* (NSLB), braço integrante do NSDAP no exterior. Esta tinha como função dirigir as escolas alemãs segundo a visão alemã (nazi) e as suas orientações políticas.

#### 4.2.1. NSLB

“Ihr seid Bannerträger des neuen Deutschlands!” (DsiA, 1937: 277 apud Waibel, 2010: 1). Este é o lema pelo qual os professores nas escolas no estrangeiro deveriam viver e a responsabilidade que deveriam honrar para o bem maior do *Reich* alemão e do seu povo.

Para fazer cumprir tal objectivo foi criado em 1927, ainda antes da tomada de posse por parte do NSDAP, *der Nationalsozialistische Lehrerbund*. A organização teve como primeiro líder Ostmark Hans Schemm, antigo ministro da cultura da Baviera e encontrava-se activa exclusivamente na Baviera, Saxónia e Turíngia. Mas, em 1929, estendeu-se por todo o *Reich* alemão (e comunidades no estrangeiro que faziam parte do *Lebensraum* alemão) com o seu objectivo de conquistar o poder político do *Reich* através do treino ideológico da causa nazi contra organizações de ensino no *Reich* controladas por liberais, democratas e marxistas (Waibel, 2010: 15).

O NSLB foi criado como uma organização que fazia parte da luta nazi, que preenche a vida educacional alemã com as ideias e visões do nacional-socialismo, e que como tal deveria lutar contra as antigas associações de professores e educadores - baseadas no sistema da República de Weimar, que aos olhos dos nazis, teria denegrido a imagem da nação alemã e rebaixado o seu povo.

A expansão em massa, um objectivo urgente para o grupo, não tardou a chegar e com o aumento dos seus elementos, tal como em outras organizações, foi necessário criar vários grupos locais associados à NSLB e uma central dedicada às escolas no estrangeiro (*Gau Ausland*), com uma hierarquia própria. Em 1931, a associação contava com 2 mil membros, número esse que subiu rapidamente para 11 mil até Março de 1933, devido à ascensão ao poder do NSDAP e as suas promessas de melhores condições de trabalho (Waibel, 2010: 16).

O grande objectivo da organização era formar um corpo escolar de teor nacional-socialista, que abrangesse as faixas-etárias desde o jardim de infância até à universidade. Para reorganizar o sistema educativo alemão, seria necessário ter como pontos chave da campanha educacional os princípios de Hitler e a ideologia nacional-socialista. E tal só seria possível se os professores se mantivessem, mais do que nunca, fiéis à natureza e nacionalidade alemã, protegendo o sistema educativo de quaisquer influências nocivas (*Ibidem*: 18).

Uma das principais funções das unidades no estrangeiro era informar o *Reich* de todas as actividades nas escolas. Dirigentes e outros postos, seriam escolhidos com base nos relatórios recebidos no *Reich*. Era exigido absoluta devoção e submissão ao regime e ao *Führer*, pois qualquer tentativa de oposição levaria a uma intervenção imediata. Se as declarações ou relatórios dos líderes do grupo escolar contivessem informações incriminatórias sobre as actividades de professores, estes seriam excluídos do NSLB. Como exemplo, a professora Luise Herrmann e o director Alexander Necker, da Escola Alemã de Caracas, foram excluídos do NSLB por serem vistos como oponentes do movimento nacional-socialista (Waibel, 2010: 41). Todos deveriam trabalhar no exterior com o objectivo proteger a população alemã de quaisquer influências perigosas e de “combater” para a manutenção do génio alemão pelas próximas gerações.

Ainda que existisse alguma urgência no processo de *Gleichschaltung*, dentro da NSLB, como na maioria das organizações no estrangeiro, foi necessário manter algum nível de descrição de forma a evitar menções na imprensa. Como forma de controlar a informação passada para a comunidade estudantil, bem como para o exterior da mesma, foi utilizada uma revista intitulada *Die deutsche Schule im Ausland* criada em 1901 pelo professor Hans Amrhein (*Ibidem*: 20). Esta passou a trabalhar como instrumento de disseminação dos ideais a alcançar por professores e alunos, mantendo ainda toda a comunidade estudantil a par das actividades em toda a rede de escolas, dentro e fora do país.



Foi, igualmente, necessário manter a associação com antigas organizações de professores (pertencentes à antiga *Auslandlehrerverband*) activas no estrangeiro devido à sua boa reputação e nome que afastava qualquer proximidade ao sistema político, alemão (*Ibidem*, 2010: 26). O objectivo seria, aparentemente, o encobrimento de ligações ao partido nacional-socialista e as alterações dentro do sistema educativo, bem como projectos e actividades no seio administrativo do mesmo, de forma a manter a simpatia e confiança dos governos locais e da população em geral.

Ao contrário do que acontecia no passado, durante o comando nazi, decisões que envolvessem as escolas eram negociadas entre organizações estatais como *das Auswärtige Amt*, o conselho do povo alemão, a direcção de propaganda do *Reich*, *die Auslandsorganisation* do NSDAP, organizações eclesiásticas e a academia alemã. As escolas no estrangeiro eram agora um assunto de estado, tratado com a maior importância e cuidado, enquanto parte da sua política externa.

A correlação directa entre a NSLB e o partido torna-se cada vez mais forte e evidente com a nomeação do novo líder da *Gau* no estrangeiro em 1934; Emil Ehrich, mantinha simultaneamente um cargo como adjunto do dirigente da *Auslandsorganisation* do NSDAP (Ernst Wilhelm Bohle). A sua dupla posição demonstra a crescente proximidade entre a instituição e a AO e a consequente pretensão do partido nacional-socialista de controlo e liderança sobre todos os alemães que habitam no estrangeiro.

De forma a cumprir a missão proposta para as escolas alemãs e “purificar” o seu sistema, foram criados<sup>11</sup> campos de treino para professores a exercer dentro e fora do país. Só podiam frequentar tais campos professores que fizessem parte do NSLB ou estivessem afiliados ao partido Nacional-Socialista.

O primeiro destes campos foi apresentado em 1934 na *Mainzer Zitadelle*, no *Rhein-Mainisches Bildungsstätte*, e teve a duração de 14 dias. Os professores deveriam adquirir durante estes “cursos” o espírito da nova Alemanha, sendo treinados com base na visão nacional-socialista. Durante estes “campos de treino”, eram tratados temas como história local, folclore, pré-história e ciência racial. Entre os temas, o mais importante seria o culto do corpo, essencial para os alunos, requerido como actividade diária aos professores participantes destes campos (Waibel, 2010: 112).

Os campos tinham um carácter puramente propagandista. Durante os 14 dias em que estes decorriam, os professores eram “bombardeados” com todo o tipo de material

---

<sup>11</sup> Já existiam cursos de preparação para professores durante a República de Weimar no Instituto Alemão de Estrangeiros em Stuttgart.

propagandístico, realizando uma lavagem cerebral aos mesmos que deveria ser repetida nas escolas para os milhares de crianças que as frequentam. No decorrer das actividades eram tratados apenas tópicos ideológicos, pois um bom professor não deveria mediar a quantidade de conhecimento, mas sim inspirar os alunos com o seu discurso de incentivo à liderança do povo como era vista por Hitler.

Os professores, para além do seu currículo escolar geral, tinham a obrigação de explicar às crianças as dificuldades do povo alemão, a sua luta por liberdade e por pureza sanguínea e lealdade além-fronteiras. Eles são proclamadores da atitude nazi e dos desejos culturais alemães (Waibel, 2010: 112).

Fundamentalmente, a maior função da NSLB, era “equipar” as escolas alemães com professores que abraçassem de forma plena a ideologia do partido nacional-socialista, para que este tivesse total influência e controlo sobre as escolas, desde os seus docentes até aos seus alunos, alemães ou não.

#### **4.2.2. Currículo escolar**

Os alunos das escolas no estrangeiro, tal como os alunos na Alemanha, eram considerados pelo regime nazi uma peça fundamental do futuro do *Reich* alemão e como tal a sua educação era levada a cabo como uma tarefa de extrema importância. Assim sendo, todas as disciplinas passaram por actualizações e reformulações que as tornassem nacional-socialistas e, conseqüentemente, dignas de serem lecionadas à juventude alemã.

Uma das mais importantes disciplinas, a seguir à língua alemã, era a biologia. Esta área foi utilizada como forma de introduzir a doutrina racial do partido que, como já referido acima, segundo Hitler não poderia faltar na mente de qualquer estudante que frequentasse a escola alemã. Assim, a disciplina deveria ter um bom número de horas semanais – cerca de 2 a 3 horas- e era uma área obrigatória nos exames finais.

A 13 de Setembro de 1933, um decreto sobre a ciência racial e de hereditariedade nas escolas foi emitido, com indicações sobre o modo de ensino das mesmas e com ordens expressas de não deixar qualquer aluno sair das escolas sem um conhecimento básico sobre hereditariedade, doutrina racial, higiene racial, ciência da família e política populacional (Waibel, 2010: 145).

O decreto, bem como outros trabalhos posteriores, enviam orientação para o

ensino deste tema a crianças não-alemãs. Apesar de não serem alemãs, estas deveriam usufruir de tais lições, no entanto, a informação teria de ser passada de forma a não ofender o orgulho racial e nacional dos alunos. Na opinião do regime, genética e ciência racial eram do interesse de toda a gente, seja qual for a sua nacionalidade. Era importante demonstrar aos alunos o caos racial, apresentado pela biologia, e o quanto este é prejudicial para as populações, bem como despertá-los para a preservação e avanço do seu povo (Waibel, 2010: 146).

As bases essenciais a serem transmitidas seriam elementos como a genética mendeliana, aparência e hereditariedade da mesma, divisão das células, herança genética de elementos físicos e psicológicos e miscigenação de raças e as suas características. No entanto, e apesar de ser a opinião geral do regime e dos seus seguidores, não deveria passar a ideia de que outras raças eram menos valorizadas e assim os alunos estrangeiros teriam de ser educados nestas áreas utilizando uma versão alterada das lições.

O poder do povo alemão era também explicado aos alunos estrangeiros, mesmo que isso fosse difícil de aceitar para eles. O objectivo seria manipular os alunos não-alemães de forma a que, ao absorver esta informação, os próprios chegassem à conclusão de que eram inferiores comparado com os seus colegas alemães, e que os alemães eram naturalmente superiores e bons e que a mistura de raças era errada e deveria ser evitada. Desta forma, os alunos sofriam uma lavagem cerebral e levaria a uma submissão dos mesmos aos seus colegas alemães e um afastamento dos mesmos, evitando mais tarde a miscigenação, tão temida pelos nacional-socialistas. Esta doutrinação pode abrir, igualmente, portas para uma admiração cega do povo alemão por parte das populações do país de acolhimento, iniciando-se nas camadas mais jovens, que levaria gradualmente a uma maior facilidade de penetração nestes países, que já teriam por si uma predisposição para a submissão devido ao seu passado colonial.

Não só nas aulas de biologia se tratava do tema da raça. Nas aulas de história também se encaixava este tema visto que ela representa o solo de onde todas as peculiaridades individuais emergem. Era importante referir ainda as dificuldades passadas pelos alemães durante a Primeira Guerra Mundial, ressaltar as suas proezas heroicas e a luta contra os seus inimigos. O Tratado de Versalhes e a degradação que ele trouxe ao povo alemão, bem como o colapso da visão liberalista e marxista que se seguiu têm de ser sempre referidos e tratados como um ponto de despertar e transição para a nação até à restauração da liberdade e da comunidade nacional alemã por parte

do regime nacional-socialista no *Tag von Potsdam*<sup>12</sup> (Waibel, 2010: 150).

Logo em 1933, foram criadas directrizes para o ensino de história. A partir daí a história cultural teria prioridade face à história política e o passado recente da nação teria de ser tratado com a maior importância e seriedade. O período pré-histórico deveria incluir a expansão dos povos nórdicos pelo norte e centro da Europa (dos quais descendem os alemães); as raças como índios, medos, persas e hititas seriam retratados apenas para demonstrar a sua inferioridade quando os seus impérios sucumbiram às mãos dos povos “superiores”. A civilização grega, por sua vez, deveria ser retratada como uma população vinda do centro da Europa, demonstrando uma relação próxima com o povo alemão. Os romanos, que se seguiam no programa, seriam tratados como um povo nórdico de Itália, que beneficiou bastante com a migração dos povos germânicos, que vieram abastecer o império romano com sangue nórdico fresco, visto que este teria se deteriorado com a grande mistura de raças até então (*Ibidem*: 152).

Outros momentos, como as lutas entre patrícios e plebeus (classes da Roma antiga) deveriam agora ser consideradas uma luta de raças, com a parte nórdica (patrícios) quase aniquilada durante as guerras. Ainda de acordo com as indicações enviadas do *Reich*, a idade média alemã teria de ser tratada, tendo como ponto central a recuperação dos territórios a Este do Elba. Já na era moderna, deveriam ser sublinhadas todas as transgressões contra a língua, lei e sangue alemão; os ideais alemães de estado e a sua visão geral do mundo era fundamental para desenvolver uma consciência nacional, que estaria assente nos laços de sangue entre todos os povos nórdicos e a sua comunhão (*Ibidem*: 153).

No ensino secundário, estas teorias eram desenvolvidas de forma mais profunda. Os alunos teriam que aprender que a diversidade de raças, com base na ordem natural, tem um efeito cultural; apenas a dotada raça nórdica era capaz de grandes feitos a nível cultural; sobre a liderança da mesma, durante as migrações da idade da pedra e do bronze, cuja tarefa seria criar uma unidade nacional através de uma multiplicidade de 5 a 7 raças, de forma a formar um império que ofereceria oportunidades e características especiais que perduram até ao presente; os povos indo-europeus, deveriam ser citados, pela sua capacidade de desenvolver e criar impérios, mas também referir como os seus reinos acabaram destruídos devido à falta de descendentes – dando importância mais uma vez à necessidade de manter a pureza e força da raça (*Ibidem*: 155).

---

<sup>12</sup> Foi a cerimónia de abertura do novo *Reichstag* a 21 de Março de 1933 depois da eleição de Hitler como *Reichskanzler* nesse mesmo mês.

No que diz respeito à história política, os alunos deveriam saber o quanto as forças conservadoras nacionalistas tiveram de lutar durante mais de um século contra o liberalismo não-alemão, que afectou todas as áreas da sua vida. De seguida, dever-se-ia abordar as trágicas políticas Bismarckianas. De acordo com o programa, e no ideário nazi, Bismarck e a sua política falhou a longo prazo, interna e externamente; tais políticas, juntamente com o ódio e inveja de outros estados europeus, que desejavam aniquilar a nação alemã devido à sua capacidade e poder capaz de grandes feitos e liderança, levaram à Primeira Guerra Mundial. A guerra em si, foi uma luta para o povo alemão, não só pela sua liberdade e honra, mas também pela ordem genuína da Europa e o espaço vital de cada povo (Waibel, 2010: 156).

Os estudantes deveriam experienciar os feitos heroicos dos soldados alemães e sentir-se orgulhosos de estarem a contribuir para continuar o seu trabalho na construção do império no futuro.

Algumas épocas rotuladas como “menos importantes” podiam ser eliminadas do programa. Como exemplo temos a história dos egípcios, aztecas e partes da história grega que eram vistas como sendo de pouco valor pedagógico por serem povos completamente desligados da realidade cultural alemã.

Os livros escolares deveriam dar a oportunidade aos alunos de experienciarem as proezas do povo alemão, de modo a os inspirar para os verdadeiros líderes do passado e do futuro. O foco da literatura utilizada teria de ser o homem alemão, trazendo aos estudantes um sentimento de reflexão e de *Volkheit*, como é o caso das obras de Theodor Storm e Gottfried Keller. Os planos de leitura, em especial em Buenos Aires, contavam com sagas heroicas clássicas, trabalhos de Goethe, Lessing, Schiller e Hans Grimm (*Ibidem*: 164).

Como já referido, Hitler dava grande importância ao exercício físico e ao culto do corpo, enfatizando a correlação entre corpo, alma e espírito. A educação física, de acordo com a tese de Hitler, ensinaria os estudantes a se sobreporem ao seu ego, a desenvolver o seu carácter, despertar os seus impulsos militantes, típicos da juventude, e cultivar o espírito de disciplina e camaradagem de modo a se tornarem líderes natos.

Ainda sobre a educação física e o desporto, o *Führer* diz:

Die Schule als solche muß in einem völkischen Staat unendlich mehr Zeit frei machen für die körperliche Ertüchtigung. Es geht nicht an, die jungen Gehirne mit einem Ballast zu beladen, den sie erfahrungsgemäß

nur zu einem Bruchteil behalten, wobei zudem meist anstatt des Wesentlichen die unnötigen Nebensächlichkeiten hängenbleiben, da das junge Menschenkind eine vernünftige Siebung des ihm eingetrichterten Stoffes gar nicht vorzunehmen vermag. Wenn heute, selbst im Lehrplan der Mittelschulen, Turnen in einer Woche mit knappen zwei Stunden bedacht und die Teilnahme daran sogar als nicht obligatorisch dem einzelnen freigegeben wird, so ist dies, verglichen zur rein geistigen Ausbildung, ein krasses Mißverhältnis. Es dürfte kein Tag vergehen, an dem der junge Mensch nicht mindestens vormittags und abends je eine Stunde lang körperlich geschult wird, und zwar in jeder Art von Sport und Turnen (Hitler, 1943: 254).

Seguindo o ideal do *Führer*, para além do aumento das horas diárias de educação física e desporto, as escolas alemãs frequentemente organizavam competições desportivas. Um dos maiores eventos ocorria anualmente em Buenos Aires, o chamado *Reichsjugendwettkämpfe* (nome que sugere o carácter bélico que os jovens deveriam adquirir), no qual participavam todas as escolas alemãs na Argentina. Na manhã deste evento, os alunos confrontavam-se em competições individuais e durante a tarde corriam em esquadrões e realizavam-se os exercícios em grupo. Em 1934, o evento foi concluído com uma promessa conjunta de lealdade ao povo alemão e a entrega de diplomas aos vencedores (Waibel, 2010: 169).

Os novos media foram gradualmente inseridos no sistema de ensino alemão. O regime estava ciente do impacto propagandístico da rádio e por isso muitos alunos e estudantes ouviam, nos auditórios, emissões de celebrações e outros discursos nas rádios recém-adquiridas pelas escolas. Tanto o rádio como a produção visual tinham grande importância para o processo de nazificação da educação.

A produção de filme já era utilizada durante a República de Weimar, mas só apresentou um pico nos anos de 1930, quer no *Reich* quer nas escolas estrangeiras. Em Berlim foi criado *die Reichsstelle* para filmes educacionais em 1934, para a produção e distribuição de filmes educativos. Aí eram produzidos pequenos filmes para disciplinas como biologia, história, história da arte, física, hereditariedade, história natural, ciência da raça, música e geografia. Estes filmes eram particularmente importantes nas escolas estrangeiras, por mostrarem o povo alemão e a beleza da *Vaterland*.

No Brasil, o serviço de filme cultural germano-brasileiro ganhava muito dinheiro

para produção e distribuição de filmes educativos. Esta empresa era, na época, o mais bem-sucedido serviço regional de filmes em língua alemã fora da Europa. Os seus filmes mostravam a vida dos alemães no Brasil e a natureza brasileira (Waibel, 2010: 182).

As escolas no estrangeiro foram adaptadas para que todos os alunos, independentemente da nacionalidade, entendessem o ideal nazi, e aceitassem-no e viverem-no nas suas vidas quotidianas. Os alunos estrangeiros deviam aceitar a sua inferioridade racial e cognitiva, e ajudar os seus colegas alemães a manterem o seu destino enquanto raça superior, enquanto líderes do novo império. Este currículo, detalhadamente preparado, deveria não só ensinar os modos nacionais-socialistas como também fazê-lo entender que não existe outra maneira senão a alemã. Segundo Hitler: “Planmäßig ist der Lehrstoff nach diesen Gesichtspunkten aufzubauen, planmäßig die Erziehung so zu gestalten, daß der junge Mensch beim Verlassen seiner Schule nicht ein halber Pazifist, Demokrat oder sonst was ist, sondern ein ganzer Deutscher” (Hitler, 1943: 474).

#### **4.2.3. Símbolos e festividades**

O hastear da bandeira – imperial e nazi com a suástica – era uma parte importante dos rituais do regime. O NSLB pediu que fosse realizado no início e fim de cada trimestre, em dias significativos para os nacionais-socialistas (como o aniversário de Hitler e o dia 30 de Janeiro) e ocasiões especiais. O objectivo da bandeira era o juramento solene ao ideal nacional-socialista do *Reich* alemão e o seu símbolo. Esta cerimónia estava dividida nas seguintes partes: a mensagem; a canção da bandeira; o *slogan* do líder; o comando da bandeira; a bandeira; a canção confessional; a chamada do líder; o hino nacional. Alguns alunos deviam estar vestidos a rigor com uniformes da juventude hitleriana e, se possível, marchar sob a liderança de algum líder da juventude hitleriana ou de um professor (Waibel, 2010: 184).

O facto de se hastear ambas as bandeiras alemãs, causou alguns problemas no Uruguai, visto que a população não aceitava muito bem a bandeira com a suástica. Em novembro de 1933, chegou a causar um escândalo num bazar escolar. Havia sido concordado com o embaixador alemão que as salas da escola estariam decoradas com as cores nacionais de ambos os países, no entanto, o conselho escolar decidiu, após

imensas reclamações por parte dos pais, ter o bazar sem quaisquer bandeiras. Tal atitude levou a que o embaixador e a sua esposa, que retinham a presidência honorária, não comparecessem à ocasião (Waibel, 2010: 187).

O “cumprimento alemão” ou “saudação de Hitler” começou a ser utilizado nas escolas estrangeiras muito cedo. Apesar de ter sido aprovado um decreto que pretendia o uso do cumprimento entre *Reichdeutschen* fora das escolas e outras instituições, era necessário evitar qualquer incidente com autoridades locais. Se algum país tivesse ordens policiais que proibissem a sua utilização, estas deveriam ser acatadas. Noutros países, o cumprimento era utilizado pelas missões diplomáticas quase como um sinal de obediência. A delegação em La Paz, por exemplo, aplicou a saudação para qualquer membro das missões estrangeiras lá e clubes locais. As escolas na Bolívia observavam que o cumprimento era utilizado entre professores alemães e outros alemães e até mesmo com alunos não-alemães (*Ibidem*: 188).

Festividades, por sua vez, eram utilizadas para fins de propaganda. A convicção e ideologia nazi eram o foco das comemorações. Este tipo de festa nas escolas era visto como uma ótima forma de fortalecer o espírito comunitário entre os alunos. Os festivais escolares contavam com jogos, música, dança e exercícios físicos com elementos culturais alemães e do país de acolhimento. O objectivo era recolher fundos e incentivar o espírito colectivo entre os estudantes. Era importante a participação dos alunos e pais do país anfitrião, para que estes desenvolvessem uma compreensão da natureza alemã e servindo, de forma geral, como um meio de mútuo entendimento e despertar de uma consciência nacional própria.

Um feriado central nas celebrações anuais era o aniversário de Hitler no dia 20 de Abril. Esta era uma celebração simplista que contava com a reprodução do discurso de Hitler aquando da anexação da Áustria ao *Reich*. Em algumas escolas o discurso era acompanhado de declarações de lealdade ao *Führer* por parte de alunos e professores.

O dia do solstício, dia de importância religiosa para os circuitos pagãos, era utilizado pelo regime nazi como um festival pseudo-religioso de celebração à juventude alemã. Foi publicado um artigo na revista *Die deutsche Schule im Ausland* de Herbert Koch, intitulado “Sonnwend-Feuerrede an eine auslanddeutsche Kolonie” – termo colónia utilizado para referir as comunidades germanófonas – com o objectivo de explicar toda a simbologia por detrás da data. Este simbolizaria a vida e a morte, através da roda do sol, símbolo do movimento nacional-socialista (Waibel, 2010: 210).

Outras datas celebradas nas escolas estrangeiras eram: *der Reichgründungstag*



(18 de Janeiro de 1871); o dia de tomada de posse do partido nazi (30 de Janeiro); o dia da mãe (11 de Maio); memorial de Leo Schlageter, reconhecido como o primeiro soldado do Terceiro *Reich* (26 de Maio); “retorno” do território de *Saarland* ao *Reich* alemão; nascimento de Schiller (10 de Novembro).

As escolas alemãs, que se encontravam no mesmo país, celebravam festivais escolares conjuntos. A associação escolar de Buenos Aires, à qual pertenciam 17 escolas alemãs, organizou um festival escolar colectivo em 4 de Abril de 1936. As Escolas do distrito de *Los Lagos* no Sul do Chile celebraram a 7 de 8 de novembro de 1936, um festival da escola além que foi um sucesso enquanto evento de propaganda, por combinar em si todos os elementos dos governantes alemães (Waibel, 2010: 213).

#### **4.2.4. Grupos estudantis**

Organizações como a juventude hitleriana, eram os espaços de socialização mais importantes na vida das crianças nacional-socialistas. Quando o NSDAP subiu ao poder, a participação nestas organizações era voluntária, mas na prática os jovens eram obrigados a tornar-se membros. Se estes não se juntassem poderiam, em alguns casos, ser expulsos da escola. E com a expansão do grupo em várias actividades juvenis, o partido decidiu que qualquer jovem que pretendesse juntar-se a um clube desportivo teria de ser mesmo da juventude hitleriana.

Todas as organizações juvenis têm como objectivo treinar os seus membros a nível físico, mental e moral dentro do espírito nacional-socialista, para o serviço da comunidade nacional.

A educação extracurricular era um elemento extremamente importante para os jovens no estrangeiro, e por isso inúmeras células locais e subdivisões da juventude hitleriana e outras instituições foram fundadas. Estas passaram a ser fundamentais na transmissão dos conceitos nazis, fora do horário escolar. Existiam, no entanto, outros grupos estudantis, de expressão muito semelhante à juventude hitleriana, muitos considerados, com base na ideologia nazi, inferiores. Para além de jogos, desporto e viagens, a partir de 1934 muitas crianças estrangeiras eram levadas ao *Reich* para experienciar a *Vaterland* e as conquistas da nova Alemanha. De forma geral, os grupos juvenis deveriam ser o berço de germinação do movimento nazi no exterior (Waibel, 2010: 197).

Apesar da pressão para aderir a estes grupos, os alunos no estrangeiro nem sempre se juntavam à juventude hitleriana. O motivo passava pela visão negativa de alguns pais face a organizações associadas ao partido nazi e o efeito externo que poderia ter. Os alunos da escola de Porto Alegre no Brasil, juntaram-se num grupo chamado *die Deutschen Jungenschaft*, que era ideologicamente muito próxima à juventude hitleriana, tendo a figura de Hitler como líder “espiritual”. No entanto, este incluía não só soldados alemães, como também heróis nacionais brasileiros como exemplos a seguir (Waibel, 2010: 202).

No outono de 1933, o Grupo Nacional do NSDAP na Guatemala iniciou a fundação de um grupo de jovens alemães liderado por um professor. Neste grupo só eram aceites crianças puramente alemãs. Esta regra levou a um grande descontentamento dentro do grupo de pais dos alunos estrangeiros. O ministro alemão na Guatemala (Kuhlmann), sugeriu ao representante de Estado, que o líder do grupo fosse substituído, proibindo a participação de professores das escolas alemãs, mas, apesar dos seus esforços, a resistência contra o grupo só se veio a intensificar mais. Os pais dos alunos não-alemães consideraram até retirar os seus filhos da escola. Foi decidido, como forma de apaziguar a situação, que este grupo fosse convertido num outro grupo, desta vez de escuteiros alemães, cuja entrada seria aberta para todas as crianças da escola (*Ibidem*: 204-6).

Os grupos do Chile, Paraguai e Uruguai e integrantes da Juventude hitleriana no Brasil fizeram uma viagem, em 1935, para a Alemanha, que foi alvo de grande divulgação da imprensa pró-nazi. No total foram enviados 150 meninos e 20 meninas. Em Julho de 1935, eles chegaram a Hamburgo e foram recebidos enquanto convidados da Juventude Hitleriana do *Reich*. Os jovens voltaram ao Brasil apenas três meses depois. O jornal *Deutscher Morgen* acompanhou com entusiasmo a excursão, publicando relatos apaixonados dos meninos. Muitos dos seus relatos demonstram o fascínio que o nacional-socialismo tentava exercer sobre as massas e a intensa divulgação desta viagem foi utilizada como propaganda do partido (Dietrich, 2007: 302).

#### **4.3. Encerramento de instituições**

No final dos anos trinta, as escolas alemãs pareciam ir de vento em poupa com a

construção de novos edifícios e inauguração de novas escolas. Em 1937 a escola Fridericus em Buenos Aires recebeu um novo edifício, bem como a escola de Santa Anna no Brasil, e a escola de Valparaíso, Chile, inaugurou uma nova escola. Até 1940 mais escolas foram fundadas no Uruguai, Chile, México e Venezuela. *Das Auswärtige Amt* continuava a apoiar a construção destes edifícios apenas para mostrar o prestígio do Terceiro *Reich* aos estados em questão, apesar do clima de guerra, e expressar a imagem da nova Alemanha.

No entanto, estas demonstrações de poder não durariam muito mais após o início da guerra em 1939. No Brasil, os decretos-lei de Getúlio Vargas de 1938 que promoviam a nacionalização de empresas e escolas estrangeiras atingiram as escolas alemãs. Em Santa Catarina, 79 escolas alemãs foram transformadas em escolas municipais, passando a lecionar em português. Em 1942, quando acontece o corte de relações diplomáticas entre os dois países, todos os professores alemães tiveram de abandonar as escolas, dando um fim às escolas alemãs no Brasil (Dietrich: 2007: 297).

Na maioria dos casos, os encerramentos coincidiram com a declaração de guerra do Terceiro *Reich* com o país em questão – no caso da América Latina, quase todos aconteceram em 1942 – ou vice-versa. As escolas eram confiscadas pelo país de acolhimento ou administradas por agências de protecção diplomática do Terceiro *Reich*. Em alguns casos como em Buenos Aires (1941), quando o *Reich* temia uma declaração de guerra do país, enviava uma ajuda financeira para as escolas, de modo a que esta fosse capaz de sobreviver durante mais algum tempo. Na Argentina estas só encerraram realmente no início de 1945 com a apropriação de edifícios e bens das escolas e associações por parte do governo nacional (Waibel, 2010: 335).

Em 1941, a Colômbia corta relações com a Alemanha e emite ordens para o encerramento de todas as escolas até ao final de Janeiro. Apesar de edifícios e materiais estarem confiscados pelo estado, este juntamente com o sistema policial, autorizaram que estas lecionassem os seus alunos até ao final de 1946. Os estados do Centro e Sul da América, por sua vez, tomam medidas mais extremas ao criar listas negras (devido à pressão exercida pelos EUA e o Reino Unido), com nomes de indivíduos e empresas alemãs, que obrigavam à remoção dos mesmos do círculo social do país. Muitos professores foram exilados para os EUA e o Reino Unido.

Noutros casos, como o Chile, as escolas não encerraram, mas sofreram alterações no seu currículo. O Ministério da Educação chileno exigiu que a língua nacional passasse a ser a língua de instrução, passando o alemão a ser a primeira língua

estrangeira e o francês a segunda. Em 1943, o estado chileno ainda considerava as escolas alemãs como cooperadoras na função educacional do estado, adaptando o seu currículo na totalidade ao currículo estatal (Waibel, 2010: 367).

Algumas escolas continuaram a funcionar após o fim da Segunda Guerra Mundial; quatro dessas escolas estavam localizadas na Argentina e no Chile, quase todas as escolas continuaram as suas funções normais após o fim do conflito. No Uruguai, estas foram também capazes de sobreviver mais alguns meses após a guerra.

As escolas alemãs foram criadas com um propósito nobre de assistir na educação das crianças germânicas noutras partes do mundo, ajudando a manter as suas raízes culturais. Este circuito, apoiado maioritariamente por instituições privadas, revelou-se de uma força e sucesso imenso, o que levou, mais tarde, o governo de Hitler a aproveitá-lo como uma infra-estrutura de propaganda e controlo sobre a camada mais jovem e, conseqüentemente, os seus pais.

Apesar de alguns países contarem com números reduzidos de alunos, é impossível calcular (devido à falta de mais documentação) o verdadeiro impacto que estas escolas exerceram nas comunidades alemãs nestes países, como também nos seus vizinhos não-alemães.

O seu carácter desafiador, quanto a algumas regras e à exposição excessiva da sua afiliação nacional-socialista, foi causa para inúmeros problemas para as crianças que frequentavam estas escolas e as suas famílias, que se viram perseguidas e, em muitos casos, acabaram por renegar a sua língua e cultura pela sua segurança – tendo assim o efeito oposto.

O tema tem uma grande importância para a investigação devido ao teor propagandístico das escolas, que abrangia não só alunos alemães, como também latino-americanos. Este sistema pode ser considerado como uma base inicial de penetração cultural e ideológica nestes países, que tendo sido explorada de forma diferente, de modo a garantir uma expansão e exposição mais prolongada sob uma camada tão jovem e influenciável, poderia trazer, a longo prazo, conseqüências possivelmente perigosas para os estados em questão.

## Conclusões

O presente trabalho analisou o caminho percorrido pelo colonialismo de forma a avaliar a influência da Alemanha nacional-socialista na América Latina. Deste modo, os argumentos que foram brevemente explorados sobre o termo colonialismo e sobre a forma como este se desenvolveu ao longo do tempo, guiaram a investigação realizada. Com base na seguinte pergunta de partida: de que modo os esforços de expansão cultural e científica do governo nacional-socialista nos países latino-americanos podem ser considerados como fazendo parte de um projecto colonial? A investigação procurou averiguar as seguintes hipóteses:

- *Hipótese 1: O fenómeno observado através da expansão cultural e científica do governo nacional-socialista na América Latina tenta emular o movimento de expansão e colonização recorrente durante o período de guerra nos países da Europa de Leste.*
- *Hipótese 2: Esta expansão seria uma tentativa de angariação de aliados extrarregionais.*

Partindo das hipóteses apresentadas, a pesquisa foi dividida em quatro capítulos explorando duas áreas distintas: O colonialismo e a visão alemã do mesmo e as relações Alemanha-América Latina com foco principal nas instituições escolares alemãs nos países latino-americanos. No capítulo 1 observaram-se as teorias associadas ao colonialismo, abordando temas como o colonialismo, imperialismo e neo-colonialismo, de forma a atender se os comportamentos e modos de relacionamento entre a Alemanha e os países da América Latina se podem enquadrar em qualquer um dos conceitos tratados. No capítulo 2, foram tratadas as fantasias alemãs face aos impérios coloniais europeus, a opinião sobre o novo mundo e os seus habitantes, as suas pesquisas e ambições por império próprio, bem como as suas críticas à forma de colonização dos seus vizinhos europeus. No capítulo 3, analisaram-se as relações entre Alemanha e América latina, desde os seus primeiros contactos durante o período de exploração dos novos continentes, passando pelas vagas migratórias no século XIX onde milhares de alemães decidiram fixar-se nos países latino-americanos, até à evolução das comunidades criadas durante estas migrações quer no período da República de Weimar quer durante o regime Nacional-Socialista. No capítulo 4, trataram-se as escolas alemãs como parte integrante das relações entre nações, tendo em consideração todas as mudanças desde o seu começo no século XIX, até ao fim do regime nazi em 1945. Foram analisadas todas as formas como estas foram utilizadas em

benefício do governo alemão, especialmente no final da República de Weimar e durante o governo de Hitler, e o impacto que estas tiveram nos países onde se localizavam, bem como na sua população.

Durante o período de descoberta, os estados alemães viram-se de parte, não sendo capazes de investir em expedições estatais para as novas terras. Apenas se realizou uma tentativa, de foro privado, por parte da companhia mercantil Welser, tendo um fim bastante traumático para os alemães e o seu orgulho nacional. No entanto, estes nunca deixaram de ter todo um imaginário focado no seu desejo colonial que se manteve sempre vivo de todo o tipo de literatura. A América Latina parecia trazer um interesse especial devido aos rumores de grandes riquezas, bom clima, solo fértil e descrições maravilhosas dos seus nativos. O sub-continente manteve-se sempre no imaginário colonial dos alemães, mas nunca lhes foi possível alcançá-lo.

Nos finais do século XIX, devido à grande crise económica, milhares de alemães decidiram emigrar para a América Latina, pois devido aos inúmeros relatos sobre as suas terras e gente, este parecia ser o local mais apropriado para si. Rapidamente se criaram centenas de comunidades germanófonas e todo o tipo de organizações e infraestruturas. Uma das mais importantes infraestruturas eram as escolas de língua alemã, pois os alemães não pretendiam assimilar-se totalmente à cultura do seu país de acolhimento, e pretendiam ensinar às gerações mais jovens a sua língua e cultura de origem. Estas comunidades sofreram grandes desenvolvimentos devido às classes mercantis que faziam parte das mesmas, trazendo grandes oportunidades de negócio entre a pátria mãe e o seu país de acolhimento. Foram também estas classes que ajudaram a criar e manter as escolas e todas as restantes associações dentro das comunidades, visto que o estado alemão olhava para estes emigrantes como traidores da pátria, que não mereciam ser apoiados. Este posicionamento do governo alemão manteve-se até aos primeiros anos da República de Weimar. Bismarck, alguns anos após tomar posse, reconhece as vantagens económicas e diplomáticas que estes emigrantes poderiam trazer para a pátria, decidindo iniciar apoios para proteger os *Auslanddeutsche* e os ajudar a manter o seu *Deutschtum* (coisa que estes já faziam por si mesmos há muitos anos). Esta ajuda concentrou-se também nas escolas, mas visto não ser o suficiente para sobreviverem, estas abrem as suas portas a alunos não-alemães iniciando, assim, uma troca cultural com as populações dos seus países anfitriões.

Durante o regime nazi, Hitler deu enorme importância a estes emigrantes e às

suas infra-estruturas. Este aproveitou os lucros económicos provenientes da relação forte com os países da América Latina, utilizando, ainda, as escolas para doutrinar as comunidades e tentar chegar às suas áreas envolventes, e aumentar as relações diplomáticas com estes países. Por outras palavras, os *Auslanddeutsche* e as escolas alemãs nestes países, eram uma “arma” de extrema importância na política externa alemã com a América Latina (tendo em consideração que a grande maioria das escolas alemãs no estrangeiro se localizavam na América Latina, e que as escolas no Leste da Europa não eram conotadas como escolas estrangeiras). Apesar da grande ajuda do estado para as escolas, e o afastamento das mesmas e de qualquer outra organização estatal de assuntos políticos dos países de acolhimento, as reformas preformadas nas escolas levaram a algumas comoções, impossibilitando algumas acções do regime. No fim, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e o crescimento dos movimentos nacionalistas na América Latina, levaram a uma grande desconfiança face aos alemães. Entre 1941-1942, com declarações de guerra de ambas as partes, maioria das escolas alemãs encerraram, e as comunidades alemãs viram-se privadas de utilizar a sua língua e cultura por receio de represálias.

Neste sentido, tanto a primeira hipótese que afirmava que “o fenómeno observado através da expansão cultural e científica do governo nacional-socialista na América Latina tenta emular o movimento de expansão e colonização recorrente durante o período de guerra nos países da Europa de Leste” como a segunda hipótese que refere: “esta expansão seria uma tentativa de angariação de aliados extrarregionais” puderam ser, parcialmente, validadas através dos três capítulos que foram aqui apresentados. Apesar de haver várias suspeitas em alguns relatos, discursos e literatura explorados, nomeadamente, nos Capítulos 3 e 4, o que se verificou é que existem poucos indícios que permitam corroborar, inteiramente, qualquer uma das hipóteses. O que se verificou é que a relação entre a Alemanha e a América Latina tinha contornos coloniais, mas devido à falta de documentação e resultados neste sentido, não é possível confirmá-lo de forma absoluta.

Através da informação trabalhada, podemos perceber que as relações entre a Alemanha e a América Latina, não se enquadram num quadro clássico de colonialismo. O mesmo é válido no que diz respeito à Europa de Leste, apesar de as suas relações demonstrarem um carácter agressivo e autoritário. Enquanto que na Europa de Leste, a ocupação deu-se através da força militar, na América Latina não se regista ocupação à força, no entanto, é notória uma tentativa de construção de um império informal. Em

termos teóricos os comportamentos das comunidades alemãs na América Latina, bem como do governo alemão, mostram elementos que se enquadram em vários conceitos, mas nunca na totalidade. Segundo Young (2011), a colonização, ao contrário do que se pensa, não envolve exploração de terras, riquezas e nativos, mas sim uma transferência de comunidades, para uma melhoria do seu nível de vida, que mantém a sua cultura original, como é o caso dos alemães. No entanto, esta transferência não se dá a uma escala que a população nativa esteja em desvantagem face aos recém-chegados alemães, ou vejam a sua cultura ser exacerbada pela cultura do outro.

Imperialismo por sua vez é um conceito que tem como base a diferença entre “nós” e o “outro”, tendo grande incidência no domínio de uma raça superior para com uma raça inferior, exercendo poder estatal nas áreas conquistadas e criando um centro metropolitano. O regime nacional-socialista tinha como base a doutrina racial, e transportava-a, bem como ao seu poder estatal, para os países sul-americanos de uma forma informal, através de organizações e escolas, ligadas ao partido, dentro das comunidades.

As relações económicas existentes entre os dois continentes, apesar de muito fortes, não levam a uma dependência económica total de nenhuma das partes, não se tratando, portanto, de um caso de neo-colonialismo.

É certo de que a Alemanha considerava a América Latina um paraíso e o local perfeito para a vivência da população alemã, mantendo o sub-continente no seu imaginário colonial por séculos. Contudo, Hitler nunca foi publicamente vocal sobre qualquer vontade de colonizar a América Latina, ainda que existam relatos de conversações privadas, as quais não se reconhece até hoje a sua verosimilhança, sendo difícil saber as reais intenções do ditador para com estes países.

No que diz respeito à sua vontade de manter a América Latina como aliada em caso de guerra, esta teoria poderia ser possível durante a época entre o pós primeira guerra e a tomada de posse do partido Nacional-Socialista. Mas, após as alterações aplicadas pelo partido nacional-socialista em instituições e organizações nas comunidades, e principalmente nas escolas, onde existia um grande número de crianças não-alemães (algumas delas ultrapassavam o número de estudantes alemães), levou a diversas comoções, que consequentemente deixaram as populações e os governos nacionais desconfiados do regime, desconfiança essa que só piorou com as pressões vindas dos EUA e do Reino Unido. Sendo as suas intenções, impossíveis de confirmar, as suas atitudes apontam para um descuido para que tal cenário de aliança fosse



possível.

Em suma, a América Latina, constituiu ao longo do tempo, um “império informal” da Alemanha, que veio a sofrer metamorfoses ao longo dos séculos, especialmente entre os séculos XVII e XX, tendo um carácter ora económico, ora cultural, ora militar; nunca se moldando a um padrão colonial clássico, ao contrário de outras potências coloniais, trazendo aos alemães a distinção que sempre procuraram face ao estilo colonial, muito criticado, dos seus “rivais”.

O presente trabalho de investigação procura contribuir para uma exploração mais detalhada e completa de um debate que precisa de ser enriquecido sobre o colonialismo alemão e a sua actuação na América Latina. Visto que o tema não se esgota nesta investigação e apresenta ainda várias áreas por explorar, este pode e deve ser considerado como amostra para investigações futuras.

## BIBLIOGRAFIA

- Ashcroft, B., Griffiths, G. and Tiffin, H. (2004) *The empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. Brantford: W. Ross MacDonald School Resource Services.
- Assis, W.F.T. (2014) Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH* 27(72): 613–627.
- Balibar, É. and Wallerstein, I.M. (1991) *Race, nation, class: ambiguous identities*. London: Verso.
- Baranowski, S. (2015) War, Defeat, and the Urgency of Lebensraum: German Imperialism from the Second Empire to the Third Reich. In: *Cataclysm 1914: The First World War and the making of modern world politics*. Leiden; Boston: Brill, pp. 47–65.
- Barbian, N. (2014) „Auslandsdeutschum“ und Außenkulturpolitik bis 1945. In: *Auswärtige Kulturpolitik und „Auslandsdeutsche“ in Lateinamerika 1949-1973*. Wiesbaden: Springer VS, pp. 43–105.
- Barbosa, W.D.N. (2011) Neocolonialismo: Um Conceito Atual? *Sankofa* 4(8): 7.
- Bartelt, D. (1993) ‘Fünfte Kolonne’ ohne Plan. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien 1931 - 1939. *Ibero-amerikanisches Archiv* 19(1/2): 3–35.
- Barton, G.A. (2014) The idea of informal empire. In: *Informal Empire and the Rise of One World Culture*. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, pp. 30–47.
- Bernhard, P. (2017) Colonial crossovers: Nazi Germany and its entanglements with other empires. *Jornal of Global History* 12(2): 206–227.
- Birle, P. (2010) *Die Beziehungen zwischen Deutschland und Argentinien*. Frankfurt am Main: Vervuert.
- Blackbourn, D. (2015) Germans Abroad and Auslandsdeutsche: Places, Networks and Experiences from the Sixteenth to the Twentieth Century. *Geschichte und Gesellschaft* 41(2): 321–346.
- Bokeloh, T. (2014) *Kolonialrevisionistische Phantasien Eine Untersuchung der Kinder- und Jugendzeitschrift „Jambo“, 1924-1933*. Mestrado. Universidade de Viena, Viena.
- Bonsal, S. (1903) Greater Germany in South America. *The North American Review* 176(554): 58–67.
- Buchrucker, C. (1997) Latin America in the time of the Nazis. *Patterns of Prejudice* 31(3): 79–88.

- Budde, G-F., Conrad, S, and Janz, O. (eds.) (2010) *Transnationale Geschichte: Themen, Tendenzen und Theorien*. Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- Bülow, B. (1909) *Fürst Bülows Reden, nebst urkundlichen Beiträgen zu seiner Politik*. Berlin: Reimer.
- Carreras, S. (2005) *Der Nationalsozialismus und Lateinamerika*. Berlin Ibero-Amerikanisches Institut.
- Césaire, A. (1972) *Discourse on Colonialism*. Translated by Joan Pinkham. New York and London: Monthly Review Press.
- Ciarlo, D. (2011) *Advertising Empire: Race and Visual Culture in Imperial Germany*. London: Harvard University Press.
- Clara, F. (2014) A «questão da raça», as redes internacionais do Instituto Ibero-Americano de Berlim e as suas relações com Portugal (1933–1945). In: *A Angústia da Influência Política, Cultura e Ciência nas relações da Alemanha com a Europa do Sul, 1933–1945*. Frankfurt am Main: Peter Lang, pp. 119–155.
- Clara, F. (2015) ‘Paradise with Black Angels’. Brazil in Eighteenth-Century Germany. In: *Kulturconfusão: On German-Brazilian Interculturalities*. Berlin/Boston: De Gruyter, pp. 43–69.
- Conrad, S. (2012) Kolonialismus und Postkolonialismus. *Aus Politik und Zeitgeschichte* 62(44–45): 3–9.
- Conrad, S. (2013) Rethinking German Colonialism in a Global Age. *The Journal of Imperial and Commonwealth History* 41(4): 543–566.
- Cooper, F. (2009) *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. California: Univ. of Calif. Press.
- Coppius, Adolf. (1905) *Hamburgs Bedeutung auf dem Gebiete der deutschen Kolonialpolitik*. Berlin: C. Heymann.
- Dietrich, A.M. (2007) *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- D’Eça, R. (1936) The German Colonial Revindication. *World Affairs* 99(4): 211–214.
- Eagleton, T., Jameson, F., and Said, E.W. (2001) *Nationalism, colonialism, and literature*. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press.

- Eckert, A. (2012) Rechtfertigung und Legitimation von Kolonialismus. *Aus Politik und Zeitgeschichte* 62(44–45): 17–22.
- Emerson, R. (1969) Colonialism. *Journal of Contemporary History* 4(1): 3–16.
- Flessau, Kurt-Ingo. (1977) *Schule der Diktatur – Lehrpläne und Schulbücher des Nationalsozialismus*. München: Franz Ehrenwirth Verlag GmbH & Co.
- Forbes, I.L.D. (1978) German Informal Imperialism in South America before 1914. *Economic History Review* 31(3): 384–398.
- Francisca, G. (2017) Exploração, colonialismo e democracia na América Latina na visão de Pablo González Casanova. *Revista Latino-Americana de História- UNISINOS* 6(17): 43–59.
- Franzbach, M. (1990) Deutsche Feindpropaganda nach Spanien und Lateinamerika im I. und II. Weltkrieg. *Iberoamericana* 14(1): 26–32.
- Ames, E., Klotz, M., and Wildenthal, L. (eds) (2009) *Germany's Colonial Pasts*. Nebraska: University of Nebraska Press.
- Gleich, von A. (1968) *Germany and Latin America*. California: Rand Corporation.
- Gleizer, D. (2016) Las Relaciones entre México y el Tercer Reich, 1933-1941. *Tzintzun. Revista de estudios históricos* (64): 223–258.
- Goebel, Michael. (2009) Decentring the German Spirit: The Weimar Republic's Cultural Relations with Latin America. *Journal of Contemporary History* 44(2): 221.
- Grabendorff, W. (1993) Germany and Latin America: A Complex Relationship. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 35(4): 43–100.
- Greer M, Mignolo, W. and Quilligan, M. (eds) (2007) *Rereading the Black Legend: the discourses of religious and racial difference in the Renaissance empires*. Chicago: University of Chicago Press.
- Grimm, H. (1926) *Volk ohne Raum*. München: Albert Langen.
- Haag, D. (2011) *Mechanisms of Neo-Colonialism: Current French and British Influence in Cameroon and Ghana*. Barcelona: Ātona, S.L.
- Henderson, W.O. (1935) Historical Revision LXXIX. *The German Colonial Empire, 1884-1918*. *History*, 20 (78), 151–158.

- Herring, H.C. and Herring, H.B. (1889) *A History of Latin America: From the Beginnings to the Present*. New York: Knopf.
- Hinrichs, B. (1997) Zur Problematik des DaF-Unterrichts an Deutschen Schulen im Ausland. *Informationen Deutsch als Fremdsprache* 24(6): 808–818.
- Hitler, A. (1943) *Mein Kampf*. München: Eher Verlag.
- Hitler A, Picker, H. and Hillgruber, A. (1968) *Hitlers Tischgespräche im Führerhauptquartier, 1941-1942*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag.
- Horvath, R.J. (1972) A Definition of Colonialism. *Current Anthropology* 13(1): 45–57.
- Jäger, T, Höse, A. and Oppermann, K. (eds.) (2011) *Deutsche Außenpolitik*. Heidelberg: VS Verlag.
- Jefferies, M. (ed.) (2016) *The Ashgate Research Companion to Imperial Germany*. London: Taylor and Francis.
- Jones, J.P. (2014) *The Spectacle Haunting Europe: Colonialism, Commercialism, and Everyday Images of Africa in Imperial Germany*. Mestrado. Truman State University, Kansas City, Missouri.
- Kelly, G.P. and Altbach, P.G. (eds.) (1978) *Education and colonialism*. New York: Longman.
- Kohen, R.D. (2014) *Dreaming Empire: European Writers in the Fascist Era*. Doutoramento. Harvard University, Cambridge.
- Kovacs, K. (2009) „*Deutsch in Argentinien und in Chile: Eine aktuelle Bestandsaufnahme der Verwendung der deutschen Sprache in Chile und in Argentinien*“. Mestrado. Viena, Viena.
- Krauß, J. (2006) *Deutsche Hochschulen im Ausland: organisatorische Gestaltung transnationaler Bildungsangebote*. Wiesbaden: Deutscher Universitäts-Verlag.
- Kumar, K. (2010) Nation-states as empires, empires as nation-states: two principles, one practice? *Theory and Society* 39(2): 119–143.
- Tiffin, C., and Lawson, A. (eds.) (2002) *De-Scribing Empire: Post-Colonialism and Textuality*. London: Routledge.
- Leitz, C. (2003) Nazi Germany and the Luso-Hispanic World. *Contemporary European History* 12(2): 183–196.
- Leitz, C. (2004) *Nazi Foreign Policy, 1933-1941: The Road to Global War*. London: Routledge.

- Lennox, S. (2005) Beyond Eurocentrism. *The German Quarterly* 78(4): 517–520.
- Linne, K. (2003) Aufstieg und Fall der Kolonialwissenschaften im Nationalsozialismus. *Berichte zur Wissenschaftsgeschichte* 26(4): 275–284.
- Linne, K. (2008) *Deutschland jenseits des Äquators?: Die NS-Kolonialplanungen für Afrika*. Berlin: Ch. Links.
- Liulevicius, V.G. (2009) *The German myth of the East: 1800 to the present*. Oxford: Oxford University Press.
- Loguercio, E.A. (2007) *Pan-americanismo versus Latino-americanismo origens de um debate na virada dos séculos XIX - XX*. mestrado. São Paulo, São Paulo. Available at: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-11102012-100307/pt-br.php> (accessed 25 November 2017).
- Loomba, A. (2015) *Colonialism/Postcolonialism*. London: Routledge.
- Losano, M.G. (2006) A geopolítica, da Alemanha nacional-socialista à América Latina. *Culture* 22: 371–386.
- Lubrich, O. (2002) German Studies Go Postcolonial. *Eighteenth-Century Studies* 35(4): 625–634.
- Martin, G. (1985) The historical, economic, and political bases of France's African policy. *Journal of modern African studies*. - 23(2): 189–208.
- McMurry, R.E. (1944) Foreign Government Programs of Cultural Relations. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 235(1): 54–61.
- Mersch, S. and Kühn, S.M. (2014) Deutsche Schulen im Ausland - Analysen und Perspektiven aus Sicht der empirischen Bildungsforschung. *Journal für International und Interkulturell Vergleichende Erziehungswissenschaft* 20(2): 125–151.
- Minella, J.L.S (2013) O Conceito de Pan-Americanismo e a Velha República: considerações a partir de boletins mensais da União Pan-Americana. In: *XXVII Simpósio Nacional De História*, Rio de Janeiro, 2013.
- Mosk, S.A. (1951) Latin America Versus the United States. *The American Economic Review* 41(2): 367–383.
- Müller, J. (1992) Hitler, Lateinamerika und die Weltherrschaft. *Ibero-amerikanisches Archiv* 18(1/2): 67–101.

- Naranch, B., and Eley, G. (eds.) (2014) *German colonialism in a global age*. Durham: Duke University Press.
- Nkrumah, K. (1966) *Neo-colonialism: the last stage of imperialism*. New York: International Publisher.
- Noyes, J.K. (2006) Goethe on Cosmopolitanism and Colonialism: Bildung and the Dialectic of Critical Mobility. *Eighteenth-Century Studies* 39(4): 443–462.
- Osterhammel, J. (2002) *Kolonialismus: Geschichte, Formen, Folgen*. München: C.H. Beck.
- Osterhammel, J. (2015) *The transformation of the world: a global history of the nineteenth century*. Princeton: Princeton University Press.
- Penny, H.G. (2013) Latin American Connections: Recent Work on German Interactions with Latin America. *Central European History* 46(2): 362–394.
- Penny, H.G. and Bunzl, M. (2003) *Worldly Provincialism: German Anthropology in the Age of Empire*. Michigan: University of Michigan Press.
- Perraudin, M. and Zimmerer, J. (eds.) (2011) *German colonialism and national identity*. London: Taylor et Francis.
- Pesek, M. (2011) Colonial Heroes: German Colonial Identities in Wartime, 1914–18. In: *German colonialism and national identity*. London: Taylor and Francis, pp. 126–139.
- Rauschning, H. (1940) *The voice of destruction*. New York: Putnam.
- Reinhard, W. (2008) *Kleine Geschichte des Kolonialismus*. Stuttgart: Kröner.
- Rinke, S. (2014a) Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. *História, ciências, saúde -Manguinhos* 21(1): 299–315.
- Rinke, S. (2014b) Intellectual exchange between Germany and Latin America: an interview with Stefan Rinke. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 21(1): 333–348.
- Rippy, J.F. (1948) German Investments in Latin America. *The Journal of Business of the University of Chicago* 21(2): 63–73.
- Said, E.W. (1994) *Culture and imperialism*. New York: First Vintage Books Edition.
- Sandler, W. (2016) Colonial Education in the Third Reich: The Witzenhausen Colonial School and

- the Rendsburg Colonial School for Women. *Central European History* 49(2): 181–207.
- Sanke, H. (1966) *Der deutsche Faschismus in Lateinamerika 1933-1943*. Berlin: Humboldt Universität zu Berlin.
- Schacht, H. (1937) Germany's Colonial Demands. *Foreign Affairs* 15 (2). Available at: <https://www.foreignaffairs.com/articles/germany/1937-01-01/germanys-colonial-demands> (accessed 2 October 2017).
- Schmitthenner, H. (1934) Die deutschen als Kolonialvolk. *Geographische Zeitschrift* 40(5/6): 161–181.
- Schnee, H. (1908) *Unsere Kolonien*. Leipzig: Quelle & Meyer.
- Schnee, H. (1970) *German colonization past and future: the truth about the German colonies*. London: Kennikat Press.
- Schröder, H-J. (1969) Die 'Neue deutsche Südamerikapolitik': Dokumente zur nationalsozialistischen Wirtschaftspolitik in Lateinamerika von 1934 bis 1936. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* (6): 337–451.
- Schröder, H-J. (1975) Hautprobleme der deutschen Lateinamerikapolitik 1933-1941. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* (12): 408–433.
- Schröder, H-J. (1976) Das Dritte Reich, die USA und Lateinamerika 1933-1941. In: Funke M (ed.) *Hitler, Deutschland und die Mächte: Materialien zur Aussenpolitik des Dritten Reiches*. Düsseldorf: Droste, pp. 339–364.
- Schulze, F. (2015) 'Auslandsdeutschum' in Brazil (1919–1941): Global Discourses and Local Histories. *German History* 33(3): 405–422.
- Scott, J.B. (1918) Dr. Restrepo's Views of the Relations between Latin America and the United States. *The American Journal of International Law* 12(4): 832–833.
- Smith, W.D. (1974) The Ideology of German Colonialism, 1840-1906. *The Journal of Modern History* 46(4): 641–662.
- Söldon, R.B. (2008) *A Escola dos Imigrantes Alemães no Brasil no período 1824-1938: Avanços e Retrocessos Continentais*. Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo.
- Speitkamp, W. (2008) *Deutsche Kolonialgeschichte*. Stuttgart: Reclam.



- Springer, F. (1928) *Die Preise der deutschen wissenschaftlichen Zeitschriften und das Ausland*. Berlin: H.S. Hermann.
- Stone, J. (1988) Imperialism, Colonialism and Cartography. *Transactions of the Institute of British Geographers* 13(1): 57–64.
- Stopar, E. (2007) *Nationalsozialistische Erziehungsideale in Max von der Grüns Wie War das Eigentlich? - Kindheit und Jugend im Dritten Reich: Eine Analyse der Indoktrinierung von Kindern in Deutschland während des Zweiten Weltkrieges*. Lunds Universitet, Lund. Available at: <http://lup.lub.lu.se/student-papers/record/1320930> (accessed 29 July 2018).
- Townsend, M.E. (Mary E (1921) *Origins of modern German colonialism, 1871-1885*. New York: Columbia University. Available at: <http://archive.org/details/originsofmoderng00town> (accessed 2 October 2017).
- Trotha, von T. (2004) Was war Kolonialismus? *Saeculum* 55(1): 49–96.
- Turner, E.E. (1942) German Influence in South Brazil. *The Public Opinion Quarterly* 6(1): 57–69.
- Urban, J. (2000) *Die lateinamerikanischen Studierenden an der Universität Hamburg 1919-1970*. Institut für Iberoamerika-Kunde, Hamburg.
- Vainfas, R. and Raminelli, R. (1999) Los Americanistas del III Reich. La Ibero-Amerikanisches Archiv en los tiempos del nazismo. *Historia y Sociedad* (6): 68–83.
- Veit, P. and Gaudig, O. (2015) El Partido Alemán Nacionalsocialista en Argentina, Brasil y Chile frente a las comunidades alemanas 1933-1939. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe* 6(2): 1.
- Epp, R. von, (1937) The Question of Colonies: The German Standpoint. *Journal of the Royal African Society* 36(142): 3–9.
- Waibel, J. (2010) *Die deutschen Auslandsschulen – Materialien zur Außenpolitik des Dritten Reiches*. Doutoramento, Europa-Universität Viadrina, Frankfurt  
Available at: <http://opus.kobv.de/euv/volltexte/2012/65/> (accessed 29 July 2018).
- Wallerstein, I. (2006) *European universalism: the rhetoric of power*. New York: New Press.
- Warnke, I. (2009) *Deutsche Sprache und Kolonialismus: Aspekte der nationalen Kommunikation, 1884-1919*. Berlin: Walter de Gruyter.
- Young, R.J.C. (2001) *Postcolonialism: an historical introduction*. Oxford: Blackwell.

- Young, R.J.C. (2003) *Postcolonialism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Zantop, S. (1997) *Colonial Fantasies: Conquest, Family, and Nation in Precolonial Germany, 1770-1870*. Durham: Duke University Press.
- Zimmerer, J. (2004) The birth of the Ostland out of the spirit of colonialism: a postcolonial perspective on the Nazi policy of conquest and extermination. *Patterns of Prejudice* 39(2): 197–219.
- Zimmerer, J. (2012) Geschichte des europäischen und deutschen Kolonialismus. *Aus Politik und Zeitgeschichte* 62(44–45): 10–16.